

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS

RENAN AMAURI GUARANHA RINALDI

MISSÕES, COLÉGIOS E ALDEAMENTOS
JESUÍTICOS NO BRASIL COLÔNIA: OCUPAÇÃO
TERRITORIAL DAS CAPITANIAS DO SUL
(1549-1759)

CAMPINAS
2013

RENAN AMAURI GUARANHA RINALDI

MISSÕES, COLÉGIOS E ALDEAMENTOS
JESUÍTICOS NO BRASIL COLÔNIA: OCUPAÇÃO
TERRITORIAL DAS CAPITANIAS DO SUL (1549-
1759)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.
Orientadora: Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t723.1
R578m

Rinaldi, Renan Amauri Guaranha.

Missões, colégios e aldeamentos jesuíticos no Brasil Colônia: ocupação territorial das Capitanias do Sul (1549-1759) / Renan Amauri Guaranha Rinaldi. -

Campinas: PUC-Campinas, 2013.

148p.

Orientadora: Jane Victal Ferreira.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura e religião. 2. Arquitetura religiosa. 3. Jesuítas - Missões. 4. Jesuítas - Brasil. I. Ferreira, Jane Victal. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22. ed. CDD – t723.1

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

RINALDI, Renan Amauri Guaranha

Missões, colégios e aldeamentos jesuíticos no Brasil Colônia: ocupação territorial
das Capitânicas do Sul (1549-1759)

Dissertação de Mestrado em Urbanismo

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

1º Examinadora Profa. Dra. Fernanda Sposito

2º Examinador Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa

Campinas, 19 de dezembro de 2013

Aos meus pais Pedro e Cleusa,
e a minha esposa Fernanda,
que além de me apoiarem
durante esta caminhada, me
ajudaram a manter meus
pensamentos em ordem.

AGRADECIMENTOS

Há muitas pessoas que gostaria de agradecer por me ajudaram diretamente ou indiretamente, mesmo algumas vezes sem saber. Nestes dois anos tive o prazer de conhecer novos amigos e ótimos professores, e gostaria de agradecer a todos eles que contribuíram não apenas para meu crescimento intelectual, como também para meu crescimento pessoal.

Em especial gostaria de agradecer:

À minha orientadora Jane Victal Ferreira, que além de me conduzir durante estes dois anos, me mostrou a verdadeira paixão pela pesquisa acadêmica.

Aos meus pais, Pedro e Cleusa, pelo apoio financeiro durante o primeiro ano, e principalmente pelo amor e paciência que dedicaram a mim durante toda esta jornada.

A minha esposa Fernanda, que aceitou pacientemente minha ausência em diversas noites e finais de semana que dediquei à pesquisa, pelo auxílio na formatação da dissertação e na finalização dos mapas, mas principalmente pelo companheirismo e apoio moral nos momentos mais difíceis.

A minha cunhada Juliana e meu amigo Vincent que me auxiliaram com as traduções das diversas versões do resumo.

A Chiara, Toshio e Valentina, pois quando precisei de uma cama para dormir em Campinas, eles me ofereceram um lar.

À Jéssica Polito, companheira nesta jornada, pelas trocas de informações que tivemos durante os intervalos das aulas, pelo apoio nas matérias mais difíceis e por sua amizade sincera.

A todos os professores da Pós Graduação em Urbanismo, em especial aos professores Caracol, Thomás, Ivone e Luis por me ajudarem a desenvolver minha pesquisa.

À Professora Renata, que durante estes dois anos me instigou a desenvolver cada vez melhor a minha pesquisa, me questionando e fornecendo informações essenciais para seu desenvolvimento.

"A vitória mais bela que se pode alcançar é
vencer a si mesmo."

Inácio de Loyola

RESUMO

RINALDI, Renan Amauri Guaranha. *Missões, colégios e aldeamentos jesuíticos no Brasil Colônia: ocupação territorial das Capitânicas do Sul (1549-1759)*. 2013. 148f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

Em 1549, logo após a aprovação da Companhia de Jesus em Roma, o P. Manuel da Nóbrega partiu de Lisboa na armada de Tomé de Souza juntamente de cinco companheiros para conduzir as Missões Portuguesas do Ocidente. Em 1553, após formar as primeiras missões brasileiras na Baía de Todos os Santos, onde primeiramente aportou, seguiu em direção à Capitania de São Vicente onde percorreu o litoral sul do Brasil colonial. Em seguida, subindo a Serra do Mar, Nóbrega liderou a fundação da Aldeia de Piratininga e nela implantou o Colégio de São Paulo possibilitando o início das entradas para o interior do continente. As implantações destes colégios por vezes deram origem a núcleos urbanos, como nos casos das Vilas de São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória, que se tornaram posteriormente centros de irradiação da expansão colonial formando redes de pequenas localidades. Os pátios e terreiros associados a esses colégios, bem como as igrejas jesuíticas e os aldeamentos destinados à redução indígena formavam os conjuntos arquitetônicos dos aldeamentos enquanto a organização do espaço das residências visava dar suporte à evangelização e a introdução do índio ao sistema de vida português. Este trabalho tem como propósito analisar a atuação da Companhia de Jesus perante os propósitos dos colonizadores portugueses durante o século XVI até primeira metade do século XVIII, antes da política pombalina de expulsão, e a lógica de expansão nas Capitânicas ao sul do território brasileiro no período colonial, concentrando o olhar na expansão territorial realizada a partir da influência do Colégio de São Paulo, sendo a Vila de São José dos Campos no Vale do Paraíba e a Fazenda de Botucatu no oeste da Capitania, os dois últimos redutos da presença jesuítica no território do período colonial. Para tal, nos apoiaremos na historiografia e na análise de cartas jesuíticas, além de estudos sobre os fluxos e expansão dos assentamentos tendo como base as cartografias antiga e contemporânea, demonstrando a presença dos jesuítas no território em questão.

Palavras Chaves: jesuítas. missões. aldeamentos. Brasil colonial. Capitânicas do Sul. Vale do Paraíba. São José dos Campos.

ABSTRACT

RINALDI, Renan Amauri Guaranha. *The Jesuit´ missions, colleges and settlements in the Brazil: territorial occupation of the Provinces of the South. (1549-1759)*. 2013. 148f. Dissertation (Master in Urbanism) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

In 1549, after the approval of Jesus´ Society in Rome, the P. Manuel da Nóbrega, left Lisbon with the armed Tomé de Souza to conduct the West Portuguese missions. In 1553, after forming the first Brazilian missions Baía de Todos os Santos where they landed, he continued to the Captainship of São Vicente where he covered the south coast of colonial Brazil. After that, going up through Serra do Mar, Nóbrega lead the foundation of Aldeia de Piratininga and its school, Colégio de São Paulo, and posteriorly, he enabled the beginning of new entries to the interior of the continent. The implementation of these schools originated the villages or urban areas such as Vila de São Paulo, Rio de Janeiro and Vitória, afterwards becoming centers of irradiation of colonial expansion forming small network localities. The sites related to these schools and Jesuit´ churches and settlements designed to reduce Indian population formed the architectonic sites of the settlements, while the organization of the lodges focused to give support to evangelization and the introduction of Indians to Portuguese life system. This work intends to analyze the acting of Jesus´ Society according to the purpose of Portuguese colonizers during the XVI century until half of XVII century, before the pombal political expulsion, and the logic of expansion in the Captainships in the south of Brazilian territory in the colonial period, focusing on territorial expansion accomplished after the influence of Colégio de São Paulo, and Vila de São José dos Campos in Vale do Parnaíba and Fazenda de Botucatu in the west side of the Captainship as being the last two stronghold of Jesuit´ presence in the territory of colonial period. To accomplish that there will be a support on historiography and analysis of Jesuits letters besides other studies about the rise and expansion of the settlements based on antique and contemporary cartographies demonstrating the presence of Jesuits in the mentioned territory.

Key words: Jesuits. missions. settlements. Colonial Brazil. Provinces of the South. Vale do Paraíba. São José dos Campos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 01	21
Figura 1.1. Planta do século XVIII da parte norte da Cidade de Salvador	43
Figura 1.2. Perspectiva da Aldeia de Carapicuíba de Luís Saia	44
Figura 1.3. Foto da Capela de São João Batista	44
Capítulo 02	54
Figura 2.1. Atlas do Brasil de 1666. Autoria de Joao Teixeira Albernaz II.....	54
Figura 2.2. Mapa de expansão dos jesuítas no século XVI	58
Figura 2.3. Trecho do mapa <i>Amerique Meridionale</i> de 1750	64
Figura 2.4. Trecho do mapa <i>Le Brésil</i> de 1710.....	64
Figura 2.5. Trecho da <i>Carta geográfica del Bresil</i> de 1740.....	65
Figura 2.6. Trecho da <i>Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du pays des Amazones</i> de 1703	65
Figura 2.7. “Planta da Villa de Victória”	69
Figura 2.8. Aldeia de Reritiba	72
Figura 2.9. “Prise de Rio Janeyro”.....	78
Figura 2.10. Fazenda Campo dos Goitacazes.....	81
Figura 2.11. Planta da Barra da Vila de Santos.....	85
Figura 2.12. Praça de Santos.....	85
Figura 2.13. Trecho do Mapa da Capitania de S. Paulo de 1750.....	88
Figura 2.14. Aldeamento de São Miguel.....	90
Figura 2.15. Mapa do Caminho do Piabiru	94
Figura 2.16. Trecho do Mapa Hipsométrico do IBGE	100
Figura 2.17. Mapa do caminho de São Vicente à Vila de São Paulo	103

Capítulo 03	110
Figura 3.1. Trecho <i>Amerique Meridionale</i>	115
Figura 3.2. Mapa das reduções jesuíticas na Província do Paraguai.....	117
Figura 3.3. Redução de Juli – Peru	120
Figura 3.4. <i>Pueblo</i> de Índios.....	122
Figura 3.5. Elementos de São Miguel arcanjo	124
Figura 3.6. Conjuntos de São Miguel Arcanjo.....	124
Figura 3.7. <i>Diseño del pueblo de la Candelaria</i>	126
Figura 3.8. Missão de São Miguel	127
Figura 3.9. O Vale do Paraíba em 1725	129
Figura 3.10. Villa de São José.....	136
Figura 3.11. Destaque para as praças centrais (vermelho) e Igrejas (azuis) das Vilas de São José e de São Miguel Arcanjo	137
Figura 3.12. Destaque para os conjuntos e os eixos das Vilas de São José e de São Miguel Arcanjo	138

LISTA DE MAPAS

Capítulo 02	54
Mapa 2.1. Principais vetores de expansão dos jesuítas no Brasil de 1549 a 1759	62
Mapa 2.2. Capitânicas do Sul	66
Mapa 2.3. Rede de fluxos das Capitânicas do Sul	68
Mapa 2.4. Colégios, Aldeamentos e Fazendas da Capitania do Espírito Santo.....	70
Mapa 2.5. Rede de fluxos da Capitania do Espírito Santo.....	73
Mapa 2.6. Colégios, Aldeamentos e Fazendas da Capitania do Rio de Janeiro	79
Mapa 2.7. Rede de fluxos da Capitania do Rio de Janeiro	82
Mapa 2.8. Colégios, Aldeamentos e Fazendas da Capitania de São Vicente.....	87
Mapa 2.9. Rede de fluxos da Capitania de São Vicente.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 01 – A Companhia de Jesus e sua chegada no Brasil	21
1.1 A importância dos Jesuítas para a Igreja Católica	21
1.2 A formação da Companhia.....	22
1.2.1 Os motivos, personagens e fatos.....	22
1.2.2 As Constituições Jesuíticas	24
1.2.3 Estrutura eclesiástica e Institucional	26
1.2.4 Congregações Gerais	27
1.3 A filosofia educacional jesuítica	27
1.3.1 Colégios, Casas de Ensino e Seminários	29
1.3.2 O <i>Ratio Studiorum</i>	30
1.3.3 As cartas como relato de época.....	31
1.3.4 O missionário José de Anchieta.....	32
1.4 Pedagogia Evangelizadora	34
1.4.1 As Missões Rurais	34
1.4.2 Aldeamentos	35
1.4.2.1 Origem e implantação.....	37
1.4.2.1.1 Aldeias Indígenas	38
1.4.2.1.2 Descimento e dificuldade dos índios	39
1.4.2.1.3 Os aldeamentos para a Coroa Portuguesa e os Jesuítas.....	40
1.4.2.2 Morfologia	41
1.5 Os Jesuítas no Brasil	46
1.5.1 A Chegada dos Jesuítas na Colônia	46
1.5.1.1 Criação da Província do Brasil.....	47
1.5.1.2 Congregações Provinciais	48
1.5.2 Os propósitos dos jesuítas e as intenções da Coroa Portuguesa...	50
CAPÍTULO 02 – Expansão da Companhia e seu estabelecimento nas Capitâneas do Sul.....	54
2.1 O estabelecimento da Ordem no Brasil: Geografia e cronologia	54

2.1.1 Primeira expansão dos jesuítas ao longo do litoral	54
2.1.2 Distribuição geográfica da Ordem no Brasil	57
2.1.2.1 As entradas e a busca pelo ouro	59
2.1.2.2 Descimento de índios e a fundação de aldeamentos	59
2.2 Os Jesuítas nas Capitanias ao Sul do Brasil: Colégios, Residências, Fazendas e Aldeamentos	63
2.2.1 Capitania do Espírito Santo	69
2.2.2 Capitania do Rio de Janeiro	74
2.2.2.1 Os jesuítas e o conflito com Villegaignon.....	74
2.2.2.2 A derrubada do Forte Coligny	76
2.2.2.3 Estácio de Sá e os jesuítas na fundação do Rio de Janeiro	76
2.2.2.4 Aldeamentos, Fazendas e Residências	78
2.2.3 Capitania de São Vicente.....	83
2.2.3.1 Chegada dos jesuítas na capitania: Colégios de São Vicente e Santos.....	83
2.2.3.2 Aldeamentos, Fazendas e Residências	86
2.2.4 Ao Sul de São Vicente	93
2.2.4.1 Fundação da Missão do Paraguai	93
2.3 Os jesuítas na Vila de São Paulo de Piratininga	96
2.3.1 João Ramalho e Santo André da Borda do Campo	96
2.3.2 O missionário Leonardo Nunes.....	98
2.3.3 Fundação da Vila de São Paulo de Piratininga	99
2.3.4 Mudança de Santo André da Borda do Campo	103
2.3.5 A chegada das outras Ordens e os conflitos com os jesuítas	105
2.4 A crise da vida religiosa na colônia	106
2.4.1 A política de Marques de Pombal	106
2.4.2 Morgado de Mateus e a expulsão definitiva dos jesuítas	108
 CAPÍTULO 03 – Vila de São José dos Campos e os jesuítas espanhóis....	 110
3.1 Os jesuítas na América Espanhola	110
3.1.1 A colonização espanhola	113
3.1.2 A Lei das Índias.....	117
3.1.3 As reduções missioneiras Espanholas.....	119
3.1.4 A tipologia urbana missioneira	121
3.2 Os jesuítas no Vale do Paraíba.....	128
3.2.1 O Vale do Paraíba.....	128
3.2.1.1 A questão Monsanto-Vimieiro	131

3.2.2 A Vila de São José dos Campos.....	133
3.2.2.1 Fundação da Vila	133
3.2.3 São José e a tipologia urbana missioneira.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

A Companhia de Jesus surgiu num momento singular da história europeia quando os limites do mundo estavam sendo ampliados como resultado das conquistas dos territórios das Américas. Desde a sua fundação em 1540, dispersou-se por toda a Europa, parte do Oriente e no novo mundo recém-descoberto pelos países ibéricos, com a intenção de disseminar a fé católica. No Brasil colônia, os jesuítas, representados pelo padre Manuel da Nóbrega aportaram na Baía de Todos os Santos em 1549 juntamente da armada de Tomé de Souza. Nóbrega, após auxiliar a instalação da cidade de Salvador e do Governo Geral organizou missões em direção ao sul da costa do Brasil e ao interior do território. Até a expulsão por Marques de Pombal em 1759, os padres da Companhia não tinham apenas percorrido todo o território brasileiro, mas também haviam implantado colégios, residências e aldeamentos em todas as frentes de colonização do período.

O propósito desta dissertação é primeiramente analisar a relação entre os objetivos da Coroa Portuguesa na colonização do Brasil e as intenções dos jesuítas, e de que maneira isto foi essencial para a ocupação do território e a submissão do indígena aqui presente ao sistema colonial português. Além disso, pretendemos compreender a lógica de expansão da Companhia de Jesus nas Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente e o território ao sul desta última delimitado pelos Rios da Prata e Paraná, focando nas missões irradiadas do Colégio de São Paulo de Piratininga, sendo o aldeamento de São Jose dos Campos como um dos extremos do alcance dos jesuítas na Capitania.

O objetivo do primeiro capítulo é apresentar alguns pontos de interesse sobre a formação da Ordem por Inácio de Loyola, sua estrutura institucional e eclesiástica, bem como demonstrar seus objetivos gerais e os documentos que a regeram, enfatizando a importância das cartas e da rígida organização hierárquica para eficiência da atuação da Companhia.

No primeiro capítulo temos: alguns aspectos de interesse sobre a formação da ordem, a estrutura eclesiástica, as constituições e congregações gerais. Foi de grande importância também para o nosso estudo o entendimento sobre a filosofia educacional e suas instituições, abordando o funcionamento da rede institucional contendo colégios, casas de ensino e seminários estrategicamente localizados, funcionando como pontos de apoio ao trabalho geral com os indígenas. Abordamos também neste primeiro capítulo, fatos sobre as missões rurais e o principal objetivo da ordem no Brasil que os levaram a empreender por meio das missões rurais para acesso ao território e catequese do gentio tendo como instrumento a implantação de aldeamentos. O artigo “A racionalidade jesuítica: civilização e organização”, do autor Célio Costa nos traz a questão da racionalidade através da organização da Companhia, sendo esta racionalidade a base para atuação e desenvolvimento dos meios de evangelização.

Cesar de Toledo e Flávio Ruckstadter abordam em um de seus artigos, “Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas”, como foi formada e composta a Ordem Jesuítica por Loyola e destaca como funcionam as normas e constituições elaboradas por ele. Em um segundo artigo, “A filosofia educacional dos jesuítas nas Cartas do Pe. José de Anchieta”, os autores expõem a importância que os jesuítas davam à educação, destacando como exemplo a evangelização do padre José de Anchieta no Brasil colonial.

Na área da educação foram desenvolvidos diversos estudos sobre a ênfase dada pela Companhia à formação dos próprios padres e as técnicas e estratégias educacionais dos missionários, essenciais para seu sucesso e estabelecimento no Brasil colonial. Dentre estes autores podemos evidenciar Djair de Almeida, Amarilio Ferreira Junior e o jesuíta Antonio Sepp, que em seu livro “Viagem às missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos”, além de apontar diversas missões realizadas pelos jesuítas, mostra como estes trabalhavam a educação com os indígenas.

Ainda no primeiro capítulo serão desenvolvidas as duas formas de evangelização da Companhia de Jesus, uma primeira com as missões volantes ou rurais, e a segunda por meio dos aldeamentos. Nesta última, será tratado a sua origem, como era implantado um aldeamento, sua atuação na primeira fase

da colonização e as relações entre os propósitos dos jesuítas e aqueles da coroa portuguesa, considerando o importante papel que tiveram os padres neste primeiro momento da nossa história devido à predominância do caráter militarista, sua hierarquia, as correspondências e congregações.

Dentre os autores que tratam a questão do aldeamento, destaca-se primeiramente o artigo intitulado “Como se constitui no Brasil a Rede de Cidades” de Pierre Deffontaines, onde o autor para explicar a origem das redes no Brasil salienta no começo do seu artigo as reduções e aldeias implantadas pelos jesuítas no território. Aroldo de Azevedo aponta em seu artigo “Aldeias e aldeamentos de índios”, como estes aldeamentos se disseminaram no Brasil funcionando como verdadeiros embriões de cidades e também como possivelmente se constituíam sua estrutura física.

Ainda sobre esta forma de evangelização, Marcos Câmara nos traz em seu artigo “Exclusão espacial nas regiões e fundações coloniais”, a influência das aldeias indígenas primitivas nos aldeamentos, e também a relação destes com os interesses da Coroa Portuguesa.

O capítulo 01 finaliza com a chegada dos padres jesuítas no Brasil Colonial em 1549, explicando sua organização institucional inicial, e principalmente apontando a relação dos propósitos dos colonos e da Coroa Portuguesa com o dos missionários. Eduardo Hoornaert, em seu livro “História da Igreja no Brasil” traz em seu livro o estabelecimento da Igreja Católica como um todo, tendo uma visão da igreja e dos jesuítas a partir do índio.

O segundo capítulo é dedicado à expansão territorial da Companhia de Jesus no Brasil, desde a sua chegada até a sua expulsão, tendo como ênfase as Capitânicas do Sul e as missões e aldeamentos que irradiavam da Vila de São Paulo. Também será analisado como se sucedeu o estabelecimento desta vila no Planalto de Piratininga, e as relações sociais dos jesuítas com os moradores lá presentes antes da sua chegada e os índios locais. O capítulo finaliza com a expulsão dos padres do Brasil por decorrência da política de Marques de Pombal.

A historiografia sobre a formação da cidade de São Paulo, sob os mais diversos pontos de vista e seu desenvolvimento é bem vasta. Caio Prado Jr

levanta em seu livro “A cidade de São Paulo: geografia e história” a contribuição da geografia para a escolha do sítio pelos jesuítas e habitantes locais. Por outro lado, Luis Kehl (2005) e Augustin Wernet discutem as motivações espirituais e as relações entre religião, política e economia na implantação do colégio no Planalto de Piratininga, bem como o seu crescimento.

As cartas deixadas pelos padres da Companhia e os obras mais recentes que divulgam documentos da época foram essenciais em todo o desenvolvimento da dissertação, principalmente para entendermos a expansão dos jesuítas no Brasil no período em questão. Estas cartas foram publicadas por Alfredo do Valle Cabral e Teixeira Mello em 1887, e organizadas posteriormente na década de 30 em três volumes pela Academia Brasileira, sendo eles:

O Volume I denominado “Cartas do Brasil”, nos traz as cartas escritas pelo primeiro provincial do Brasil, o jesuíta Manoel da Nóbrega, de 1549 a 1560, onde ele descreve as relações sociais entre colonos, jesuítas e índios, os problemas e as situações pelas quais passou nestas localidades. Este volume conta com a correspondência de Nóbrega desde quando aportou na Bahia até seu estabelecimento no Rio de Janeiro.

O Volume II se intitula “Cartas Avulsas” por apresentar a correspondência de diversos jesuítas tanto à Coroa Portuguesa, quanto ao Principal da Companhia de Jesus de 1550 a 1568. Dentre elas podemos salientar os jesuítas Leonardo Nunes, Diogo Jacome, Leonardo do Valle, Pero Corrêa, dentre outros que estiveram presentes nas Capitanias do Sul.

O Volume III, “Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões” reúne os escritos do Padre José de Anchieta produzidos no território brasileiro de 1554 a 1594. Anchieta além de descrever o cotidiano dos índios e jesuítas pelos locais em que passou, relatou em especial o modo de evangelização dos padres e os problemas encontrados por estes para a catequização dos indígenas.

Dentre as obras essenciais sobre a Companhia de Jesus no Brasil, que trazem documentos de época está o conjunto de dez volumes do jesuíta e historiador Serafim Leite, publicado a partir de 1938 com o título de “História da Companhia no Brasil”. Autor imprescindível para o estudo da Companhia no

Brasil, sua obra apresenta uma síntese dos documentos e o relato completo de toda a presença dos jesuítas no Brasil, desde a sua chegada até a sua expulsão em 1759, além de trazer diversos documentos de época.

Publicada anteriormente à de Serafim Leite, outra importante obra foi escrita por Simão de Vasconcellos, a “Chronica da Companhia de Jesus no estado do Brasil” de 1865. Apesar de mais sucinta, o autor traz informações essenciais sobre a atuação dos missionários no século XVI. Affonso Taunay em seu livro “João Ramalho e Santo André da Borda do Campo”, além de tratar sobre a questão da fundação e extinção da vila de Santo André da Borda do Campo, agregando seus moradores ao povoado com a fundação da vila de São Paulo no Planalto de Piratininga, divulga significativos documentos de época.

Para o desenvolvimento dos mapas presentes neste capítulo, foram utilizados como base as informações extraídas da cartografia antiga do século XVIII, onde aparecem os principais rios, o relevo e os limites das capitanias e províncias. Dentre eles podemos destacar o mapa produzido por Francisco Tosi e o Guia de Caminhantes de 1817, ambos disponíveis no sítio da Biblioteca Nacional Digital.

O Capítulo 03 discute brevemente a presença da Companhia de Jesus na América Espanhola, desde a chegada dos espanhóis e dos jesuítas, até a implantação das reduções para a administração dos índios presentes no território. Os estudos sobre a utilização da tipologia urbana missioneira pelos jesuítas na América Espanhola são bem expressivos, entre eles podemos destacar as obras de Arno Kern, Maria Flexor e a dissertação “A Redução de São Miguel Arcanjo” de Luiz Bolcato Custódio.

Na sequência iremos explorar a região do Vale do Paraíba do Sul como um importante vetor de expansão da colonização e posteriormente servindo de passagem para as minas, explicando a sua ocupação no século XVII e a formação dos principais caminhos, finalizando com a implantação da Aldeia de São José no vale pelos jesuítas.

Pasin em seu livro “Algumas notas para a história do Vale do Paraíba” traz informações históricas essenciais sobre a formação desta região, deixando

lacunas para futuras pesquisas, enquanto Paulo Pereira Reis descreve detalhadamente em seu livro “O Caminho novo da Piedade no nordeste da Capitania de São Paulo” a formação dos caminhos no Vale do Paraíba e a questão do Caminho Novo, que vai das Minas até o Rio sem atravessar o vale.

Finalmente, por meio de toda historiografia levantada, comparamos elementos semelhantes das estruturas urbanas da Vila de São José, organizada pelos jesuítas portugueses e da Vila de São Miguel Arcanjo no Paraguai, implantada por jesuítas espanhóis. Apoiamo-nos nas afirmações de Flexor e Kern de que os jesuítas de ambas as nações se comunicavam constantemente, além dos relatos nas cartas de Nóbrega e Anchieta das realizações de missões nos dois territórios.

CAPÍTULO 01

A Companhia de Jesus e sua chegada ao Brasil

1.1. A importância dos Jesuítas para a Igreja Católica

Com a criação das Ordens Religiosas, desde a Idade Média, a igreja católica buscava desde realizar uma grande reforma interna e, apesar destes esforços terem sido essenciais, não foi capaz de barrar o crescente descrédito e declínio da instituição.

No século XVI a Santa Sé passava por diversos problemas internos e externos devidos às transformações econômico-culturais que vinham ocorrendo na Europa, dentre elas a Contra Reforma. A Companhia de Jesus surgiu na formação deste mundo moderno, caracterizado pelas incertezas e mudanças, onde o modo de pensar, a política, a economia e a religião estavam sendo constantemente questionados,

[...] pois as inovações da Ordem (jesuítica) vieram justamente ao encontro dos anseios do mundo que se formava, e que não tinha escolhido muito bem seu rumo. A única coisa certa era a incerteza. Assim, este mundo que mudava a todo instante teve uma enorme influência desta Ordem religiosa [...] (RUCKSTADTER; TOLEDO, 2002, p.112).

Portanto, inicialmente, a missão dos jesuítas tal como prescrita por Loyola era promover a disseminação do catolicismo, buscando a salvação das almas em todo o mundo que, do ponto de vista eurocêntrico, naquele momento se expandia, fazendo-se presente principalmente nas terras recém-descobertas. Pois como aponta Costa (2003, p. 05), “O mundo não era para ser hostilizado, mas encarado; a fé cristã não era para ficar encerrada dentro de muros, mas devia ser propagandeada, levada para todos os cantos do mundo”.

Além de missionários, os jesuítas iriam se destacar posteriormente como confessores e principalmente educadores. Seus colégios, muito bem estruturados, se tornaram centros de excelência em educação por toda a Europa e no novo mundo, nas terras recém-descobertas, pois para Loyola os objetivos da Ordem só poderiam ser alcançados por meio dos estudos.

Esta ênfase na educação se tornou um dos seus maiores instrumentos para enfrentar a Reforma Protestante e a crise pela qual passava a igreja católica, podendo disseminar a fé cristã e atrair novos súditos através das missões tanto no oriente quanto no ocidente.

Pode-se observar a presença dos jesuítas em todos os continentes colonizados pelos reinos de Portugal e Espanha, se tornando uma forte influência na educação escolar e na formação cultural destes territórios durante o período colonial.

O êxito da Companhia de Jesus pode ser verificado rapidamente, pois nos seus primeiros 50 anos, os jesuítas já estavam presentes em toda a Europa, parte da Ásia e no continente Americano. Enquanto na Europa atuaram diligentemente em prol da igreja para evitar a evasão de fiéis para o protestantismo enquanto, os líderes da ordem enviaram para a Ásia Francisco Xavier, um dos primeiros jesuítas, para a conquista espiritual daquela região. Como aponta Rops, alcançariam uma rápida expansão:

Em 1540, os jesuítas eram 10; em 1556, no momento da morte de seu fundador, chegavam a 1000, em 101 casas repartidas por 12 províncias; quarenta anos após sua criação, seriam 5000, em 21 províncias; em 1616, 13112, com 436 casas em 37 províncias; e duzentos anos após a sua fundação, mais de 22000.(ROPS *apud* RUCKSTADTER; TOLEDO, 2003, p.260).

1.2. A formação da Companhia

1.2.1. Motivos, Personagens e Fatos

Inácio de Loyola, fundador e idealizador da ordem jesuítica, nasceu na região basca de Azpetia, cidade localizada na região de fronteira da atual França e Espanha. Viveu em um período em que a elite europeia almejava ideais cavaleirescos de luta contra os infiéis e da reconquista de Jerusalém por meio das cruzadas além da retomada do território da Península Ibérica antes ocupada pelos muçulmanos. A luta contra os infiéis também foi um método comum na Espanha para se adquirir patrimônios ou feudos e títulos de nobreza.

Neste contexto Loyola se tornou cavaleiro, característica que viria ser essencial para a estruturação e organização militar da Companhia, sendo nomeado como capitão da guarnição de Pamplona, capital de Navarra.

A Ordem que defenderia a milícia eclesiástica era estruturada de forma militar. A autoridade de Deus, exercida pelo Papa, era delegada ao Superior Geral e, através dele, para os superiores Nacionais, Regionais e Locais. Obediência incondicional é um dos primeiros preceitos para o funcionamento da Ordem [...]. (RUCKSTADTER; TOLEDO, 2002, p.106).

Em 1521, durante uma batalha contra os franceses, Inácio sofreu um grave ferimento na perna e enquanto se recuperava, ele entra em contato com duas obras, a Vida de Cristo e A Legenda Áurea, que não só o impressiona como fez com que Loyola abandonasse todos os seus bens, fizesse votos de castidade e saísse para converter os infiéis em direção à Jerusalém em 1523. O Primeiro escrito em latim por Ludolfo de Saxônia e o segundo também em latim compilado pelo Frei domiciano Jacobo de Vanazze.

Não podendo se estabelecer na cidade, retornou à Barcelona no ano seguinte e decidiu retomar os estudos com a intenção de se tornar sacerdote, entrando na Faculdade de Artes em Paris. Neste período Loyola escreveu o primeiro rascunho dos *Exercícios Espirituais*, e foi acusado diversas vezes de heresia pela Santa Inquisição.

Este período foi essencial para Loyola, pois foi nesta cidade que ele conquistou os primeiros adeptos a seguirem seu modo de vida, denominados de

os pilares da Sociedade de Jesus, além amadurecer os ideais que formariam a Companhia de Jesus.

Com o apoio e aprovação do Papa Paulo III por meio da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, a ordem jesuítica se estabeleceu em Roma no ano de 1540, com o objetivo primário de reformar a igreja católica internamente, desde os cardeais até os padres.

Suas funções primordiais se concentravam em atuar como missionários nas terras recém-descobertas pela expansão marítima, confessar reis e príncipes e trabalhar com a educação, tanto entre os membros da Companhia como entre a população leiga e em todas as classes sociais.

Em seguida, os companheiros de Inácio de Loyola o legitimaram como Superior Geral da Companhia e este, com o objetivo de solidificar e concretizar a ordem redigiu as Constituições da Companhia de Jesus, texto fundador da Ordem, escrito em 1539 com a intenção de consolidá-la, possibilitando aos religiosos, “[...] organizar a vida comunitária dos jesuítas, determinar as regras de ingresso e permanência na Ordem, garantindo sua unidade, numa centralidade que foi exemplar na Igreja Católica.” (RUCKSTADTER; TOLEDO, 2002, p.109).

1.2.2. As Constituições Jesuíticas

Inácio de Loyola promulgou as Constituições no ano de 1552, mas até sua morte não parou de aprimorá-las. Sua intenção não era somente aprimorar espiritualmente os seus companheiros, mas também promover a salvação do próximo.

Antes de apresentar o candidato às Constituições propriamente ditas, havia um *Exame* onde eram expostos os princípios básicos da companhia e também era avaliado o pretendente à Companhia, que não era aceito “[...] se for herege ou cismático, homicida ou infame; se vestiu hábito de outra Ordem, se está ligado por vínculo matrimonial ou de escravidão.” (LEITE, 1938, Tomo 1, p.10).

Depois de formados, os jesuítas poderiam se encaixar em quatro categorias, professo de quatro votos, professo de três votos, coadjutor espiritual formado e coadjutor temporal formado, sendo que apenas a última ainda não era considerado padre. O noviciado, como nesta condição ainda não teria proferido seus votos finais, não era nomeado em nenhuma destas categorias.

As Constituições estabelecidas por Loyola se dividem em dez partes onde foram definidos os meios de admissão e demissão dos candidatos, a sua conservação e formação e por fim a incorporação junto à ordem. . Em seguida esclarece como dividir as funções entre os jesuítas, como e a quem devem obedecer e respeitar e também como devem conservar a coesão entre os membros da Companhia.

Esta precisão e rigor dos preceitos elaborados no texto das Constituições permitiram que a obediência e a rígida organização hierárquica se tornassem decisivas para a eficiência, o bom andamento e longa atuação na evangelização. Além disso, ela apresentou alguns aspectos inovadores para a época, como:

Eles não tinham a inspiração em algum santo [...] eles estavam ligados diretamente ao papa, apesar de existir um superior geral; não privilegiavam as orações em conjunto, como as outras ordens monásticas [...] não constituíram nenhuma ordem espelho feminina, como muitas ordens masculinas; [...] e tiveram uma ação muito importante junto ao Concílio de Trento. (COSTA, 2003, p.01).

Outro importante livro escrito por Loyola foi *os exercícios espirituais*, que se tornou texto complementar ao das Constituições, ambos apresentando dois princípios integrados, um fundamentado na razão e outro na espiritualidade. Ele pretendia com isso integrar dois conceitos que eram afastados um do outro para o mundo religioso.

1.2.3. Estrutura eclesiástica e institucional

O *Vocabulário Portuguez e Latino* do Padre Raphael Bluteau (SOUSA, [2013?]) foi o responsável por trazer a língua portuguesa ao nível de importância do Latim no século XVIII, figurando assim entre as outras línguas européias. Este destaque permitiu que Portugal se protegesse contra o domínio cultural que o castelhano imprimia às mentes lusitanas, consolidando uma língua nacional oficial. Como este dicionário representa e fixa o léxico do português corrente no início do século XVIII, momento de intensa atuação da Companhia de Jesus no Brasil, para o nosso trabalho, os significados apontados por Bluteau, pode nos dar pistas sobre o entendimento de certos termos utilizados no período em questão pelos jesuítas.

No século XVIII o termo Província, para Bluteau, se referia à uma região de um reino ou monarquia composta por vilas e cidades, com características culturais e econômicas próprias, sob uma autoridade temporal ou espiritual. Neste sentido, a Igreja Católica dividia suas Províncias em Bispados e Arcebispados, dependendo da quantidade de conventos e igrejas que cada uma possuía e do seu tempo de existência, ambas administradas pelos Provinciais.

A administração da Companhia de Jesus estava a cargo do Superior Geral e da Congregação Geral composta pelos delegados das Províncias. A Companhia estava dividida em diversas Províncias, onde a reunião de algumas províncias de acordo com parâmetros geográficos e culturais formava uma Assistência.

No século XVI existiram seis Assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia, sendo que a Assistência de Portugal continha a Província da Índia, do Japão, a Vice - Província da China, a Província do Brasil e a Vice - Província do Maranhão. Cada umas destas Assistências mantinha em Roma um assistente como representante da Ordem na Santa Sé.

Quando as Províncias se tornavam muito populosas ou distantes entre si, o Superior Geral poderia decidir criar uma Vice Província, na qual ainda estaria dependente da Província original, ou desmembrá-la em uma nova. Cada uma

delas, comandada pelo Superior, era composta por diversas casas, podendo ser elas Colégios ou Residências dos religiosos, onde seu superior era denominado Reitor.

1.2.4. Congregações Gerais

As Congregações Gerais consistiam em reuniões dos conselhos dos superiores da Ordem ou da Província, denominadas Gerais quando se referia à toda a Companhia e Provinciais quando ocorria em uma única Província. “Nas gerais, reside o poder legislativo da Companhia” (LEITE, 1938, Tomo II, p.498).

Não havia uma periodicidade fixa para ocorrerem as Congregações, sendo realizadas quando havia a necessidade de tomarem decisões importantes. Somente era obrigatória a reunião quando um Padre Geral falecia e era necessária a escolha de seu sucessor. No século XVI houve cinco destas Congregações, sendo a primeira no ano de 1558, presidida pelo próprio Inácio de Loyola, e as seguintes em 1565, 1573, 1581, 1594 e 1608.

Os participantes das Congregações Gerais eram os “[...] Professos de quatro votos. Três por cada Província: O Provincial e mais dois, eleitos pela Congregação Provincial, reunida para este fim.” (LEITE, 1938, Tomo II, p.499).

1.3. A filosofia educacional jesuítica

Apesar de a Ordem Jesuítica possuir um caráter missionário e militarista, os estudos e a formação tiveram grande destaque na constituição da Ordem e formação dos seus integrantes. Os colégios da Companhia, já presentes em várias localidades no Brasil e pelo mundo no período em tela, se tornaram centros de excelência no ensino, e os afirmaram como os principais educadores da aristocracia intelectual da época, formando importantes intelectuais como

Descartes, Montesquieu, Rousseau, Diderot e Cervantes. O objetivo educacional da ordem os assegurou relevância no papel reformista da igreja do período. A formação intelectual sólida dos seus membros conduziu ao êxito o trabalho missionário e a catequese dos índios, o que pode ser constatado pela importância política que chegaram a desfrutar durante a colonização. (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003, p.262).

Sua filosofia educacional preconizava que o homem deveria se formar em sua totalidade, considerando aspectos espiritual e material da sua vida, definindo a educação como prática rigorosa tanto dos estudos das ciências quanto dos estudos espirituais, um jesuíta somente estaria completo quando dominasse a ciência e a virtude (LEITE, 1938, p.71, Tomo 01).

No Brasil, apesar de partirem com a intenção de evangelizar e disseminar a fé católica, sua principal ação foi com a educação, fundando colégios em quase todos os principais centros urbanos do Brasil nos séculos XVI e XVII.

A finalidade precípua dos colégios, segundo os documentos de fundação, era a de formar e sustentar os missionários jesuítas que deviam dedicar à obra de evangelização dos indígenas. (HOORNAERT, 1992, p.213).

Devemos destacar que estes colégios, além de formarem novos missionários e padres, eram frequentados por toda a elite portuguesa, que muitas vezes tinha dificuldades em se formar na Europa, tornando-se importantes centros de estudo. Além disso, a Companhia de Jesus não discriminava seus alunos quanto à classe social, dando prioridade aos que tinham como objetivo ingressar para os trabalhos da ordem (TOLEDO, 2008, p.100). Este preceito e a disposição para aceitar também os pobres, aliado a dedicação séria ao estudo e ao prestígio que tiveram na sociedade do período, garantiram rápido crescimento da Companhia de Jesus.

Conforme apontado por Serafim Leite, no ano de 1549 dos 6 jesuítas aqui presentes, todos haviam se formado na Europa. Com a formação de Jesuítas na colônia este quadro foi sendo alterado gradativamente: em 1574, dos 110 jesuítas, 14% já eram formados na colônia chegando a 44% de brasileiro em

1757. "[...] 1610: 165 SJ, 17% brasileiros; 1654: 170 SJ, 34% brasileiros; 1698: 304 SJ, 37% brasileiros; 1732: 362 SJ, 45% brasileiros; 1757: 474 SJ, 44% brasileiros." (LEITE, 1938, Tomo 01, p. 99).

1.3.1. Colégios, Casas de Ensino e Seminários

O principal motivo dos jesuítas para a fundação dos colégios no Brasil colônia foi a organizar o seu sistema de ensino e catequização. As Casas de primeiras letras ou Casa Jesuítica foi um dos primeiros serviços prestados pelos jesuítas. O objetivo era ensinar o básico da língua portuguesa para as crianças indígenas, para que posteriormente pudessem assimilar a doutrina cristã durante a catequese. Os religiosos focavam a atenção para as crianças, pois além de não possuírem tantos vícios e crenças pré-estabelecidas, podiam repassar os ensinamentos para os mais velhos.

Assim que os jesuítas chegaram na Baía, implantaram uma casa de primeiras letras em Salvador, ensinando atendendo às crianças indígenas locais. No ano seguinte a sua chegada, os religiosos fundaram em Salvador a Confraria dos Órfãos ou Colégio dos Meninos, uma instituição voltada diretamente para a catequização, garantindo também a colonização portuguesa.

Manuel da Nobrega, superior desta primeira instituição brasileira, criou e sistematizou um plano de estudos para a educação destes indígenas, incluindo a vinda de órfãos de Portugal para estudarem juntos. Este plano elaborado por Nóbrega precedeu as normas e constituições do *Ratio Studiorum*, definido por Loyola, que regulamentava os ensinamentos nas colônias.

Entretanto a coroa portuguesa exigiu que Nóbrega pagasse impostos a Portugal por estas casas se constituírem como instituições, e por conta disto, a Companhia decidiu extinguir todas as casas de ensinamentos de suas províncias. Em seguida, a Coroa Portuguesa determina que o ensino destinado aos índios fosse separado dos colonos, e para isso:

Foram implementados os primeiros colégios e as casas de ensino voltadas para os filhos de colonos e instalado nas vilas, separadas da catequese dos nativos, que passaram a ser feitas em escolas na própria tribo. (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2008, p. 98).

A distinção entre casas de ensino e colégios se deu com a introdução do curso de humanidades nos colégios, possibilitando a formação em Filosofia e Teologia. Os colégios passariam então a contar com estudos de nível secundário e superior, enquanto que as casas de ensino se destinavam ao ensino das primeiras letras. Além do ensino aos colonos, a educação dos indígenas nestas casas foi essencial para sua posterior catequização.

Além das diferenças referentes ao ensino, as casas de ensino e os colégios possuíam características diferentes quanto ao caráter econômico. Os colégios somente podiam ser fundados se conseguissem sobreviver economicamente por conta própria, ao contrário das casas que podiam depender de um colégio ou fazenda jesuítica. No caso dos colégios, a coroa auxiliaria na sua manutenção por meio do plano de redizima, onde dez por cento de todo imposto arrecadado na colônia se destinaria à conservação dos colégios.

Outro estabelecimento de ensino implantado e dirigido pelos jesuítas foram os seminários, onde nestes se admitiam os interessados na carreira eclesiástica. Diferente dos colégios e casas, os admitidos nos seminários deveriam arcar com sua moradia e alimentação, gerando neste período uma elitização dos religiosos formados na colônia. Apesar disso, LEITE (1938) aponta que em nenhum momento os jesuítas proibiram alunos de classe social mais baixa frequentassem as aulas, e até mesmo nos seminários houve casos de admitirem pessoas pobres em troca de serviço.

1.3.2. O *Ratio Studiorum*

Depois de instituído as Constituições, onde seu quarto capítulo é todo voltado para os estudos, Inácio de Loyola organizou o código pedagógico

Ratioatque Institutio Studiorum Societatis Iesu, que regeu os ensinamentos jesuíticos nos locais em que os missionários estavam presentes, impondo um rígido método de ensino. Além dele, houve algumas ordenações que criavam adaptações aos ensinamentos praticados nas colônias.

No ano de 1586 Loyola, depois de consultar diversos especialistas em educação, redigiu o primeiro rascunho do código, promulgando-o como regra geral para toda a Companhia em 1599. Por meio dele, também foi possível que importantes informações sobre o ensino jesuítico chegassem ao nosso tempo.

Além de o *Ratio Studiorum* estabelecer o ensino fundamental, ele previa o estabelecimento nos colégios dos cursos de Letras Humanas, Artes, Teologia Moral, e Teologia Especulativa. Um dos cursos de destaque, o de letras humanas, contemplava o ensino da gramática, retórica, a poesia e a história. O programa estabelecido por ele serviu não somente para os jesuítas, como para as outras instituições escolares da Europa, pois ele consistia:

[...] por um lado, no fato de ele se destinar simultaneamente à formação de religiosos e de leigos; por outro lado, no fato de ele incluir, além da filosofia e da teologia, o estudo sistemático das humanidades: as línguas e a literatura, a retórica, a história, o teatro. (MIRANDA *apud* TOYSHIMA; MONTAGNOLI; COSTA, [s.d.], p.03).

1.3.3. As cartas como relato de época

Loyola estabeleceu um sistema de correspondência entre os membros da ordem mantendo com isto uma rede expressiva de trocas de experiências. As cartas escritas pelos jesuítas, cuja prática era prevista nas Constituições como umas das obrigações regulares dos padres, foi a maneira encontrada por Inácio de Loyola de solidificar a Ordem e garantir a sua eficácia, além de manter unidos os religiosos da companhia dispersos nos mundos recém-descobertos.

O próprio fundador chegou a escrever quase 7.000 cartas ao longo da sua vida, permitindo que a Companhia criasse uma complexa rede de informações de

grande alcance. Este sistema de informações foi essencial para se manter a estrutura hierárquica e vertical da Companhia de Jesus, além de auxiliar os Superiores Gerais nas tomadas de decisões (TORRES LONDOÑO, 2002).

Por consequência, estas cartas acabaram por se tornar amplo material de fonte primária dos registros de época, relatando sobre o cotidiano e modo de agir e pensar dos jesuítas, além de documentar fatos históricos do período colonial do Brasil. Nelas podemos observar a “[...] gênese da cultura brasileira, em um sentido geral. Ademais, informações preciosas sobre tribos já extintas podem ser lá encontradas. Dados sobre o modo de vida dos padres, dos colonos e dos índios, idem.” (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003, p.263).

Nas capitanias ao sul do Brasil Colônia, podemos destacar como relatos do período e descrição da atuação dos jesuítas primeiramente as cartas escritas pelo primeiro provincial do Brasil, o Padre Manoel da Nóbrega aos seus companheiros e a Inácio de Loyola. Estas cartas além de relatar as dificuldades enfrentadas em suas viagens e as novidades encontradas na terra recém-descoberta, elas solicitavam provisões e pedidos de autorização de missões aos gerais em Roma. Um segundo importante relato foram as cartas deixadas pelo Padre José de Anchieta durante a metade do século XVI. Além de expor a situação dos locais pelo qual passou, Anchieta descreveu em suas cartas o método que utilizou para a catequização dos indígenas, e a sua convivência com eles.

Por último, podemos apontar o conjunto de cartas escritas por diversos jesuítas presentes em todo o Brasil neste mesmo período, denominada de Cartas Avulsas. Dentre elas podemos evidenciar os relatos do Padre Leonardo Nunes, um dos primeiros a adentrar o sertão da Capitania de São Vicente e se dirigir ao sul e os dos Padres Antônio Rodrigues e Pero Correia.

1.3.4. O missionário José de Anchieta

Jose de Anchieta¹ entrou para a Ordem em 1551, e dois anos depois seguiu para o Brasil por conta da possibilidade de catequização aqui presente, aportando na Bahia. Em seguida se dirigiu à Capitania de São Vicente, onde auxiliou na fundação do colégio dando início ao seu trabalho apostólico.

Estabelecido na vila de São Paulo, Anchieta enfrentaria sérias dificuldades e limitações no início da evangelização e educação na vila. Além do difícil tarefa de cativar os indígenas e fazê-los se interessar pela leitura, a falta de materiais e livros era bem comum na vila recém-formada, cabendo ao próprio Anchieta escrevê-los. A penosa rotina de trabalho dos índios nos aldeamentos e vilas portuguesas, também auxiliara para ampliar a dificuldade na sua catequização.

José de Anchieta se destacou como missionário pela Companhia de Jesus no Brasil, pois “[...] é considerado um dos fundadores de nossa literatura e o responsável pela primeira peça teatral escrita nestas terras.” (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003, p.260). Durante seu trabalho missionário e devido ao contato permanente com os indígenas, ainda nos primeiros 6 meses, Anchieta escreveu “*A Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*”.

Nas capitanias onde os jesuítas estavam mais presentes, esta língua geral derivada do tupi foi amplamente disseminada até a chegada de Pombal, se tornando uma referência essencial para os jesuítas que vieram posteriormente à colônia. O conhecimento das línguas indígenas e a criação da Língua Geral foi condição imprescindível para a evangelização e também uma estratégia de controle dos religiosos sob os índios.

Anchieta foi Provincial do Brasil de 1577 a 1587 e participou intensamente como negociador de paz em diversos conflitos entre colonos e indígenas, além de se adaptar ao duro modo de vida imposto pelo território. Com isso, seus esforços com a evangelização e educação indígena, somados à sua dedicação aos ideários da Companhia de Jesus e sua alta capacidade intelectual o destacou

¹ Jose de Anchieta nasceu em 1534 na cidade de São Cristóvão da Laguna na ilha Tenerife, então sob domínio da coroa espanhola. Filho de pai basco e mãe convertida do judaísmo, ele foi enviado aos 14 anos para estudar em Coimbra por sua família temer certa perseguição na Espanha. Foi em Coimbra que Anchieta se destaca nos estudos como excelente aluno e escritor, e entrou em contato com uma nova ordem fundada por um parente seu, Inácio de Loyola.

como jesuíta, se enquadrando perfeitamente ao plano português de colonização do Brasil.

1.4. Pedagogia Evangelizadora

Durante os três primeiros séculos, a pedagogia evangelizadora jesuítica no Brasil possuía basicamente dois métodos: um baseado na convivência, onde os índios eram reunidos e organizados em aldeamentos, e o outro, baseado na visita, era praticado pelos chamados missionários ambulante.

1.4.1. As Missões Rurais

O significado das missões para os jesuítas era o conjunto de estratégias e métodos para se converter o gentio à fé cristã, ou as pregações dirigidas aos colonos cristãos para se manterem nos mandamentos da igreja católica.

As missões no Brasil, quando dirigidas aos indígenas, eram denominadas de aldeias, e quando dirigidas aos colonos católicos eram intituladas de Rurais. Estas missões geralmente eram realizadas em áreas pouco exploradas pelos religiosos, ou em regiões que não houvesse um contingente suficiente de jesuítas para se fixarem. Elas eram baseadas em proporcionarem às populações dispersas os três sacramentos básicos da Igreja, o batismo, a confissão e o matrimônio, e não se caracterizavam por formarem comunidades devido ao caráter volante.

Outra intenção dos padres com as Missões Rurais era coibir os abusos praticados pelos colonos aos escravos índios e negros, comum nas fazendas e engenhos de açúcar do período colonial.

O Regulamento das Missões Rurais, em oito pontos, ordenou-o o visitador Cristóvão de Gouveia em 1586 com o seu habitual senso

legislativo e prático, para a eficiência espiritual da Missão e para a segurança dos sacramentos do matrimônio e batismo que administravam. (LEITE, 1965, p. 103).

Este regulamento além de definir a legislação pertinente a estas missões obrigava os missionários a relacionar em um livro presente nos colégios jesuíticos, todos os casamentos e batismos realizados nestas missões, para melhor controle da Companhia e da Coroa Portuguesa.

1.4.2. Aldeamentos

Apesar da América se caracterizar como um único continente, as tribos indígenas presentes durante os descobrimentos apresentavam diferentes matizes culturais devido à extensão do território e ao isolamento proporcionado pelas condições da geografia. Como aponta LEITE (1945, Tomo VI), para a Coroa Portuguesa no século XVI, diferentemente das tribos localizadas na costa do Atlântico, as que se encontravam no Brasil não eram capazes de se defenderem, ou lidar com o contato dos colonos aqui presentes, considerando o índio em condição de inferioridade.

Por conta disso, o jesuíta Manuel da Nóbrega, juntamente com Mem de Sá instituíram as aldeias jesuíticas com todas as regalias e deveres das vilas, permitindo ao gentio ser parte da sociedade cível local, tendo o pelourinho e tronco como método de aplicação do regime penal. Em um primeiro momento os jesuítas tiveram o poder temporal destas aldeias, e os meirinhos, responsáveis pela aplicação das penas, recebiam ordens diretas dos padres.

Devido à reação negativa dos colonos e a constante fuga de índios, os jesuítas resolveram nomear capitães portugueses para resolverem estes conflitos, onde estes atuavam “[...] como que os fiscais e protectores dos Índios contra os agravos dos colonos” (LEITE, 1938, tomo II, p.65). Porém este cargo é extinto posteriormente por não resolver as questões locais, ficando a cargo novamente

dos jesuítas o poder temporal das aldeias. Toda esta questão do governo das aldeias se baseavam na tentativa de diminuir os abusos praticados pelos colonos aos índios.

O aldeamento foi considerado o primeiro método de organização civil indígena no Brasil colônia, e apareceu oficialmente pela primeira vez no *Regimento de Tomé de Souza*², “[...] um documento básico, verdadeira carta magna do Brasil e sua primeira Constituição [...] sua data é de 17 de Dezembro de 1548, e divide-se em 48 parágrafos com as normas e instruções de governo.” (LEITE, 1938, Tomo II, p.140). Os jesuítas que os administravam estavam diretamente subordinados ao Governador Geral, portanto fora da alçada das câmaras locais. Estes aldeamentos poderiam ser classificados em dois grupos, os de El-Rei e os da Companhia, sendo que apesar do primeiro pertencer à Coroa Portuguesa, como apontado acima, ambos eram administrados pelos jesuítas (AZEVEDO, 1959).

Neste Regimento a coroa Portuguesa enfatiza logo no início a sua intenção civilizadora com os gentios presentes na colônia, e o meio encontrado para isto era a evangelização jesuítica. No parágrafo 24, o rei português colocou a importância em converter os índios presentes no Brasil, e que todos os colonos auxiliassem os religiosos na evangelização, onde os contrários a isso fossem perseguidos e presos. O índio convertido, perante o legislador se igualaria aos próprios Portugueses, permitindo a sua inclusão na sociedade lusa.

Em seguida, o parágrafo 28 enfatizava que todo índio evangelizado gozava de liberdade e não deveria ser escravizado ou assaltado, sem a licença dos Capitães Gerais ou Governador. A coroa tinha com isso a intenção de diminuir os conflitos entre colonos e gentios, facilitando a catequese jesuítica. E por último, podemos ler no parágrafo 45:

Porque parece que será grande inconveniente, os gentios, que se tornarem cristãos morarem na povoação dos outros [índios], e andarem misturados com eles, e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-se de sua conversação, vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem

² “É um documento básico, verdadeira carta magna do Brasil e sua primeira Constituição [...] sua data é de 17 de Dezembro de 1548, e divide-se em 48 parágrafos com as normas e instruções de governo.” (LEITE, 1938, Tomo II, p.140).

Cristãos morem juntos, perto das povoações das ditas Capitãcias, para que conversem com os ditos Cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé. (Trecho do Regimento de Tomé de Souza, 1548).

Apesar de diversas leis anteriores tentarem coibir a escravidão do índio na colônia, somente com a provisão de 1609 proibiu-se o cativo dos indígenas. Posteriormente a isso, promulgaram-se outras leis no fim do século XVII que tentavam diminuir os abusos sofridos pelos índios (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Ao contrário das aldeias indígenas que surgiram de forma espontânea, os aldeamentos indígenas implantados pelos missionários foram criados e planejados para a organização do gentio e sua inserção na sociedade portuguesa. Estes aldeamentos, desde meados do século XVI, se espalharam por todas as capitãcias do Brasil colônia e sertão a dentro, se concentrando naquelas que possuíam colégios.

1.4.2.1. Origem e implantação

Durante o deslocamento e reconhecimento dos jesuítas no território brasileiro, eles definiam locais estratégicos para se implantarem os colégios e igrejas, independente a existência de uma vila. A partir destes colégios eram organizadas as missões que atendiam as aldeias indígenas da região, e em seguida definido os locais de implantação dos aldeamentos para a catequização.

Quando o aldeamento era estabelecido próximo à uma vila ou fazenda de algum colono, surgia o índio “[...] essa figura genérica, neutra, descaracterizada, massificada, de espírito dócil e obediente a uma doutrina, sem qualquer passado.” (CÂMARA, 2012, p. 08), pois os jesuítas, por meio dos aldeamentos e da catequese, rompiam com os modos de viver e morar dos indígenas, com a intenção de anular os seus costumes, lendas e hábitos, tornando-os todos iguais perante à igreja do período colonial.

Câmara (2012) ainda destaca que 71 destes aldeamentos formados no período colonial se tornariam vilas ou cidades, influenciando diretamente no crescimento e evolução urbana destas.

1.4.2.1.1. Aldeias Indígenas

Do mesmo modo que os primeiros colonizadores utilizaram os caminhos indígenas existentes para expandir a colonização, os aldeamentos jesuíticos eram geralmente implantados nas proximidades ou nas próprias aldeias indígenas já existentes antes da chegada dos portugueses na colônia, pois os jesuítas sempre buscavam locais onde haviam maior concentração de índios para a evangelização. Estima-se que o Brasil no período da colonização contava com quase dois milhões de índios dispersos no atual território brasileiro, sendo que 400 mil destes estavam ao leste do Tratado de Tordesilhas (FERREIRA, 2012, p.559).

Para a formação de suas aldeias, os indígenas presentes no Planalto de Piratininga buscavam lugares mais elevados no terreno, provavelmente por questões de defesa.

Tal fato parece constituir uma prática tradicional, porque, de acordo com o depoimento de cronistas do quinhentismo, as aldeias dos Tupi de nosso litoral eram verdadeiras acrópoles, erigidas em sítios eminentes e arejados, na vizinhança dos rios, rodeados de matas e terras férteis. (AZEVEDO, 1959, p.24).

A presença de cursos d'água também era um fator essencial na escolha do sítio pelos indígenas, pois a proximidade de grandes rios que percorressem longas distâncias no território poderiam ser utilizados como meios de rápida locomoção, e os seus afluentes menores forneciam alimento e água (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Apesar desta proximidade, os indígenas procuravam se estabelecerem fora da área de inundação conhecida por eles, em áreas ligeiramente mais altas.

Algumas das aldeias indígenas “[...] longe de constituírem conglomerados compactos de habitações, consistem em casas isoladas, mais ou menos distantes umas das outras, espalhando-se pelas clareiras abertas na floresta.” (AZEVEDO, 1959, p. 24). Entretanto outras aldeias apresentavam certa organização, como os Tupi no século XVI, que tinham suas habitações variando em número de quatro a dez, dispostas em torno de um grande pátio quadrado ou regular, onde ocorriam as atividades religiosas como sociais. Como será abordado nos próximos capítulos, os jesuítas repetiram este pátio ou terreiro nos seus aldeamentos, realizando diversas atividades evangelizadoras nele, configuração espacial e uso habitual indígena.

1.4.2.1.2. Descimentos e as dificuldades indígenas

Os aldeamentos se originavam por meio dos descimentos ou reduções de indígenas, sendo que estas incursões vinham do interior do continente para o litoral ou confluência de rios e eram sempre acompanhadas por uma tropa militar composta por soldados da Coroa Portuguesa, onde os índios contrários à catequização eram escravizados ou exterminados.

Primeiramente, o método jesuítico consistia em os missionários convencerem os índios a morarem próximos aos colonos, oferecendo-lhes proteção e melhoria de vida, o que muitas vezes não acontecia. A presença do jesuíta nestes descimentos era essencial por conta do respeito que eles gozavam junto aos gentios, principalmente pelo fato de conhecerem sua língua e estarem habituados aos seus costumes (PERRONE-MOISÉS apud MENDONÇA, 2009, p.32).

Estes descimentos eram claramente ferramentas do colonialismo, sendo este o primeiro passo de introdução do índio ao sistema de vida português. Um dos graves problemas deste contato dos índios com os colonos eram a contaminação com doenças. Como exemplo podemos citar o relato de Serafim Leite sobre a missão dos Mares Verdes de 1624, sob responsabilidade dos padres jesuítas João Martins e Antonio Bellavia:

[...] Partiu o padre com a demais gente que ficava, após ter posto fogo às casas, a fim deles nunca mais se lembrarem delas, no que não mostraram nenhum sinal de tristeza, nem lágrimas, o que nos espantou [...] Começaram estes Mares Verdes a adoecer delas (das bexigas), pouco a pouco, dos quais muitos morreram, mas batizados e instruídos na fé. (HOORNAERT, 1992, p. 127).

A vida dos índios nestas aldeias era miserável e penosa, sendo os homens levados a força para trabalhar nas lavouras fora delas, enquanto as mulheres eram deixadas a mercê dos colonizadores, que muitas vezes tinham filhos com diversas delas. A catequização *manu militari*³, por meio de castigos e punições se deu em meio a esta situação. A imposição do aldeamento jesuítico destruiu qualquer remanescente das formas de habitar típicas das culturas tribais indígenas, substituindo-a pelos conceitos morais portugueses.

1.4.2.1.3. Os aldeamentos para a Coroa Portuguesa e os Jesuítas

Por conta destes problemas e da constante fuga dos indígenas, no início muitos destes aldeamentos fracassaram. Uma das tentativas encontradas pelos religiosos para solucionar este problema foi distanciar os aldeamentos das vilas coloniais, separando assim os indígenas do sistema colonial.

Com os aldeamentos mais distantes das fazendas, engenhos e vilas, os padres conseguiram aplicar melhor a pedagogia evangelizadora. Um exemplo de um aldeamento que cresceu e evoluiu, se tornando em 1700 o maior do Brasil, foi o de *Nossa Senhora da Assunção* (Hoornaert, 1992) em Viçosa no Estado do Ceará, contando com 4.000 almas e, 50 anos depois com mais de 10.000 habitantes.

A organização militar, imposta principalmente pelos jesuítas nestes aldeamentos se transformou em motivo de inquietação por parte das autoridades coloniais presentes no Brasil. Isto ocorreu em especial no Maranhão, onde a

³ Os castigos e punições impostos pelos jesuítas e aplicados pelos funcionários da coroa foram um meio encontrado para a efetivação da catequese e controle dos indígenas.

organização das aldeias e a quantidade de contingente de índios catequizados provocaram rupturas e crises dentro do sistema colonial e diante do poder da Coroa.

Apesar dos ideais missionários defendidos pelos jesuítas nestes aldeamentos, devemos nos atentar primeiramente que a educação cristã foi por muitos considerada como um instrumento de dominação, por meio da doutrinação. Estes índios dominados eram submetidos ao trabalho escravo e distribuídos entre os colonos. A intenção dos aldeamentos era:

[...] ajuntar índios, doutriná-los, para depois reparti-los pelos moradores [...]. A evangelização, que na realidade significa doutrinação, não forma comunidade, antes destrói os laços existentes, destribaliza e descaracteriza a cultura, produz o índio genérico [...] (HOORNAERT, 1992, p.131).

Para a Coroa Portuguesa e os colonos, estas reduções garantiam mão de obra abundante enquanto os aldeamentos se transformaram com o tempo em depósitos ou até mesmo em grandes mercados de mão de obra para os colonos⁴, onde os indígenas eram utilizados também pelos jesuítas na construção civil e na produção agropecuária além de assegurar o acesso mais amplo ao território antes ocupado pelas tribos. Para diversas regiões da costa brasileira bem como, por exemplo, no Vale do Paraíba e Rio de Janeiro, estes índios aldeados também serviam como força militar para a proteção territorial contra os ataques de índios bravos e corsários que vinham do litoral.

1.4.2.2. Morfologia

Segundo Mendonça (2009) os aldeamentos se estruturavam como vilas, com a igreja e a moradia dos padres ao centro. A terra era dividida em lotes, sendo os com solo mais produtivo e de mais fácil acesso eram usados para a

⁴ Flexor (2006) coloca que os aldeamentos instalados próximos às vilas se tornaram em verdadeiros *celeiros* de mão de obra, reunindo indígenas de localidades distantes.

criação de gado, fabricação de tecidos e o plantio de mate, todos utilizados para negociar com os colonos por ferramentas e alimentos que não podiam ser produzidos no local.

Nestas aldeias, o colégio e as oficinas para fabricação de instrumentos básicos utilizados pelos índios também possuíam destaque, pois eram neles que os Jesuítas realizavam suas principais tarefas e a inserção dos índios na sociedade portuguesa por meio do ensino de ofícios. O armazém, onde a produção era armazenada e mantida para seu sustento e as casas dos índios e moças eram compostos por “[...] longos edifícios de pau-a-pique ou adobe, abertos para uma varanda coberta” (MENDONÇA, 2009, p.32).

Salvador no final do século XVI possuía duas praças principais, uma administrativa, onde se encontravam o Palácio dos Governadores, a Casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho, e a segunda com caráter religioso, em frente ao Colégio dos Jesuítas (Fig. 1.1). Esta segunda, inicialmente implantada fora da cidade de Salvador, foi englobada rapidamente por ela por se tornar um dos principais polos de crescimento da cidade⁵. Outros dois exemplos por onde os jesuítas passaram e implantaram grandes praças junto de suas igrejas são em Olinda e Belém do Pará.

⁵ Serafim Leite (1938, Tomo I) aponta que os padres já previam o crescimento da vila em direção ao terreiro do colégio.

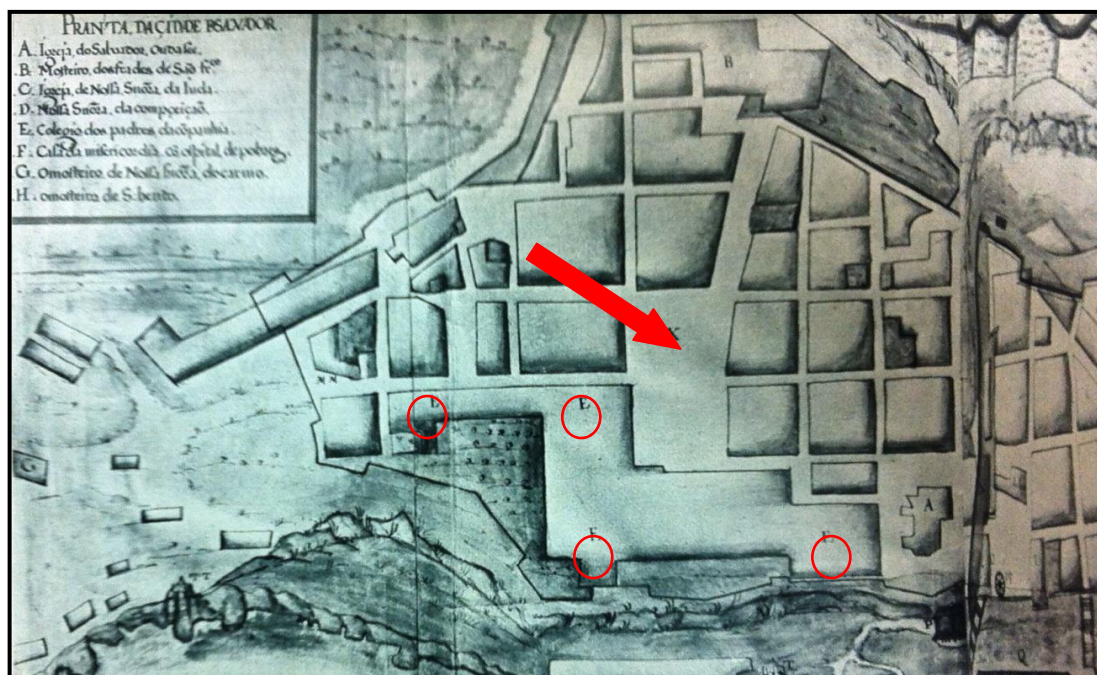


Figura 1.1. Planta do século XVIII da parte norte da Cidade de Salvador – Bahia.

Fonte: Leite (1938, p. 33).

Nota: Podemos observar na imagem o terreiro regular (seta vermelha) em frente à igreja e o colégio jesuítico (EEEE).

PESSOA descreve três modelos de implantações dos aldeamentos jesuíticos baseados na praça central quadrada ou retangular⁶. Um primeiro onde a igreja ocupa o fundo da grande praça e as casas as laterais, deixando um dos lados abertos, como são os casos de Arez e São Jose do Nipibu, no Rio Grande do Norte.

O segundo modelo possuía construções de todos os lados da praça, com o edifício da igreja ocupando um deles, como pode ser observado nos aldeamento dos Reis Magos no Espírito Santo e em Carapicuíba em São Paulo. Neste último também podemos notar que a igreja estava localizada em um plano mais alto (fig. 1.2 e 1.3) em relação ao restante do núcleo, assim como a de Barueri e Nossa Senhora de Escada. Por fim um terceiro modelo, implantado durante a segunda metade do XVIII, tinha a praça ao longo da lateral da igreja jesuítica, como o aldeamento de Santa Amaro de Ipitanga.

⁶ José Pessoa define estes modelos em seu artigo “Em tudo semelhante, em nada parecido; modelos e modos de urbanização na América portuguesa”, publicado na Revistas Oceanos, nº 41, 2000 (FLEXOR, 2006, p.09).

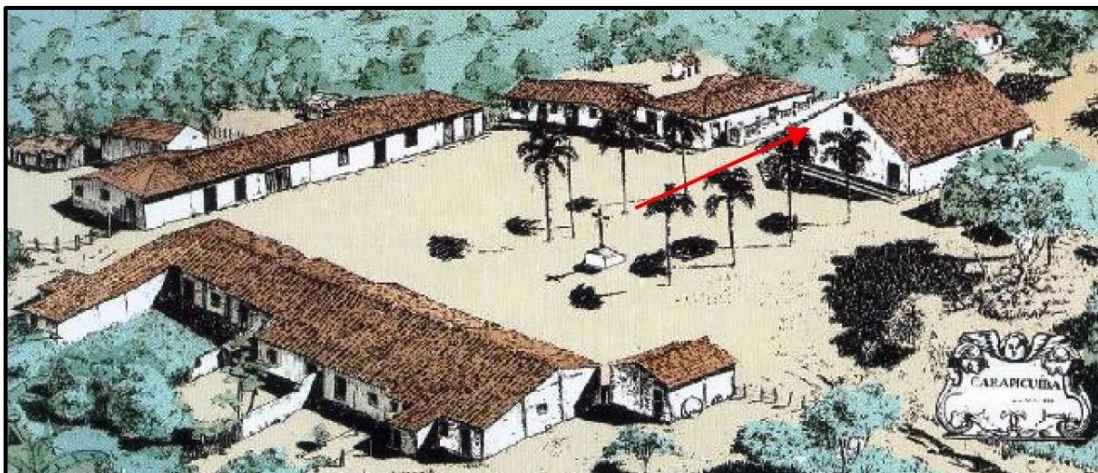


Figura 1.2. Perspectiva da Aldeia de Carapicuíba de Luís Saia.

Fonte: FACCIO, 2010, p. 64.

Nota: Podemos observar em destaque (seta vermelha) a capela de São João Batista e a sua frente o terreiro retangular com o cruzeiro.



Figura 1.3. Foto da Capela de São João Batista e parte da praça atualmente.

Fonte: FACCIO, 2010, p. 64.

Nota: Podemos notar que a capela, está localizada em um dos lados mais alto da praça.

Estes terreiros ou praças eram essenciais não apenas na forma urbana do aldeamento, mas também para as práticas de catequização dos jesuítas, substituindo muitas vezes as salas de aula. Eram neles que os religiosos encenavam peças ou ensaiavam corais com os indígenas, tentando facilitar sua

evangelização. O comércio e a vida social também ocorriam neste espaço, principalmente pelo fato dos índios estarem acostumados a viverem em locais amplos e abertos, como colocado por LEITE:

Ao cerrante da noite, tangia-se a Ave-Marias. Numa suave alegria, juntavam-se outra vez os meninos à porta da Igreja Formava-se procissão. À frente, a cruz alçada. E todos em ordem e cantando, em voz alta, cantigas santas na própria língua, encaminhavam-se para uma cruz erguida no terreiro. (LEITE, 1938, Tomo II, p. 28)

[...] a fundação da Aldeia de S. João, em 1561, pelo Padre Gaspar Lourenço e Ir. Simão Gonçalves. Partindo da Aldeia de Santiago, chegaram ao sítio da Nova Aldeia. Nesse mesmo dia, às Aves-Marias, juntou-se toda a gente. O Padre Lourenço entrou no terreiro, pregando e explicando ao que vinha [...] Edificou-se igreja. (LEITE, 1938, Tomo II, p. 31)

O edifício da igreja era o núcleo do aldeamento, servindo como ponto de referencia para os indígenas catequizados e elemento aglutinador da população, se tornando assim no principal edifício do núcleo. Sua localização geralmente se dava em algum pequeno morro, se destacando das casas dos índios e de outros edifícios. Ao lado da igreja se encontrava o edifício destinado aos religiosos.

Portanto, a maioria dos aldeamentos implantados possuíam a praça ou terreiro como elemento central e estruturador da sua organização espacial, com a igreja em um dos seus lados e as casas dos indígenas dispostas geometricamente nos outros lados da praça.

Em síntese, os elementos principais do núcleo central de qualquer aldeamento foram os seguintes: no centro da praça quadrada ou retangular, verdadeiro terreiro abrigando um cruzeiro e o tronco. Numa das faces da praça, geralmente ocupando um dos cantos, a igreja dominava o conjunto (PETRONE *apud* FLEXOR, 2006, p.10).

Esta relação do espaço construído com a praça e a localização em terrenos elevados pode ser observada tanto nos aldeamentos jesuítcos portugueses quanto nas reduções guaranícas espanholas. As principais diferenças se mostraram quanto ao material utilizado nas construções das residências indígenas e na sua forma.

Em razão dos jesuítas portugueses manterem contato constante com seus irmãos espanhóis e com a Europa através das cartas, os aldeamentos implantados na América portuguesa podem ter sofrido influências das Leis das Índias estabelecidas para a colonização espanhola. De acordo com as Leis das Índias, a praça maior deveria grande o suficiente para abrigar os festejos e romarias, além de permitir a expansão das casas em seu entorno. As praças implementadas nas missões do Paraguai obedeciam mais as diretrizes das *Ordenanzas de Felipe II*, que as próprias cidades espanholas construídas na América⁷.

Além dos aldeamentos os jesuítas implantaram diversas fazendas produtoras de gado e lavouras, onde o grande terreiro em frente ao edifício principal também foi utilizado e se mostrou como um dos elementos estruturadores e marcantes nestes núcleos. As fazendas presentes nas Capitanias do Rio de Janeiro e na de São Vicente foram essenciais na manutenção econômica da Companhia de Jesus.

1.5. Os Jesuítas no Brasil

1.5.1. A chegada dos jesuítas na Colônia

Embora o pouco interesse da coroa portuguesa em colonizar o território brasileiro durante os primeiros cinquenta anos após a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral, vieram com ele oito franciscanos e nove padres seculares. Contudo, devido à falta de planejamento e descontinuidade nos trabalhos, não houve progresso na evangelização dos indígenas neste período.

Em 1532, com as evidências claras da invasão francesa, o rei português ordenou que Martim Afonso de Souza dividisse a costa, de Pernambuco ao Rio da Prata, em capitanias de 50 léguas cada e as doasse à donatários. Porém, somente na metade do século XVI, D. João III em resposta ao fraco sistema de

⁷ FLEXOR, 2006, p.14.

capitanias hereditárias instaurou o governo geral e concedeu à Companhia de Jesus a missão de evangelizar sua colônia, enviando um grupo de seis Jesuítas liderados pelo Padre Manuel da Nóbrega, que desembarcou em Salvador em 1549.

Alguns anos depois, o Padre Leonardo Nunes chegou a Santos, sendo o primeiro missionário a subir em direção ao Planalto de Piratininga a procura de gentios. “A evangelização e catequese sistemática do Brasil iniciou-se em 1549, com a vinda do primeiro governador geral Tomé de Sousa, e do primeiro grupo de jesuítas.” (HOORNAERT, 1992, p.212).

No Brasil, país onde os jesuítas instauraram sua primeira província autônoma no ano de 1542, a ordem estava diretamente ligada à Coroa Portuguesa, subordinados a ela por meio do Regime do Padroado. Este sistema foi responsável pela expansão do cristianismo nas terras de além mar, pois garantiu ao Monarca Português: “[...] ampla jurisdição sobre assuntos religiosos, concedida pelos papas” permitindo-os “[...] nomear e confirmar bispos e párocos, e cominar penas canônicas, como excomunhão e interdito.” (WERNET, 2004).

Com isso o rei de Portugal se tornava um braço direto de atuação da igreja em todas as suas colônias. Além disso, o direito de padroado cedido aos reis de Portugal pelo Papa permitiu que estes coletassem os dízimos das paróquias da colônia, cabendo a ele a manutenção, construção e organização das dioceses e paróquias nas colônias descobertas.

1.5.1.1. Criação da Província do Brasil

Quando os jesuítas chegaram na colônia em 1549 e se estabeleceram, Nóbrega assumiu o cargo de superior, porém ele respondia diretamente à Província de Portugal, devido ao Brasil não possuir ainda autonomia provincial. Somente no ano de 1550 o Brasil se tornou Vice Província de Portugal.

Em razão da grande distancia entre Portugal e sua colônia, e para organizar e otimizar a evangelização no Brasil, no “[...] dia 9 de Julho de 1553 é, pois, o da criação da Província do Brasil. Foi a 6ª Província erigida na Companhia.” (LEITE, 1938, Tomo II, p.457).

Inácio de Loyola, depois de aprovar a criação da Província do Brasil, enviou para Nóbrega as instruções necessárias para a administração, e ordenou que o padre fizesse a profissão solene exigida para assumir o cargo de Provincial.

Quanto às casas, que constituíam a Província do Brasil, elas dividiam-se, segundo a respectiva categoria, de baixo para cima, em casas das Aldeias, Casas das Capitanias, e Colégios das vilas e cidades. (LEITE, 1938, Tomo II, p.457).

Os responsáveis pelos colégios eram os Reitores ou Padres, que por sua vez respondiam ao Provincial, enquanto nas aldeias a autoridade estava a cargo dos Superiores, que respondiam tanto ao Provincial quanto aos Reitores.

O território ocupado pelos jesuítas era dividido entre os colégios, onde cada colégio era responsável por uma área delimitada, definindo assim regiões econômicas e missioneiras. Eram nestas regiões que os religiosos implantavam seus aldeamentos e fazendas, e expandiam seus domínios por meio das missões.

No século XVI, a primeira ideia de divisão territorial administrativa surgiu na Congregação Provincial de 1575, onde o território seria repartido em três grandes regiões. O colégio do Rio de Janeiro ficou responsável pela Capitania do Espírito Santo e as demais ao sul, enquanto o colégio da Baía englobava as capitanias do centro da colônia e Pernambuco administrava as capitanias do norte.

1.5.1.2. As Congregações Provinciais

Diferentemente das Congregações Gerais, as Provinciais não possuíam jurisdição, tendo o propósito somente de eleger os delegados enviados as

Congregações Gerais e trienalmente eleger um procurador que representava a Província em Roma.

A primeira Congregação Provincial ocorreu na Baía em junho de 1568, como todas as outras seguintes. Quem a presidiu foi o Visitador P. Inácio de Azevedo, eleito procurador no fim da reunião. Entre os diversos assuntos discutidos podemos destacar a organização do noviciado, a implantação dos aldeamentos, o estudo da língua Tupi e o estabelecimento das residências e colégios, onde até o final do século XVI haviam seis colégios no território da colônia para os jesuítas administrarem, sendo eles: Colégio da Bahia (1549), Colégio do Espírito Santo (1551), Colégio do Rio de Janeiro (1567), Colégio de São Paulo (1554), Colégio de Olinda (1568) e Colégio de São Vicente (1553).

Antes da primeira congregação que ocorreu em 1568, devemos apontar que o Padre Leonardo Nunes já havia sido enviado a Roma como procurador em 1554 levando consigo diversos assuntos de interesse dos padres da colônia. Não houve congregação na época por haver apenas 26 jesuítas de norte a sul da colônia (CARTAS AVULSAS, 1931). A segunda congregação foi realizada em março de 1575, e os religiosos enviaram a Roma uma relação da situação religiosa da Província, sendo que quatro anos depois apesar de não haver congregação, foram enviadas solicitações para melhoria da evangelização na colônia (VASCONCELLOS, 1865).

A terceira Congregação Provincial realizada em dezembro de 1583 contou com o então provincial Padre José de Anchieta, e foi enviado a Roma cinco postulados pedindo dentre outras coisas “[...] que os Jesuítas fossem ao Rio da Prata e Paraguai [...] e que se excogitasse meio fácil de receberem as rendas do Colégio.” (LEITE, 1938, Tomo II, p.502). Por conta da união das duas coroas, o provincial do Brasil levantou oficialmente a questão de jesuítas portugueses alcançarem o rio da Prata.

As Congregações Provinciais seguintes foram realizadas nos anos de 1592, 1598 e 1601, onde de todas foram remetidos relatórios e solicitações, além de elegerem procuradores para enviarem a Roma.

1.5.2. Os propósitos dos jesuítas frente as intenções da Coroa Portuguesa

Desde o início da colonização do Brasil, podemos observar uma forte relação entre a Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus, pois para se efetivar a colonização na América Portuguesa, foi necessário não apenas conquistar o território, mas também submeter o indígena habitante no Brasil ao sistema de vida europeu do colonizador.

Apesar dos jesuítas estarem a serviço dos colonizadores, o intuito da ordem era primordialmente propagar a salvação das almas dos gentios e disseminar o cristianismo. Como prova disto, buscaram agregar mulatos e mamelucos à ordem, além de constantemente trazerem relíquias católicas para o Brasil que dessem suporte ao sincretismo místico.

O padre Nóbrega enviou logo após a sua chegada, uma carta à Coimbra relatando sobre a moral e a doutrina indígena aqui presente. Sobre a moral destacou a nudez, oferta da mulher indígena aos estrangeiros e a antropofagia e, quanto à doutrina, relatou sobre a falta de uma religião verdadeira, ou seja, da fé católica. A carta de Nóbrega também aponta pontos positivos dos indígenas como a hospitalidade, a fidelidade e memória de São Tomé⁸

Para o colonizador português, o índio bom ou manso era aquele que mais se assemelhava ao próprio português e mais facilmente assimilava a cultura deste. “[...] A cultura espiritual dos povos implicava, de facto, na sua conquista ideológica e virtual, a sua integração no sistema hierárquico vigente e a sua submissão ao domínio do colonizador” (ARAÚJO *apud* FLEXOR, 2006, p. 01).

A evangelização brasileira assumiu então uma característica claramente redutiva, onde amansar os índios era essencial para fornecer mão-de-obra à economia local, constituída basicamente de engenhos, fazendas e vilas dos colonizadores, onde segundo Hoornaert “[...] os jesuítas estavam na realidade

⁸ Os portugueses acreditavam que os indígenas tiveram um vislumbre do apóstolo São Tomé, devido à estes relatarem terem visto um homem branco e santo passar em terras brasileiras em direção ao Rio da Prata. (LEITE, 1938).

aliados aos colonizadores. Esta aliança marcou, e continua marcando, a catequese no Brasil.” (HOORNAERT, 1992, p. 122).

Apesar do ideal missionário jesuítico, a intenção da colonização do Brasil pela coroa portuguesa era de tirar proveito da terra por meio da cana de açúcar, necessitando assim eliminar os índios bravos⁹ e escravizar os que se deixavam reduzir, utilizando-os como mão-de-obra na lavoura açucareira. O governo de Mem de Sá, instalado em 1556, só foi possível devido à sua aliança com os jesuítas na pessoa de Nóbrega, possibilitando assim a criação dos engenhos de açúcar e a implantação de vilas no litoral brasileiro.

Esta aliança [...] é o protótipo das diversas alianças entre missão e poder colonizador que estão na origem das cidades brasileiras [...] pois as cidades brasileiras são fundadas sobre o sangue dos vencidos, o suor dos reduzidos à escravidão, os discursos justificativos dos vencedores.” (HOORNAERT, 1992, p.48).

Os índios eram reduzidos a partir de vários pontos, onde primeiro todo indígena presente no Brasil era considerado oficialmente como “*em estado de menoridade*” o que implicava certo monitoramento dos indivíduos. Além disto, as diversas línguas indígenas aqui presentes foram condensadas em uma única língua geral, facilitando assim a catequese jesuítica. Posteriormente a evangelização era imposta pelos missionários o que significou a redução do outro aos modos portugueses.

A nova religião e os costumes impostos pelos colonizadores e missionários eram entendidos como um ato de traição pelos demais índios que não a aceitavam e a evangelização no Brasil se tornou um constante embate entre os missionários e os pajés.

Os indígenas só podiam considerar como um traidor aquele que os portugueses consideravam como um convertido à nossa santa fé. Quando a evangelização segue os percursos da violência redutora em função do estabelecimento de um sistema colonial, isso é inevitável. (HOORNAERT, 1992, p. 149).

⁹ Os índios contrários à catequização colocada pelos missionários, ou os que não permitiam a retirada de suas terras, eram denominados pelos portugueses e jesuítas como índios bravos. Estes indígenas, nos séculos XVI e XVII, muitas vezes avançavam violentamente em vilas e aldeamentos, provocando estragos e causando problemas.

Além da imposição e violência usada pelos portugueses para imporem a santa fé e sua cultura, era constante o uso de presentes e agrados para atraírem os indígenas. Estes índios mansos ou convertidos, tratados pelos índios bravos como traidores e pelos portugueses como heróis, foram essenciais na conversão dos demais. A evangelização no Brasil colônia pelos portugueses era muitas vezes confundida como sendo um meio de colonização, pois "Evangelizar tornava-se sinônimo de aporuguesar." (HOORNAERT, 1992, p.211).

Dentre as principais funções destes índios aldeados estava o auxílio na defesa do território e servir como de mão-de-obra para os colonos, atuando na construção e reparo de obras civis, nos engenhos, e em todas as atividades básicas para a sobrevivência do colono. Por conta da escassez de colonos na vasta colônia portuguesa, o índio se tornou indispensável ao português.

Principalmente os paulistas realizaram diversas entradas no sertão brasileiro acompanhados dos jesuítas para o descimento de indígenas, sendo que estes índios eram distribuídos entre os aldeamentos jesuíticos e os colonos, responsáveis por enviar os bandeirantes.

Estes indígenas também foram essenciais para a penetração no sertão brasileiro, abrindo novos caminhos e por consequência expandindo a colonização no território, pois somente eles conheciam os caminhos, rios e as técnicas para se sobreviver neste novo mundo.

Os índios, vistos como pagãos e inimigos da fé cristã, deveriam ser enfrentados ou catequizados pelo português cristão, conforme o que se pensava ser para o bem da civilização. Este fenômeno pode ser compreendido ao serem analisados os fatos que levaram os portugueses e espanhóis a terem defendido, durante muito tempo, a fé cristã em seus territórios contra a invasão moura, empregando uma nova guerra santa na colônia.

A catequese Jesuítica, entendida como a doutrinação dos fiéis, era dirigida especificadamente aos índios e negros, sendo os primeiros a sua maioria.

Mas a consequência mais grave da identificação entre catequese e doutrinação consiste no fato de que ela é concebida como um movimento ativo, que parte dos colonizadores em direção aos colonizados. [...] a catequese não é vista como um movimento em direção ao outro, [...] mas como um movimento integrante, englobante e redutor. (HOORNAERT, 1992, p. 109).

Apesar da escravização de indígenas ter sido proibida pela Coroa Portuguesa desde meados do século XVI, por conta da presença jesuítica no Brasil, os colonos ou burlavam tal lei ou escravizavam índios por meio das denominadas *Guerras Justas*¹⁰. Como esta era a única e mais viável mão de obra disponível no território, o conflito entre colonos, Coroa e religiosos se intensificava visando o controle destes recursos.

Com certeza todo este confronto gerará conflitos de interesses particulares entre os colonos e a Coroa, pois o trabalho indígena era naquele momento primordial para o desenvolvimento da Colônia. (MENDONÇA, 2009, p.14).

Diversas leis e provisões foram promulgadas pelo reino de Portugal com a intenção de coibir a escravidão indígena, legalizando seu trabalho na colônia, desde a lei de D. Sebastião de março de 1570, que proibía a escravidão e o mau trato dos indígenas catequizados, como a Provisão de 1609 e a posteriormente a *Ley sobre a liberdade do gentio da terra* de 1611. Essas prescrições eram cópia fiel das de Castela (FLEXOR, 2006, p.04), porém nenhuma das duas coroas conseguiu proteger o gentio dos abusos sofridos pelos colonos.

Os Jesuítas mesmo não concordando com a escravidão imposta pelos colonizadores aos índios, motivando diversos conflitos, eles os educavam por meio de um severo método em seus aldeamentos, "Aos índios impunha o império e a civilização cristã, intimamente ligados como ligados estavam o trono e o altar." (WETZEL, 1992, p.212).

¹⁰ Para Mendonça (2009), as chamadas "Guerras Justas" eram incursões paulistas em direção do sertão para enfrentar ou aprisionar os indígenas que não concordavam com a evangelização imposta pelos missionários.

CAPITULO 02

Expansão da Companhia e seu estabelecimento nas Capitâneas do Sul

2.1. O estabelecimento da Ordem no Brasil: geografia e cronologia

2.1.1. Primeira expansão dos jesuítas ao longo do litoral



Figura 2.1. Atlas do Brasil de 1666. Autoria de Joao Teixeira Albernaz II. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075.pdf>. Acesso em: 13/08/2013.

Nota: A costa do Brasil e os principais cursos d'água. Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Embora os primeiros padres a chegarem ao Brasil tenham sido os franciscanos, no primeiro ciclo de ocupação, o litorâneo, os principais missionários atuantes foram os jesuítas.

Como apontado anteriormente, os seis primeiros padres desta ordem aportaram em terras brasileiras em 1549 com Manuel da Nóbrega, anteriormente aos religiosos que foram à Índia, Macao ou China, sendo que,

José de Anchieta e (1534-1597) e Nóbrega precedem, na missão de Assistência de Portugal, as experiências de Mateus Ricci (1550-1610) em Macao, China e de Roberto de Nobili (1577-1656) em Goa, Índia. Eles foram realmente pioneiros. (HOORNAERT, 1992, p.46).

Em um primeiro momento os jesuítas percorreram todo o litoral brasileiro e parte da zona da mata juntamente dos colonizadores portugueses. Seu auge ocorreu na segunda metade do século XVI e começo do XVII, sendo os jesuítas os principais religiosos deste período.

Os principais catequistas que atuaram neste ciclo foram Antônio de Araújo, João de Azpilcueta Navarro, Jerônimo Rodrigues, Leonardo do Vale, Cristóvão Valente, Manuel Viegas e José de Anchieta. Suas intenções no Brasil eram extremamente missionárias, tendo os aldeamentos e colégios servidos a este propósito.

De acordo com Hoornaert (1992), a presença dos Jesuítas neste primeiro ciclo de ocupação poderia ser dividida em cinco etapas, cada uma com seus principais representantes: a aliança, a catequese, a organização eclesiástica dos aldeamentos, residências e colégios.

Em um primeiro momento, denominado a aliança, os jesuítas recém-chegados ainda não possuíam religiosos capacitados para se comunicarem com os gentios da terra, se aliaram a exploradores portugueses que já estavam no Brasil e conheciam a língua local, como Pero Correia, Antônio Rodrigues e João Ramalho, que se mostraram essenciais no início da redução de indígenas.

Em seguida os jesuítas necessitaram estabelecer o método de catequese que iriam aplicar aos índios aldeados, onde José de Anchieta foi o principal expoente desta época, tendo os padres Leonardo do Vale e Cristóvão Valente seguido seu método de evangelização. O primeiro se destacou na linguística e o

segundo compôs cantigas com a intenção de transmitir a cultura europeia ao índio.

Posteriormente Manuel da Nóbrega, o primeiro provincial do Brasil com o apoio de Cristóvão de Gouveia ordenou e regulamentou a vida da Ordem no Brasil, baseados nas Constituições e recomendações escritas por Inácio de Loyola¹¹.

Com a organização eclesiástica estabelecida, os religiosos necessitaram implantar os aldeamentos com o intuito de sistematizar a catequese e a vida indígena na colônia. Luís da Fonseca e Luís da Grã (CARTAS AVULSAS, 1931; VASCONCELLOS, 1865) foram jesuítas que defenderam e escreveram sobre a estrutura dos aldeamentos, sendo que Luís da Grã se tornou provincial do Brasil e defendeu o objetivo missionário destes aldeamentos.

Por último, os colégios surgiram não só como apoio desses aldeamentos, mas também como centros de estudos para os colonizadores portugueses e elementos estruturados das vilas coloniais onde estavam presentes. Simão de Vasconcelos aparece nesta etapa como o principal representante, onde no final do século XVIII, os jesuítas preferiam muitas vezes se fixarem nos colégios focados apenas na educação, sem se importar muito com assuntos missionários.

Apesar da intenção jesuítica de salvar as almas dos índios da colônia, neste primeiro ciclo de ocupação os índios presentes na costa brasileira foram quase dizimados, pois os que não eram eliminados pelos portugueses morriam de fome ou doenças, sobrando apenas alguns milhares aldeados. Nas regiões litorâneas:

[...] temos que dizer que a tentativa de preservar a vida dos indígenas pelos aldeamentos, tentativa missionária do primeiro século da história brasileira, fracassou. Anchieta já percebeu isto em 1585, quando ele medita com espanto sobre a rápida decadência dos aldeamentos. (HOORNAERT, 1992, p. 58).

¹¹ Dentre as legislações utilizadas pelos jesuítas no Brasil, podemos destacar as Constituições Jesuíticas e o *Ratio Studiorum*, ambos escritos por Inácio de Loyola.

2.1.2. Distribuição geográfica da Ordem no Brasil

Dos séculos XVI a meados do XVIII, a Companhia de Jesus foi um dos principais responsáveis pelo povoamento do interior da colônia portuguesa. Até a sua expulsão, os jesuítas controlavam um grande número de aldeamentos em todo o território, além de possuir grandes fazendas produtoras e de controlar toda a mão de obra indígena da colônia.

A Companhia de Jesus foi uma das responsáveis pela conquista territorial do Brasil e da sua conquista espiritual por meio das missões¹², que adentravam os sertões seguindo os cursos d'águas ou os caminhos indígenas existentes. Durante sua movimentação pela colônia, os jesuítas estabeleciam seus colégios e igrejas em locais propícios, e a partir destes núcleos faziam visitas itinerantes ou instalavam os aldeamentos.

Os primeiros jesuítas entendiam como sertão toda área distante da costa e ainda não alcançada pelos colonos portugueses. Este conceito baseado portanto no povoamento, mudava conforme a ocupação avançava território a dentro. Os arredores de São Paulo de Piratininga e de Salvador que eram considerados sertões no século XVI mudaram nos dois séculos seguintes.

As primeiras entradas realizadas pelos jesuítas durante a primeira metade do século XVI foram com a intenção de reconhecimento do território e dos indígenas presentes nele. Dentre as principais, podemos destacar as missões realizadas em:

1549 – Padre Manuel da Nóbrega, depois de instalar o colégio de Salvador, partiu de Porto Seguro na Bahia em direção ao Rio do Frade em busca de indígenas;

1550 – Leonardo Nunes saiu da Bahia e chegou na Vila de São Vicente, e em seguida atravessou a Serra do Mar em direção aos Campos de Piratininga e Santo André da Borda do Campo;

¹² “A Companhia de Jesus colaborou [...] quer com o reconhecimento dos sertões, que em entradas autônomas de contato com o gentio, a fim de angariar para as missões da costa, quer ainda em expedições organizadas civilmente para o descobrimento do ouro, em que os padres tomavam parte como capelães para assistir aos sertanistas [...]” (LEITE, 1965, p.94).

1551 – Nóbrega e o jesuíta Antônio Pires seguiram para o sertão de Pernambuco, na direção do Rio São Francisco devido a notícias da presença de tribos de índios na região;

1551 – Leonardo Nunes seguiu à oeste da Capitania de São Vicente junto do Rio Tiete catequizando o gentio ali presente;

1552 – Francisco Pires percorreu o sertão da Baía;

1553 – Nobrega partiu para os Campos de Piratininga e ao vale do rio Tiete, com a intenção de se fundar colégio naquela região¹³.

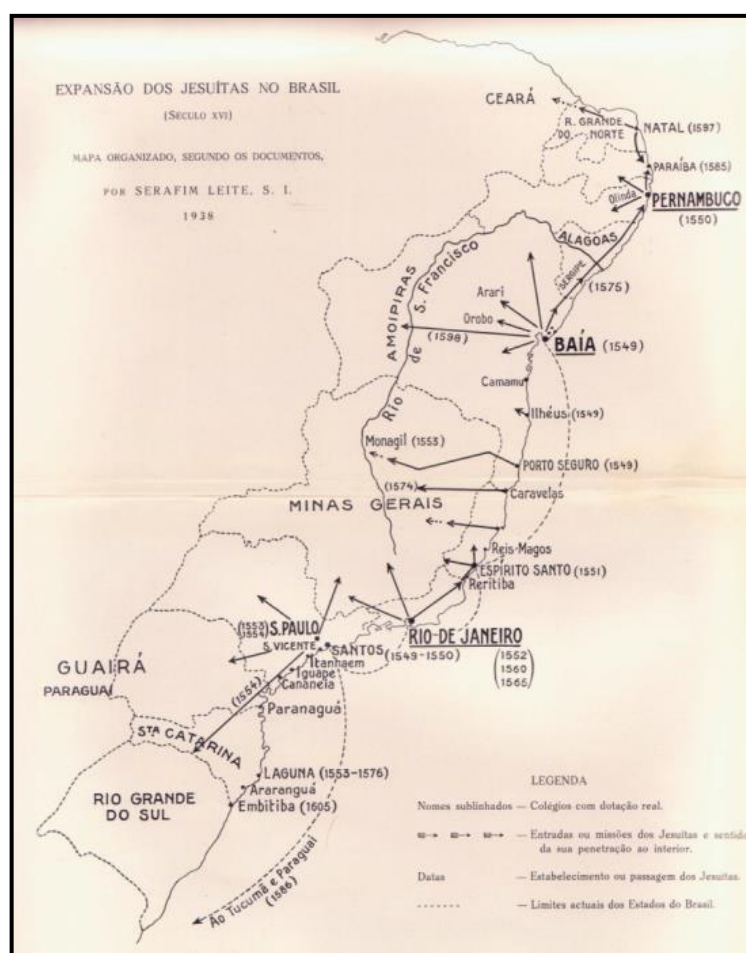


Figura 2.2. Mapa de expansão dos jesuítas no século XVI.

Fonte: LEITE, 1938, Tomo I, p. 512.

Nota: Neste mapa Serafim Leite aponta os principais vetores de deslocamento dos jesuítas no Brasil.

¹³ Estas e outras entradas realizadas pelos jesuítas no século XVI podem ser observadas na "Synopsis da história do Brasil e da missão dos padres jesuítas, de 1549 a 1568" nas CARTAS AVULSAS, 1931, p. 21-38.

2.1.2.1. As entradas e a busca pelo ouro

Por ordem do rei de Portugal, Francisco Bruza de Espiñosa juntamente de uma armada de brancos e índios, e com o auxílio do padre jesuíta João de Azpicuelta Navarro realizou-se uma entrada em busca de ouro no ano de 1553. Esta expedição chegou até Minas Gerais, através do vale do rio Jequitinhonha e do rio São Francisco. Apesar de não encontrarem ouro ou pedras preciosas, o padre Navarro pôde reconhecer toda esta vasta região do interior do território.

Vinte anos depois, outra entrada em busca de ouro financiada pela coroa portuguesa saiu da Baía em 1574, alcançando a região que hoje seria conhecida como Chapada Diamantina. O padre João Pereira e o irmão Jorge Velho seguiram juntos da expedição, batizando cerca de 500 índios e colonos presentes nesta região.

Posteriormente em 1636, a coroa permitiu por meio de licença régia que os jesuítas partissem em busca de esmeraldas e índios pelo Rio Doce. Além dos religiosos não encontrarem as pedras preciosas, entraram em confronto com índios bravos contrários à evangelização. Em 1677, os jesuítas seguiram novamente pelo Rio Doce para administrar os sacramentos aos portugueses em busca de esmeraldas nesta região.

Em outras regiões do Brasil, como na Amazônia, se organizou entradas para busca de ouro ou pedras preciosas (LEITE, 1965), e junto destas iam os jesuítas, para apoio religioso e controle dos índios.

2.1.2.2. Descimento de índios e a fundação dos aldeamentos

Durante o século XVI, as entradas ao sertão acompanhadas de um jesuíta tinham como objetivo descer indígenas para convertê-los ao cristianismo e civilizá-los. No século seguinte os religiosos começaram a se fixar nestes sertões já percorridos, tendo os colégios como bases de evangelização, “[...] cada qual com sua coroa de aldeias em condições de eficácia e segurança [...]” (LEITE, 1965, p. 97), de onde os religiosos partiam para assistir e evangelizar.

Os principais colégios durante os séculos XVI e XVII, de onde partiam as missões eram representados na região central da colônia pelo Colégio da Bahia, na região mais ao sul pelos Colégios do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo e ao norte pelos Colégios de Pernambuco, Maranhão e Pará.

Logo após o estabelecimento dos padres no Colégio da Bahia, eles se dispersaram em todas as direções ao longo dos rios que desaguam na Baía de Todos os Santos, principalmente em direção ao Rio São Francisco e através do rio Real, hoje estado de Sergipe. O provincial Pero Rodrigues conseguiu viajar por terra da Bahia até a vila de Pernambuco no final do século XVI (CARTAS AVULSAS, 1931), por conta do perigo de piratas presentes na costa brasileira. O rio São Francisco se apresentou como um importante meio de penetração no interior da colônia para os jesuítas, pois além de concentrar um grande número de indígenas a serem evangelizados nas suas margens e serras próximas, permitiu que os religiosos chegassem aos sertões do Piauí, e através deste alcançassem o Maranhão e o Ceará. No final do século XVIII, por conta do conhecimento dos jesuítas do sertão brasileiro, os padres podiam viajar da Bahia até Goiás por terra.

As missões que partiam do Colégio do Espírito Santo tinha como intenção atender as aldeias da Capitania, e por meio do Rio Doce alcançar a região de Minas Gerais à oeste. Além da solicitação da busca de pedras preciosas na região das Minas, os padres tinham como intenção o descimento dos índios Paranaubis, e ao sul em meados do XVII partiriam em busca dos índios Maromimis, em direção ao Vale do Paraíba.

Do fim do XVI ao início do XVII, o Colégio do Rio de Janeiro enviou por mar inúmeras expedições ao porto de Laguna, da onde os padres podiam partir em direção ao interior do atual estado de Santa Catarina, por vezes chegando ao Rio Grande do Sul. Juntamente destas expedições, os religiosos atendiam todas as aldeias próximas ao Colégio, partiam em direção do interior de Minas Gerais e buscavam índios ao norte do Rio Paraíba.

Logo após sua fundação, o Colégio de São Paulo não enviou entradas ao interior da colônia, principalmente pelo fato de estar sob o domínio do Colégio do Rio de Janeiro, tendo que realizar viagens apenas para prestar assistência as

aldeias e fazendas mais distantes, como São Jose dos Campos e Botucatu. Somente em meados do XVIII os jesuítas de São Paulo enviaria o Padre Agostinho Lourenço juntamente do governador D. Antônio Rolim de Moura para a fundação da Capitania de Mato Grosso. O governador e o religioso saíram em comitiva ao longo do Tiete, e cinco meses depois chegariam na hoje cidade de Cuiabá, fundando duas aldeias ao longo do Rio Guaiporé.

O Colégio de Pernambuco conseguiu enviar diversos missionários ao interior do Brasil até 1630, quando da invasão dos holandeses. Além de fundar aldeias em toda a capitania de Pernambuco, as entradas avançaram ao norte pela capitania do Rio Grande, chegando à capitania do Ceará no início do XVII. Posteriormente a invasão dos holandeses, com exceção de uma importante entrada em direção ao Rio São Francisco, a companhia ficou restrita a evangelização das aldeias em torno dos colégios de Olinda e Pernambuco, e à missionação na grande quantidade de fazendas presentes na capitania.

Do Colégio do Maranhão partiram diversas expedições seguindo os rios mais importantes da região catequizando os indígenas e fundando aldeias. Próximo ao colégio seguiram os rios Itapicuru e Pindaré, e por mar avançaram ao longo do rio Xingu, sendo que em meados do XVII, Pedro Pedrosa e Antônio Ribeiro descobririam o rio Parnaíba, alcançando o norte do Ceará. No século seguinte seguiriam pelos rios Itapicuru e novamente pelo Pindaré, descendo índios de várias tribos.

O Colégio do Pará se tornou nos meados do século XVII no principal centro irradiador de entradas na região Amazônica. O padre Antônio Vieira foi o primeiro missionário a avançar ao longo do rio Tocantins, seguido posteriormente pelo jesuíta Francisco Gonçalves, que explorou e fundou diversas aldeias ao longo dos rios Negro e Amazonas, alcançando regiões que nem os portugueses ainda conheciam. Um século depois, esta região seria explorada por mais de 40 expedições jesuíticas, sendo que a maioria utilizou do rio como meio de acesso as regiões inexploradas.



Mapa 2.1. Principais vetores de expansão dos jesuítas no Brasil de 1549 a 1759.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2014

Nota: Adaptado pelo autor.

2.2. Os Jesuítas nas Capitanias ao Sul do Brasil: Colégios, Residências, Fazendas e Aldeamentos

O sistema de Capitanias Hereditárias surgiu por conta das evidências clara de invasão francesa e a falta de controle da Coroa Portuguesa sobre sua colônia. O rei de Portugal ordenou em 1532 que Martim Afonso de Souza dividisse a costa, de Pernambuco ao Rio da Prata, em capitanias de 50 léguas cada e as doasse a donatários.

Porém a doação destas capitanias foi demorada por conta da dificuldade de encontrar pretendentes à ocupação destas terras desconhecidas e de estabelecer parâmetros e normas para a sua ocupação, tendo os primeiros documentos oficiais sobre as doações liberados apenas em 1534. Os donatários, responsáveis por elas, seriam senhores destas terras, tendo jurisdição civil e criminal, além de terem o direito de fundar vilas ao longo das costas e rios navegáveis e nomear ouvidores e tabeliães para doar terras de sesmarias.

Dividiu-se então o território brasileiro em 12 capitanias, começando ao norte na costa do Maranhão e seguindo ao sul até Santa Catarina, se estendendo assim por 735 léguas (ABREU, 2000). Estas capitanias se estendiam para dentro do território até a linha do Tratado de Tordesilhas.

De acordo com a análise dos mapas levantados na Biblioteca Nacional Digital – Brasil (Fig. 2.3 a 2.6) e as descrições de Capistrano de Abreu, podemos notar primeiramente que a Capitania de São Vicente era definida ao sul pelo Rio Paranapanema e a Baía de Paranaguá no litoral, à oeste pelo Rio Paraná e ao Norte pelo atual Rio Grande, terminando no litoral na altura de Ubatuba.

A capitania do Rio de Janeiro possuía seus limites a partir do Cabo de São Tomé ao norte no litoral seguindo em direção da Serra da Mantiqueira, passando possivelmente pela foz do Rio Grande, até alcançar o Rio Paranaíba. Ela segue ao sul até encontrar com a Capitania da São Vicente no Rio Grande, finalizando em Ubatuba. A Capitania do Espírito Santo era basicamente limitada a oeste e

norte pelo Rio Doce, e ao sul pela Capitania do Rio de Janeiro, próxima à foz do Rio Paraíba do Sul.

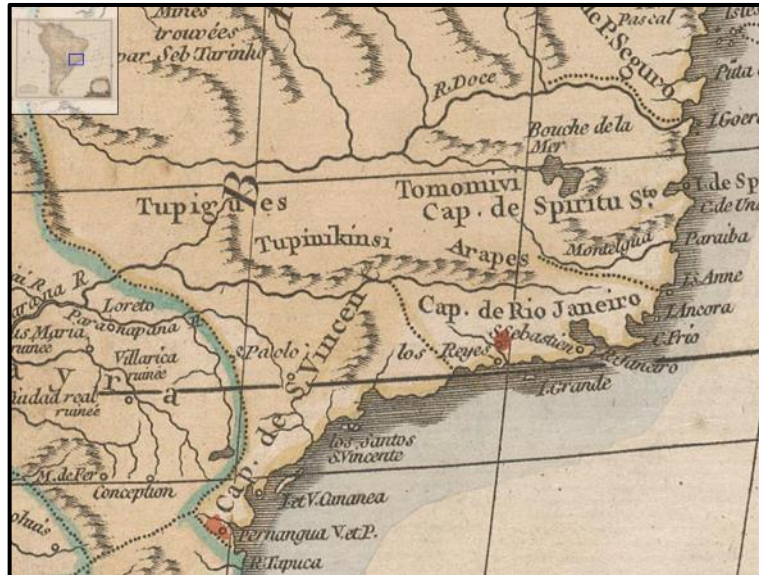


Figura 2.3. Trecho do mapa *Amerique Meridionale* de 1750, onde aparecem as Capitânicas do Sul do Brasil. Autoria de Didier R. Vaugondy.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart354242.jpg>

Acesso em: 13/08/2013.



Figura 2.4. Trecho do mapa *Le Brésil* de 1710, onde aparecem as Capitânicas do Sul do Brasil. Autoria de Nicolas de Fer.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart513777.htm>

Acesso em: 13/08/2013.



Figura 2.5. Trecho da *Carta geográfica del Bresil* de 1740, onde aparecem as Capitâncias do Sul do Brasil.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart551648/cart551648.jpg>

Acesso em: 13/08/2013.



Figura 2.6. Trecho da *Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du pays des Amazones* de 1703, onde aparecem as Capitâncias do Sul do Brasil. Autoria de Guillaume de L'Isle.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart209330.jpg>

Acesso em: 13/08/2013.



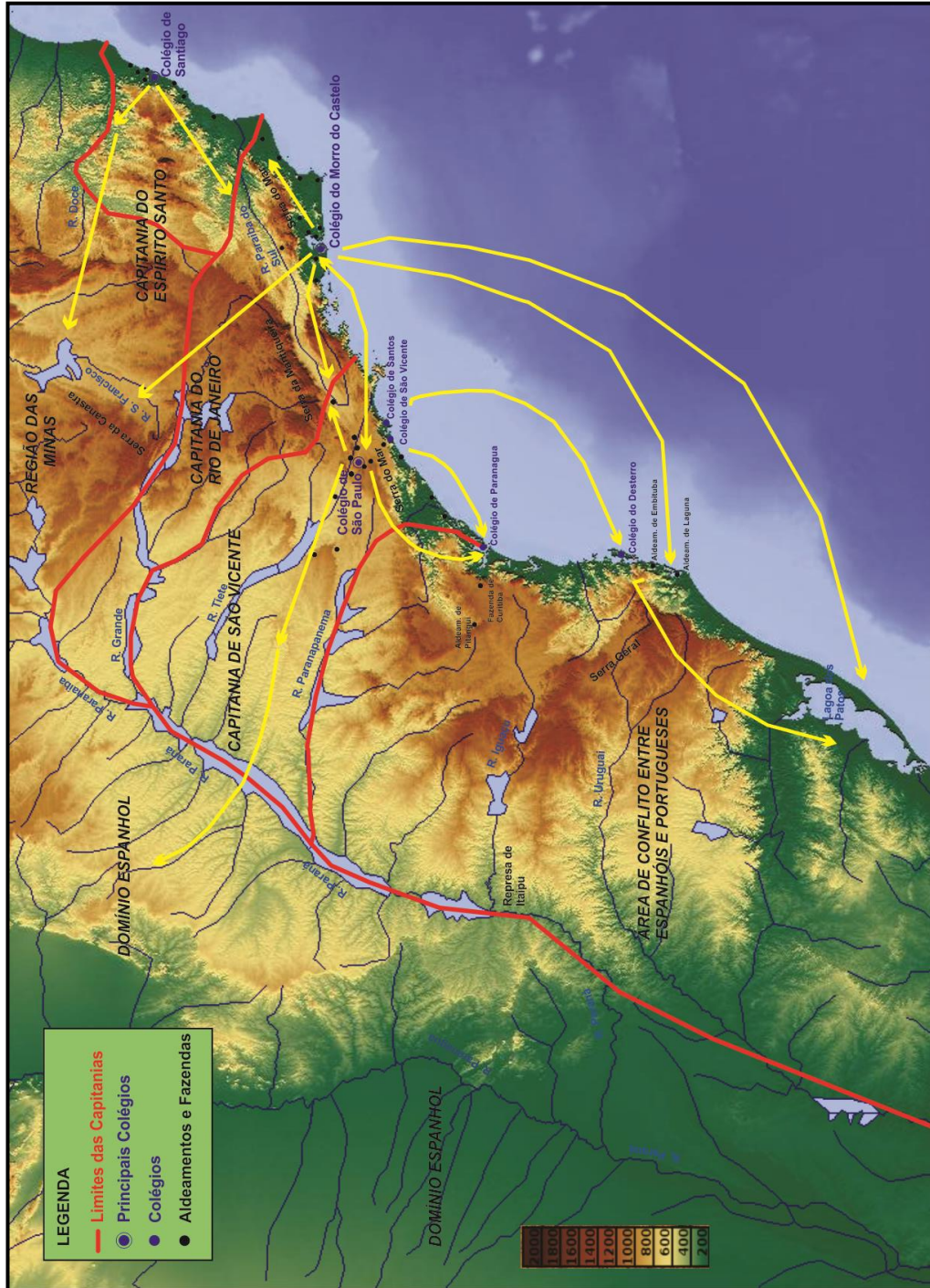
Mapa 2.2. Capitánias do Sul

Fonte: *Free relief layers for google maps, 2013.*

Nota: Podem-se observar os limites das capitánias do século XVIII sob um mapa atual. A base utilizada para isso é o mapa topográfico do Brasil disponível no sítio do *Maps for Free*. Adaptado pelo autor.

Logo que os jesuítas chegaram à Baía de Todos os Santos em 1549, como vimos anteriormente, tanto o padre Leonardo Nunes como posteriormente o Provincial do Brasil Manuel da Nóbrega juntamente de outros jesuítas, seguiram rumo às capitanias localizadas ao sul do território. Estas capitanias, que estariam na jurisdição do Colégio do Rio de Janeiro no século XVII, eram compostas por Espírito Santo, São Vicente e Rio de Janeiro, possuindo cada uma o seu próprio colégio.

Seguindo mais ao sul da Capitania de São Vicente estava um território de conflito entre os colonos espanhóis e lusitanos, mas de intensa missão pelos jesuítas portugueses. A oeste era delimitado pelo Rio Paraná e seguia pelo litoral até a Lagoa dos Patos.



Mapa 2.3. Rede de fluxos das Capitâneas do Sul
 Fonte: *Free relief layers for google maps, 2013.*

Nota: Estão representados no mapa os principais vetores de circulação e expansão dos jesuítas de 1549 a 1759. A base utilizada para isso é o mapa topográfico do Brasil disponível no sítio do *Maps for Free*. Adaptado pelo autor.

2.2.1. Capitania do Espírito Santo

Os primeiros jesuítas a aportarem na Capitania do Espírito Santo em 1551 foram o Padre Afonso Brás e o Irmão Simão Gonçalves estabelecendo uma residência na Vila de Vitória e iniciando a construção da igreja. A Residência e Igreja de Santiago já se encontravam em atividade no ano seguinte; em 1568 os religiosos já atendiam, além da própria vila, mais três aldeias próximas além de Vila Velha. Apesar de ser instituído o seminário ainda no século XVI com uma boa estrutura, possuindo sete cubículos, pomar e horta completa e um porto privativo para os padres, o Colégio de Santiago somente seria estabelecido oficialmente em 1654.



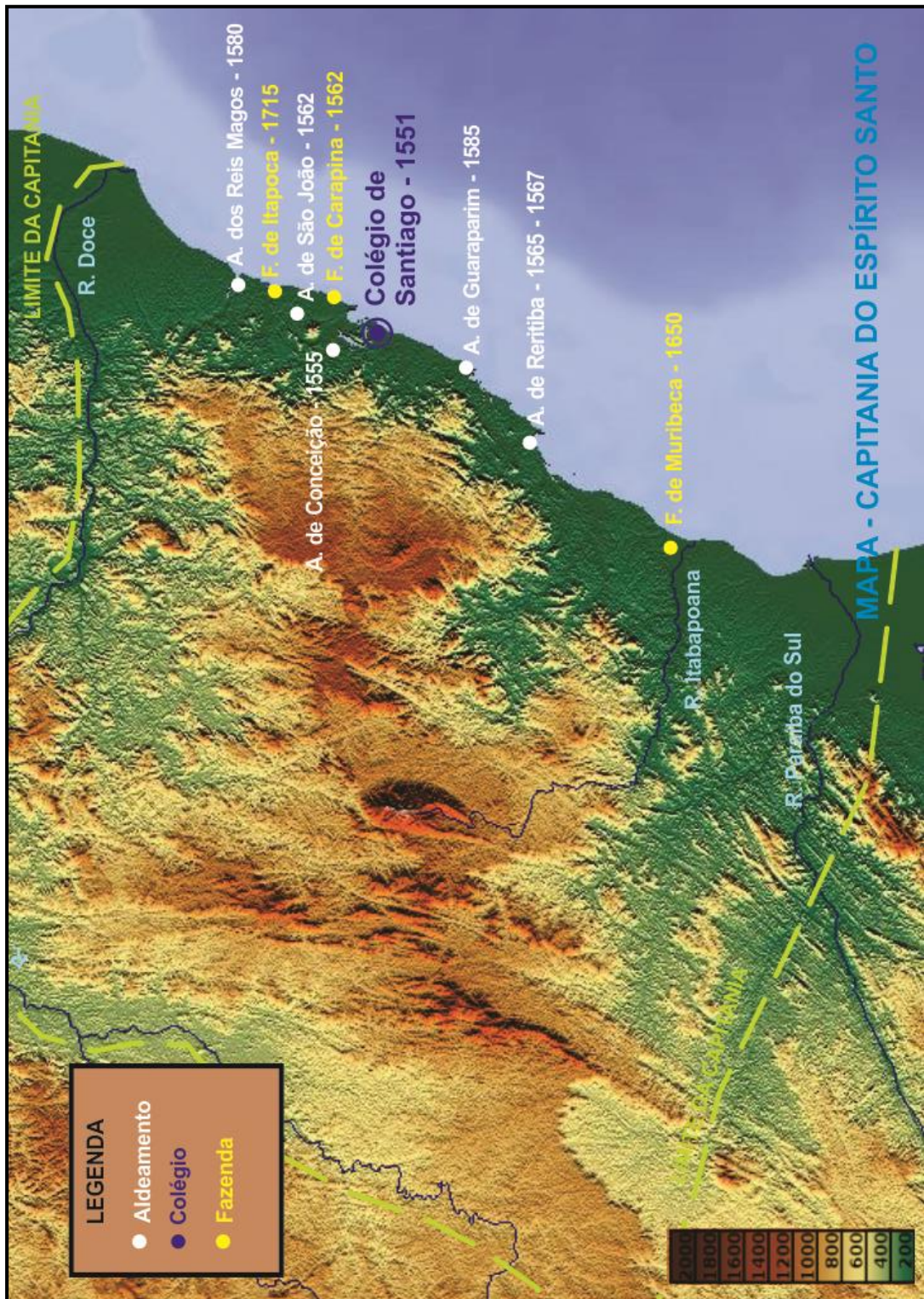
Figura 2.7. “Planta da Villa de Victória”.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530868.jpg>. Acesso em: 20/09/2013.

Nota: Em destaque a Igreja de São Thiago construída pelos padres jesuítas.

Os índios aldeados na Capitania foram a principal, senão única, força militar (CARTAS AVULSAS, 1931, p. 210) na defesa contra os piratas franceses e ingleses que constantemente atacavam o litoral, repelindo diversos ataques à Vila de Vitória no final do século XVI.



Mapa 2.4. Colégios, Aldeamentos e Fazendas da Capitania do Espírito Santo

Fonte: *Free relief layers for google maps, 2013.*

Nota: Pode-se observar no mapa a localização de Santiago, os aldeamentos e as fazendas implantadas pelos jesuítas na Capitania durante sua presença no Brasil colônia. A base utilizada para isso é o mapa topográfico do Brasil disponível no sítio do *Maps for Free*. Elaborado pelo autor.

Os primeiros aldeamentos com residência fixa a se instalarem na Capitania foram Nossa Senhora da Conceição e São João, ambos em meados do XVI. Posteriormente, no final do século XVI, se instalariam os aldeamentos de Nossa Senhora da Assunção (Reritiba) e o de Santo Inácio dos Reis Magos, e finalmente em 1606 o de Guaraparim (LEITE, 1945, Tomo VI).

O aldeamento de Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 1556, próximo à Vila de Vitória no atual município de Serra, pelo Padre Luiz da Grã que estava de passagem pela Capitania do Espírito Santo. A intenção do Padre foi ajuntar alguns índios locais e seu principal para a catequização, sendo estabelecida definitivamente somente em 1560 com o alojamento dos índios Maracajaguaçu vindos do Rio de Janeiro sob a orientação do padre Braz Lourenço.

Posteriormente a este aldeamento foi estabelecido o de São João em 1562, com o descimento de alguns índios dispersos ao norte da Capitania do Rio de Janeiro. Os jesuítas não chegaram a estabelecer residência fixa nesta aldeia, somente praticando os sacramentos por meio das visitas semanais.

O aldeamento de Reritiba, localizado no atual município de Anchieta, foi fundada em 1565 e oficializada dezesseis anos depois, ganhando destaque por acolher o Padre José de Anchieta, que morou durante boa parte de sua vida e faleceu nela. A aldeia possuía residência fixa para os padres, sendo umas das principais da Capitania, pois empreenderam intensa missão na região, assegurando não apenas a evangelização desta aldeia como também das próximas à ela, como o aldeamento de Guaraparim.



Figura 2.8. Aldeia de Reritiba.

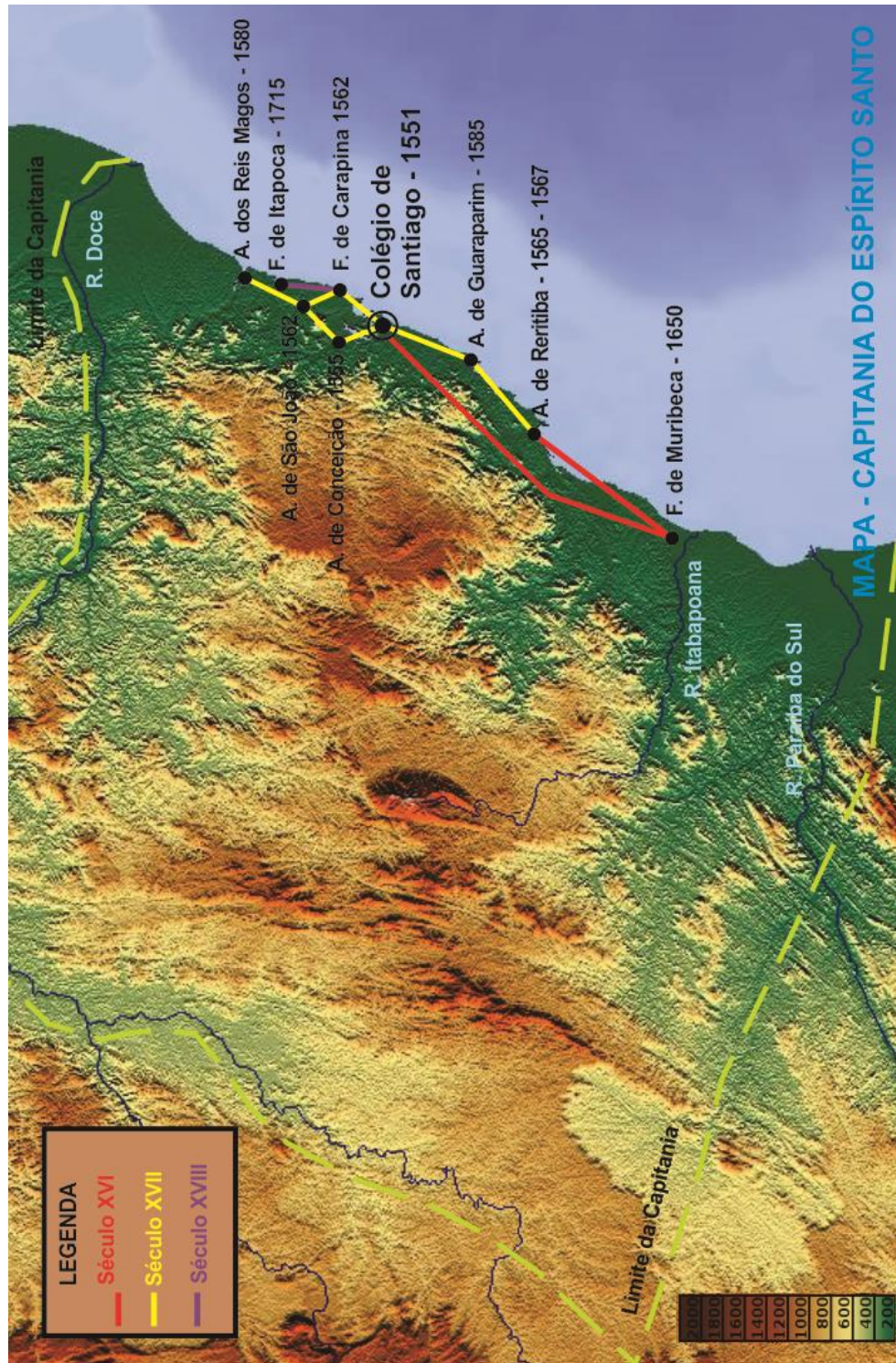
Fonte: LEITE, 19 p. 185.

Nota: Na foto a Igreja de Nossa Senhora da Assunção estabelecida pelos jesuítas e o terreiro à frente.

Guaraparim foi fundado em 1585 e possuindo residência própria somente no fim do século XVII, era dependente de Reritiba para a administração dos sacramentos nos anos seguintes.

O aldeamento dos Reis Magos foi fundado pelos jesuítas em 1580, próximo à foz do Rio Doce. Na primeira metade do século XVII obteve uma grande sesmaria para o descimento dos índios e instalou uma residência fixa para os jesuítas com capela própria, se tornando notável por alojar uma grande quantidade de índios Aimorés e Paranaubis, descidos da região das minas.

Além dos aldeamentos da Capitania do Espírito Santo, os jesuítas estabeleceram as fazendas de Carapina e Muribeca em meados do século XVII e a de Itapoca no final do XVIII. Estas fazendas, além de fornecerem suprimentos básicos para o Colégio de Vitória atendiam aos aldeamentos da Capitania.



Mapa 2.5. Rede de fluxos da Capitania do Espírito Santo

Fonte: *Free relief layers for google maps, 2013.*

Nota: Pode-se observar no mapa a rede de comunicações e pessoas estabelecidas pelo Colégio, aldeias e fazendas na capitania por século. A base utilizada para isso é o mapa topográfico do Brasil disponível no sítio do *Maps for Free*. Adaptado pelo autor.

2.2.2. Capitania do Rio de Janeiro

2.2.2.1. Os jesuítas e o conflito com Villegaignon

Em meados do XVI, quando os jesuítas aportaram no Brasil, a Baía da Guanabara era principalmente ocupada pelos índios Tamoios, hostis à colonização portuguesa, e constantemente visitada por mercadores franceses.

Os jesuítas Manuel da Nóbrega, Francisco Pires e Pero Correia passaram por Guanabara pela primeira vez em 1553, pregando e evangelizando em algumas aldeias de índios aliados aos portugueses (ANCHIETA, 1933). Embora haja registros de que Tomé de Souza tenha se encantado com as qualidades do sítio da Capitania do Rio de Janeiro (LEITE, 1938, Tomo VI, p. 363), não estabeleceu fortaleza neste local pela pouca quantidade de colonos ali presentes.

Os índios aliados aos portugueses, Temiminós e Maracajás, se vendo pressionados pelos Tamoios na Guanabara, solicitaram ao donatário do Espírito Santo que os auxiliassem. Os jesuítas enviaram embarcações para buscar estes índios aliados e fundaram com eles o aldeamento da Conceição na Capitania do Espírito Santo em 1555.

Foi neste mesmo ano que o cavaleiro Nicolau Durand de Villegaignon chegou à Baía da Guanabara e se estabeleceu na Ilha do Sergipe, se aliando aos índios Tamoios que eram contrários a colonização portuguesa. Intitulando esta colônia de “França Antártica”, Villegaignon não somente armou os Tamoios fazendo com que assolassem a costa chegando até o Planalto de Piratininga, como interceptou navios portugueses que saíam de Santos e São Vicente em direção à Bahia ou Lisboa. Esta invasão se tornou um dos principais problemas da Coroa Portuguesa no século XVI.

Os Tamoios, com o apoio dos franceses, assolaram toda a costa da capitania do Rio de Janeiro e parte da de São Vicente, desde o Cabo Frio até Bertioga, matando e escravizando colonos e índios aliados. Em 1563, sem os

portugueses conseguirem vence-los, diversos colonos pensavam em abandonar as Capitânicas.

Em as letras passadas toquei algo das grandes opressões que dão a esta terra uns nossos inimigos chamados *Tamuya* (Tamoios), do Rio de Janeiro, levando continuamente os escravos, mulheres e filhos dos Cristãos, matando-os e comendo-os, e isto sem cessar, uns idos, outros vindos por mar e por terra; nem bastam serras e montanhas mui ásperas, nem tormentas mui graves, para lhes impedir [...] (ANCHIETA, 1933, p. 197).

Além de atrapalhar a colonização portuguesa, esta situação crítica em que viviam as capitânicas dificultava a evangelização realizada pelos jesuítas, pois os religiosos caíam em descrédito pelos índios convertidos, em especial pelos Tupis do sertão de Piratininga.

Em decorrência destes fatos, o Padre Manuel da Nóbrega:

[...] meditou um golpe audacioso. Nada menos que separar os Tamoios da Costa dos do Rio e confederá-los depois com os Tupis de Piratininga e S. Vicente. Com o enfraquecimento da confederação geral dos Tamoios, seria possível ou mais fácil a fundação da cidade do Rio de Janeiro. (LEITE, 1938, Tomo I, p. 367).

Para execução de seu plano, Nóbrega se juntou ao Padre Anchieta em 1553 e se entregaram como reféns aos Tamoios reunidos em Iperog, atual cidade de Ubatuba, possibilitando assim que o padre negociasse a paz com os índios inimigos. Anchieta afirma em uma de suas cartas (ANCHIETA, 1933, p. 193-194) que isso só foi possível por devido ao prestígio que os jesuítas gozavam em meios aos povos de vários grupos de indígenas.

Em seu cativeiro, os padres iniciaram a árdua catequese das aldeias ali presentes, utilizando as próprias habitações da aldeia para a realização das missas e catequeses. Com isso conseguiram trazer para o seu lado os Tamoios presentes na Capitania de São Vicente, poupar as vilas da Capitania de mais ataques e enfraquecer os Tamoios que assolavam a Baía da Guanabara.

2.2.2.2. A derrubada do Forte Coligny

Villegaignon quando chegou à Ilha de Sergipe, além de causar todos os problemas mencionados, construiu um forte denominando-o de Forte Coligny. Neste local estavam não só franceses, mas também protestantes vindos da Europa, incomodando tanto os portugueses quanto os jesuítas presentes no Brasil.

Em uma primeira tentativa de expulsão dos Franceses, os capitães da Vila de São Vicente, com o apoio dos padres Manuel da Nóbrega e Manuel de Paiva, enviaram duas expedições de colonos e índios aldeados contra os Tamoios reunidos na costa do Rio de Janeiro. Os jesuítas, principalmente liderados por Nóbrega, interviram no conflito por meio de expedições armadas de índios aldeados lutando contra os tamoios, mas também atuando para obter a conversão de parte dos inimigos.

No fim deste mesmo ano, o Governador Mém de Sá recebeu uma armada na Baía vinda de Lisboa, e abastecendo-a de mais soldados e de índios aldeados pelos jesuítas, seguiu para a Baía de Guanabara para reconquistá-la. Chegando à Baía em 1560, se reuniram com reforços da Vila de São Vicente e com mais índios catequizados enviados do Espírito Santo e do Planalto de Piratininga, assistidos pelos padres Fernão Luiz e Gaspar Lourenço. No segundo dia de combate tomaram o forte francês e dispersaram os índios Tamoios aliados, sendo a presença de Nóbrega a frente da batalha essencial para o sucesso.

Era a fortaleza mui forte, assim pela natureza e situação do lugar, toda cercada de penhas [...]. Acometeram com tudo isto por mar e por terra, confiados no Poder Divino e no seu próprio: defendiam-se os Franceses com os inimigos, travando-se grande e cruel peleja [...] mas tendo os nossos cometido cousa tao árdua, e ao parecer de quasi todos temerária, pela justiça e fé foram ajudados do Senhor dos exércitos (Nóbrega) [...] fugiram os Franceses [...] (ANCHIETA, 1933, p. 159).

2.2.2.3. Estácio de Sá e os jesuítas na fundação do Rio de Janeiro

Após a derrubada do Forte Coligny, o Governador Mem de Sá não estabeleceu povoação no Rio e nem fortificações por não possuir gente o suficiente (NÓBREGA, 1931). Os Tamoios que recuaram com o ataque, se estabeleceram no sertão adentro, continuando a atacar as vilas portuguesas presentes nas Capitânicas do Rio e de São Vicente, além da constante presença de naus francesas que assolavam a costa.

Anchieta durante seu cativeiro em Iperoig percebeu que os Tamoios queriam a guerra contra os colonos e “[...] que todos os Franceses do Rio eram protestantes e até perseguiram e matavam a quem celebrasse missa [...]” (LEITE, 1938, Tomo I, p. 367). Estas questões fizeram com que a Coroa Portuguesa apressasse a povoação da Baía da Guanabara, enviando a armada de Estácio de Sá para isso.

Antes de Estácio de Sá se estabelecer no Rio de Janeiro, foi ter com Nóbrega em São Vicente, por conta da forte resistência dos Tamoios na região. O jesuíta durante dois meses alistou combatentes e reuniu índios aldeados para povoar Baía da Guanabara, sendo que a maioria enviada para este fim partiu do Planalto de Piratininga auxiliados pelo padre José de Anchieta (CARTAS AVULSAS, 1931).

Durante quatro anos após a derrubada do forte, o jesuíta Gonçalo de Oliveira com o apoio de poucos colonos, repeliram os ataques dos Tamoios e franceses dia e noite, construindo fortificações em locais estratégicos e estabelecendo uma administração precária, mas rígida.

Somente em janeiro de 1567, Mem de Sá retorna à Baía da Guanabara para junto de uma grande armada portuguesa, colonos, mantimentos e seis jesuítas, fundarem definitivamente a cidade do Rio de Janeiro e expulsarem os franceses e índios inimigos ali presentes. O governador geral funda a cidade no Morro do Castelo, junto do Colégio Jesuítico, reunindo cerca de 150 moradores (CARTAS AVULSAS, 1931) e diversos índios descidos de missões jesuíticas.



Figura 2.9. “Prise de Rio Janeiro”.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart20568.jpg>

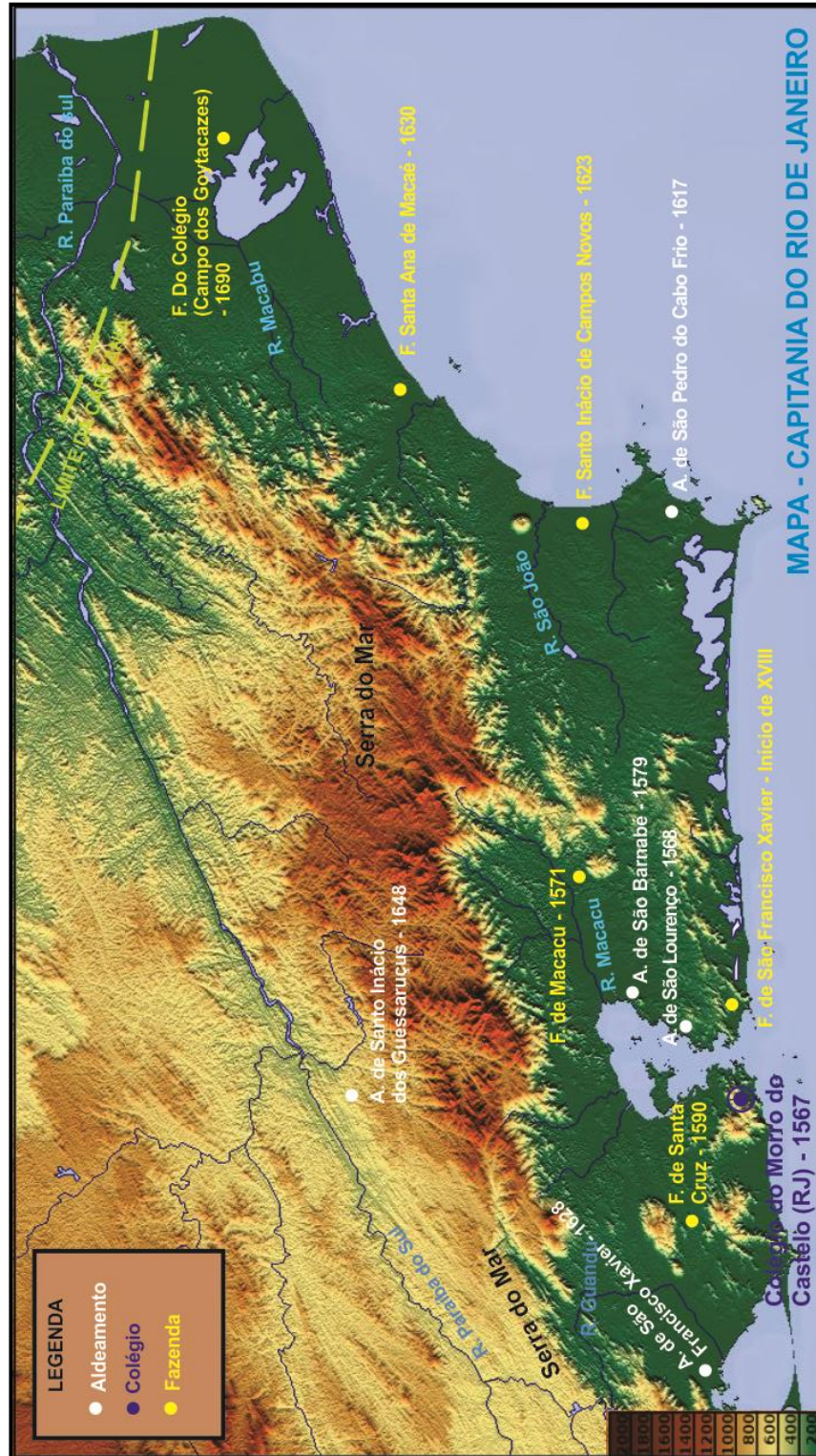
Acesso em: 13/08/2013.

Nota: Mapa da Baía de Guanabara de 1740 com o colégio dos jesuítas (destacado em vermelho) e a localização dos fortes.

Abaixo segue um trecho da carta enviada por Nóbrega ao Infante Cardeal Dom Henrique em 1560, pedindo dentre outras coisas que enviassem colonos para se estabelecerem aqui.

Parece muito necessário povoar-se o Rio de Janeiro e fazer-se nelle outra cidade como a da Bahia, porque com ella ficará tudo guardado, assim esta capitania de S. Vicente como a do Espirito Santo, que agora estão bem fracas, e os Francezes lançados de todo fóra, e os Índios se poderem melhor sujeitar, e para isso mandar mais moradores que soldados [...]. (NÓBREGA, 1931, p. 227).

2.2.2.4. Aldeamentos, Fazendas e Residências do Rio de Janeiro



Mapa 2.6. Colégios, Aldeamentos e Fazendas da Capitania do Rio de Janeiro.

Fonte: *Free relief layers for google maps, 2013.*

Nota: Pode-se observar no mapa a localização do Colégio do Morro do Castelo, os aldeamentos e as fazendas implantadas pelos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro durante sua presença no Brasil colônia. A base utilizada para isso é o mapa topográfico do Brasil disponível no sítio do *Maps for Free*. Adaptado pelo autor.

Os aldeamentos estabelecidos na Capitania do Rio de Janeiro, além do intuito da evangelização dos índios e sua inserção como mão de obra na colônia, tiveram o objetivo de defesa do território contra o avanço de índios inimigos e dos franceses.

Os primeiros aldeamentos fundados na Capitania, ainda no século XVI, foram o de São Lourenço e o de São Barnabé. Ambos estavam localizados próximos à Baía da Guanabara, sendo que o primeiro abrangia a atual região de Niterói e o segundo margeava o Rio Macacu.

No século seguinte foram fundados outros três importantes aldeamentos na região, sendo que o primeiro deles, São Pedro do Cabo Frio fundado em 1617, contava com igreja e residência fixa para os jesuítas. O aldeamento de São Francisco Xavier foi instalado na atual cidade de Itaguaí em 1628 e, além de reforçar a proteção da vila contra as invasões, recebia principalmente os índios descidos da Capitania do Espírito Santo e da Lagoa dos Patos no sul. Por fim, o aldeamento de Santo Inácio foi estabelecido em meados do século XVII em uma aldeia dos índios Guessaruçu, próximo ao rio Paraíba do Sul, ao norte da Capitania, permitindo aos religiosos descerem indígenas de todo o médio e baixo Paraíba.

Os aldeamentos estavam distribuídos estrategicamente no território do Rio de Janeiro, visando principalmente à defesa contra invasões pelo mar, protegendo o entorno da Baía da Guanabara (Aldeamentos de Barnabé, São Lourenço e São Francisco Xavier), enquanto o aldeamento de São Pedro do Cabo Frio funcionando como um posto mais avançado no mar.

As fazendas estabelecidas nesta Capitania se apresentaram como propriedades produtivas essenciais, empregando a mão de obra indígena catequizada pelos jesuítas em todas as suas atividades. A fazenda de Santa Cruz foi a mais importante propriedade dos jesuítas na porção sul da colônia, demarcada pelos padres oficialmente em 1590. Segundo LEITE era constituída por 10 léguas quadradas ao longo do litoral do Rio de Janeiro, (1931, Tomo 01, p. 422) e localizava-se próximo ao atual bairro de Guaratiba.

Em meados do século XVIII, antes da expulsão da Companhia, a fazenda Santa Cruz possuía características de um grande estabelecimento agropecuário, com criação de gado e produção de alimentos, além de contar com uma residência permanente para os padres, escola para catequese, diversas oficinas e engenho para produção de açúcar.

A fazenda Macacu, localizada ao norte da Baía de Guanabara nas proximidades do rio de mesmo nome foi implantada no final do século XVI, tendo a produção de farinha como sua principal atividade. No início do século seguinte foi estabelecida a fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos; acompanhando o litoral, ia do Cabo Frio até o atual município de Macaé. Além da produção de gado e de legumes, fornecia lenha para o Colégio do Morro do Castelo na Cidade do Rio de Janeiro.

A fazenda situada nos Campos dos Goytacazes, conhecida como Fazenda do Colégio, foi juntamente com a de Santa Cruz uma das mais rentáveis para os jesuítas na Capitania. Fundada em 1690, além da residência e igreja própria contava com um engenho de açúcar e, diferentemente das outras, possuía uma fábrica de cerâmica.

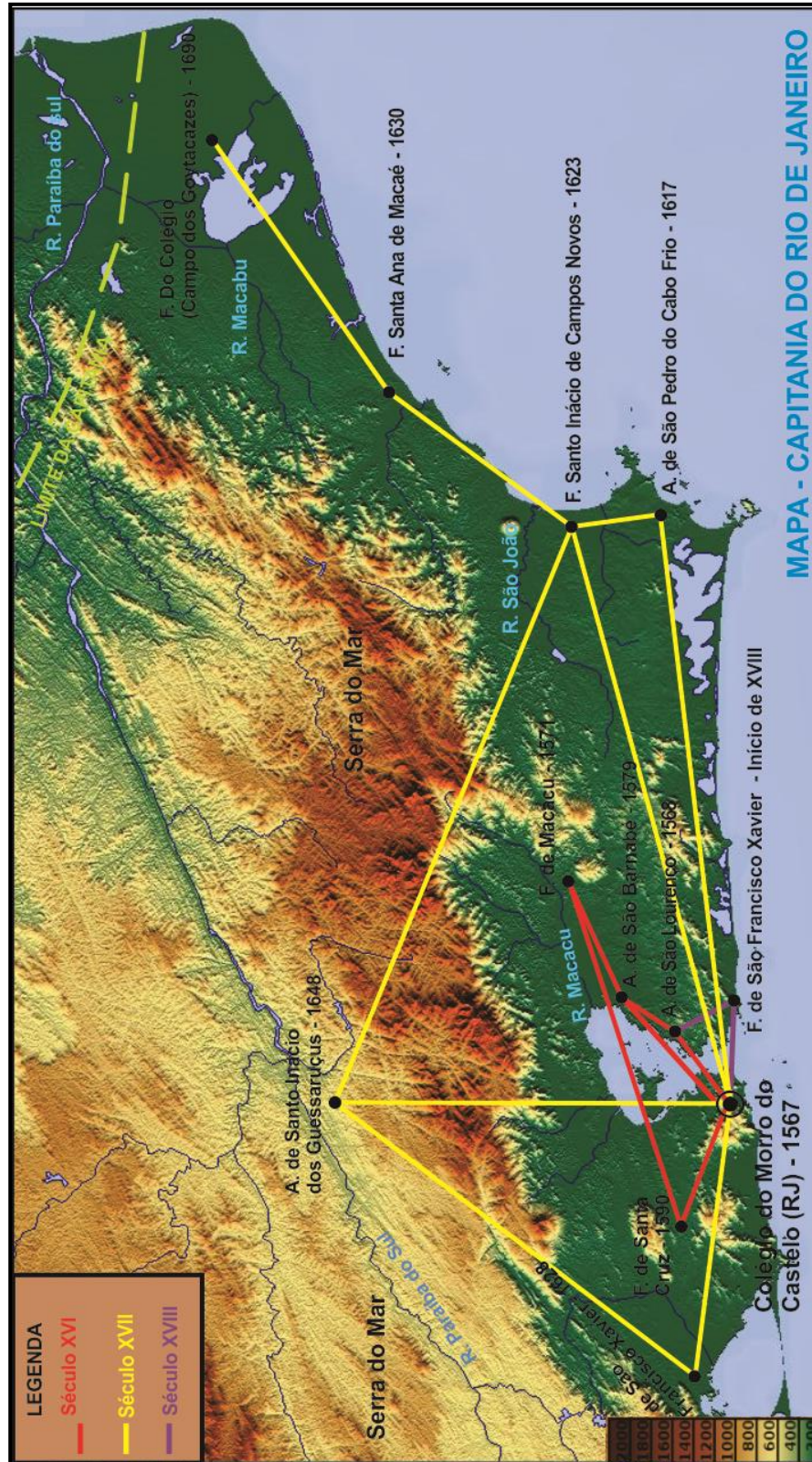
Além destas fazendas, podemos ainda destacar a de Santa Ana de Macaé implantada em 1630, localizada próximo ao litoral entre as fazendas do Colégio e a dos Campos Novos e, por fim a fazenda de São Francisco Xavier, administrada pelos jesuítas no início do século XVIII.



Figura 2.10. Fazenda Campo dos Goitacazes.

Fonte: LEITE, 1945, Tomo VI, p. 88.

Nota: Na foto a Igreja e a residência dos jesuítas na Fazenda do Colégio (Campo dos Goitacazes).



Mapa 2.7. Rede de fluxos da Capitania do Rio de Janeiro

Fonte: *Free relief layers for google maps, 2013.*

Nota: Pode-se observar no mapa a rede de comunicações e pessoas estabelecidas pelas aldeias e fazendas na capitania por século. A base utilizada para isso é o mapa topográfico do Brasil disponível no sítio do *Maps for Free*. Adaptado pelo autor.

2.2.3. Capitania de São Vicente

2.2.3.1. Chegada dos jesuítas na capitania: Colégios de São Vicente e Santos

Nos fins de 1550, o Padre Leonardo Nunes partiu do Colégio da Baía e chegou à Vila de São Vicente junto com doze meninos (NÓBREGA, 1931, p. 152), e no mesmo ano, depois de retornar de sua entrada ao Planalto de Piratininga, fundou a escola de instrução e catequese na vila. Nela reuniu os filhos de índios e colonos que trouxe do planalto com os meninos presentes na Vila de São Vicente, ensinando a ler e escrever o português e catequizando-os.

Quando Nobrega aportou na Capitania junto do governador Tomé de Sousa em 1553, encontrou a escola em pleno funcionamento contando com cerca de 80 pessoas (LEITE, 1938, Tomo I, p. 253), entre Padres, Irmãos e alunos. Decide então estabelecê-la oficialmente como instituição, inaugurando neste mesmo ano o Colégio dos Meninos de Jesus.

Nesta Capitania de S. Vicente o Padre Leonardo Nunes fez o mesmo, ajuntou muitos meninos da terra do Gentio, que se doutrinavam nesta casa, e estavam de mistura com alguns Irmãos, que elle recolheu nesta terra [...] e com elles passei alguns Irmãos e fizemos casa e igreja, e tivemos conosco somente alguns que eram de outras partes (NÓBREGA, 1931, p. 152).

Nesta casa se lê grammatica a quatro ou cinco da Companhia e lição de casos a todos, assim Padres como Irmãos, e outros exercicios espirituais; a mantença da casa, a principal, é o trabalho de Índios, lhe dão de seus mantimentos [...](NÓBREGA, 1931, p. 153).

Para o sustento do colégio foram doadas terras na própria Vila e outras mais ao sul em Iperuíbe, próxima a aldeia de índios Peruíbe assistida pelos padres. Além das terras comuns para o cultivo e a criação de animais, os jesuítas contavam em seus Colégios, residências e em algumas aldeias com *solares*, áreas cercadas com hortas e pomares privativos para os padres. O colégio de

São Vicente possuía uma casa que servia de residência para os padres e também de escola, e ao lado foi construída a igreja.

Na vila de São Vicente, os padres doutrinavam os colonos e catequizavam seus filhos e os índios descidos do Planalto de Piratininga e do litoral da Capitania, muitas vezes pelo próprio Padre Leonardo Nunes. Até 1556 as atividades neste colégio foram grandes, pois foi desta localidade que saíram diversos Línguas¹⁴ em missões aos sertões, e os reforços enviados para auxiliar a reconquista do Rio. Sua decadência se deu somente com a dispersão dos missionários por conta da reorganização do Colégio da Baía e a fundação do Colégio do Rio de Janeiro, e o estabelecimento do porto de Santos.

Na mesma ilha de São Vicente foi fundada a Vila de Santos por Bráz Cubas em 1543, nomeado capitão-mor dois anos depois. O Padre Leonardo Nunes, antes de chegar a Vila de São Vicente, se hospedou em uma residência na vila no ano de 1549. Com o declínio do Colégio de São Vicente, e o desenvolvimento do porto de Santos, esta vila se tornou mais apropriada para os jesuítas residirem, fazendo com que em 1585, o Visitador Cristóvão Gouveia autorizasse a mudança.

[...] para isso deram certas casas e a cadeia pública com um bom sítio, à beira mar, bem acomodado e aprazível [...]. E porque o P. Everardo, de boa memória, tinha concedido que se mudasse a residência de S. Vicente para esta vila, por ser terra mais acomodada, por ter mar e mais gente, pareceu-me deve-lo conceder, principalmente porque a vila de S. Vicente, onde até agora residem os Nossos, está quasi despovoada [...] (Carta de Cristóvão Gouveia da Baía *apud* LEITE, 1938, Tomo I, p. 264).

¹⁴ Jesuíta que falava além do português a lingual indígena local, essencial para a catequização neste primeiro século de expansão.



Figura 2.11. Planta da Barra da Vila de Santos.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Nota: Mapa do litoral de São Vicente do século XVIII com as Vilas de Santos (destacada a direita) e São Vicente (destacada a esquerda).

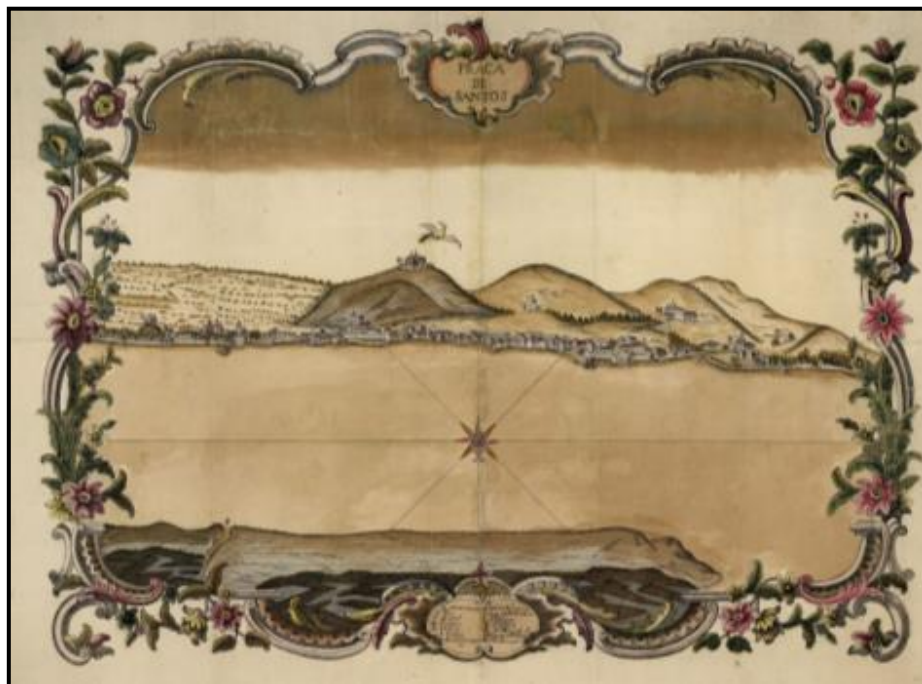


Figura 2.12. Praça de Santos.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital .

Nota: Desenho em nanquim do século XVIII da vista do litoral da Vila de Santos.

Nos anos seguintes, os jesuítas construíram a igreja ao lado da Residência de Santos, ampliando sua evangelização na ilha de São Vicente, enviando padres ao sul do litoral e auxiliando quando necessário o Colégio de São Paulo. Em 1591 a vila e a residência dos padres sofreram com constantes ataques de piratas e corsários ingleses, mas mesmo assim os padres mantiveram uma escola elementar para os indígenas funcionando, posteriormente estabelecendo o Colégio de São Miguel em 1652 na Vila de Santos.

Os aldeamentos na Capitania de São Vicente foram fundados conforme a colonização portuguesa se expandia na colônia. Os primeiros se instalaram ao redor da Vila de São Paulo, e em seguida se expandiram em um primeiro momento em direção ao Vale do Paraíba (PETRONE, 1995) e ao sul do litoral da Capitania, para finalmente implantar fazendas a oeste.

2.2.3.2. Aldeamentos, Fazendas e Residências

A expansão e formação de novas vilas a partir de São Paulo, tais como Itu, Jundiaí, Sorocaba e Santana de Parnaíba, ocorreu devido à necessidade de aprisionar mais índios para fornecimento de mão de obra, pois a cidade dependia dos aldeamentos indígenas localizados nas suas imediações. Como aponta DERNTL (2010, p. 76), “[...] a organização de núcleos de índios aldeados liderou a ocupação inicial do planalto, desde a criação de São Paulo de Piratininga [...]”.

Os jesuítas percorreram a Capitania de São Vicente de norte a sul, evangelizando um grande numero de aldeias por meio das missões volantes, além disto, os religiosos implantaram aldeamentos e fazendas para efetivar a catequização. “O Colégio de Piratininga foi, na Capitania de São Vicente, o grande núcleo fixador, formando-se à sua roda uma séria de Aldeamentos, que vieram a ser mais tarde a melhor defesa de São Paulo.” (LEITE, 1931, Tomo 01, p. 302).



Figura 2.13. Trecho do Mapa da Capitania de S. Paulo de 1750, onde aparecem as principais vilas e aldeamentos, interligados pelos caminhos utilizados pelos colonos. Autoria de Francisco T. Colombina.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.htm>
Acesso em: 20/09/2012.

Dentre os primeiros aldeamentos instalados pelos religiosos ao redor da Vila de São Paulo e que não se desenvolveram por conta das constantes investidas de índios inimigos, estavam Geribatiba e Ibirapuera estabelecidos em 1556, Mairanhaia em 1563, além da evangelização na aldeia de Maniçoba. Somente com a derrota dos Tamoios em 1567 e a pacificação do território paulista, que os padres puderam enfim missionar e implantar seus aldeamentos sem inconvenientes.

A vila de Itanhaém fundada em 1532 foi umas das primeiras ao sul da Capitania a receber visita constante dos padres dos Colégios de São Vicente e Santos. O Padre Leonardo Nunes foi o primeiro a passar pela vila em direção ao sul, seguido de muitos outros, como os jesuítas José de Anchieta e Luís da Grã. Por conta deste grande numero de missões às aldeias próximas a vila de Itanhaém, os jesuítas decidem fundar residência fixa em 1561, assistindo os aldeamentos de Peruíbe, e mais ao sul os de Iguapé e Cananéia durante todo o século XVII.

O aldeamento de Carapicuíba foi estabelecido em 1580 por meio da doação de terra do Capitão-mor Jeronimo Leitão aos índios Guaramins e aos da aldeia indígena de Pinheiros, sendo um dos primeiros que prosperaram na Capitania. O aldeamento estava no entorno da Vila de São Paulo, cerca de trinta quilômetros de distância¹⁵, e por não estar próxima dos caminhos para a costa e o interior, manteve as características primitivas de sua fundação.

Em seguida, também no entorno do Colégio de São Paulo, os padres estabeleceram os aldeamentos de São Miguel e Pinheiros, ambos no ano de 1586. O primeiro se destacou por possuir igreja própria desde o início, apesar de não contar com uma residência para os religiosos. Pinheiros, apesar de bem sucedido, passaria para a administração dos beneditinos em 1698.

¹⁵ De acordo com Anchieta (cartas), Carapicuíba estaria a cinco léguas terrestres da Vila de São Paulo, considerando que cada légua corresponderia à seis quilômetros (COSTA, 1994).



Figura 2.14. Aldeamento de São Miguel.

Fonte: LEITE, 1945, Tomo VI, p. 345

Nota: Na foto a Igreja do aldeamento de São Miguel.

O aldeamento de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos recebia índios não só na Capitania de São Vicente, mas os índios Maromimin (LEITE, 1938, Tomo I) presentes ao longo de todo o Rio Paraíba. Situada próxima à vila de São Paulo, sua fundação oficial é datada de 1595 quando se realizou a primeira missa, e alguns anos depois se instalou residência para os padres.

O aldeamento de Itaquaquecetuba estava localizada um pouco mais distante da Vila de São Paulo, ao lado do Rio Tiete, entre as cidades atuais de Guarulhos e Mogi das Cruzes. Fundado no início do século XVII, possuía uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Ajuda, e por se situar na margem do Tiete, o fluxo de viajantes que passavam por ali era constante.

Ainda no século XVII, os jesuítas fundaram mais três aldeamentos em torno do Colégio de São Paulo para receber os índios descidos das missões que partiam do colégio, seriam o de Nossa Senhora da escada de Barueri (1609), o de M'boi (1689) e o de Itapicirica. Dentre estes, o que mais se destacou foi o de

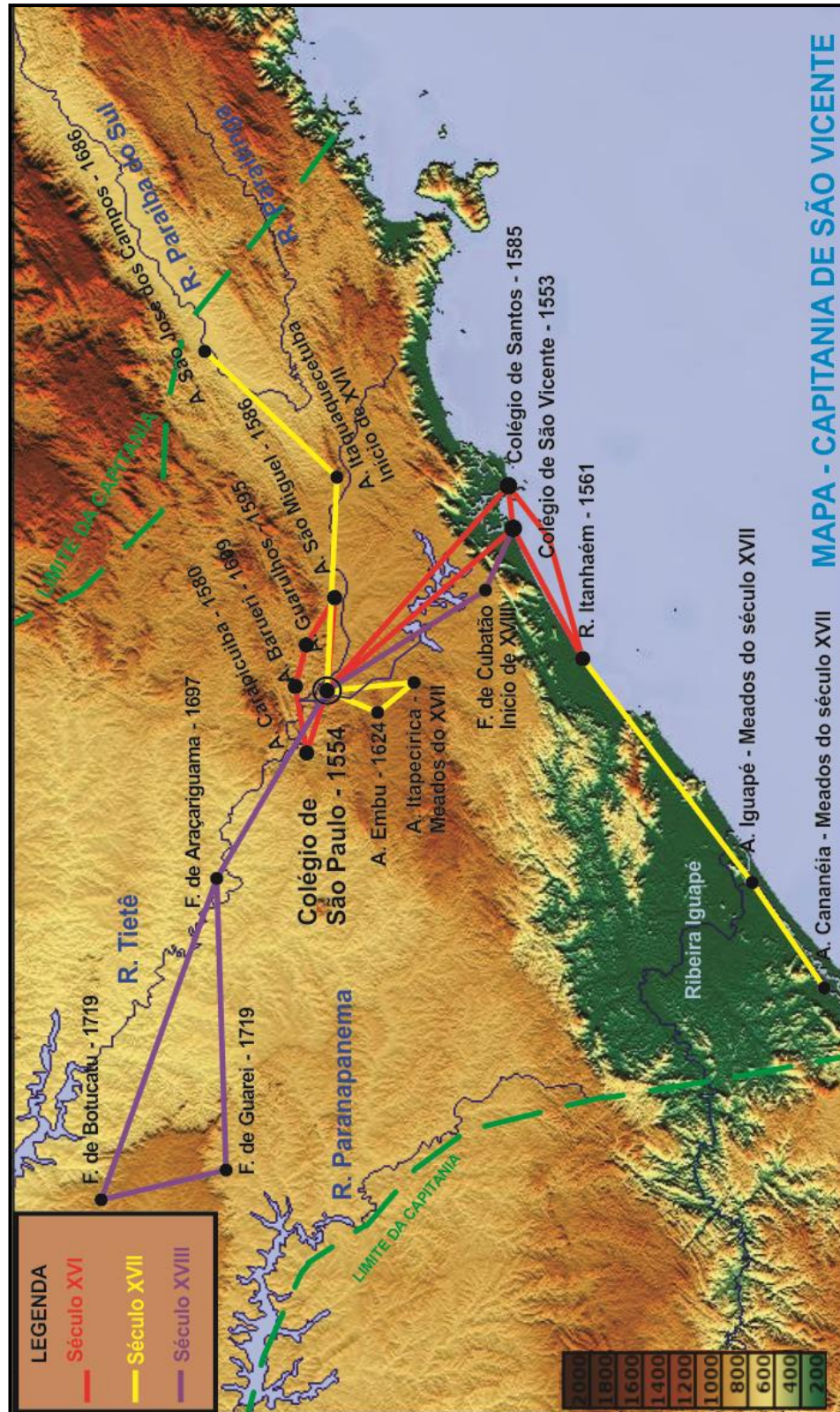
M'boi localizado próxima a atual cidade de Embu, por possuir uma Capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário e ser um centro de peregrinação¹⁶.

Em seguida, por conta da intensa atividade missionário presente em todo o Vale do Paraíba desde o final do século XVI, os religiosos estabeleceram o aldeamento de São José dos Campos no ano de 1686, próximo ao rio que dá nome ao Vale.

As fazendas jesuíticas foram implantadas na Capitania de São Vicente somente no século XVII, visando principalmente buscar recursos para o sustento da Companhia neste século e no seguinte. Para se produzir alimentos e gado, que atenderia o Colégio de São Paulo, os jesuítas veem a necessidade de se adquirir terras além dos seus muros, fundando a fazenda de Santa Ana. Seu processo de instalação começou em 1673, sendo estabelecida definitivamente em 1721, tornando esta fazenda na mais importante da Capitania. (LEITE, 1945, tomo VI, p. 376). Ao longo do rio Tiete, um pouco mais a oeste, os padres implantaram a Fazenda de Araçariguama em terras doadas à eles em 1697. Nela já estava construída a Capela de Nossa Senhora da Conceição, que também ficou a cargo dos religiosos.

No início do século XVIII, os jesuítas necessitaram adentrar o sertão da Capitania em busca de mais recursos, fundando as fazendas de Guareí e Botucatu em 1719. Por conta destas fazendas se encontrarem mais isoladas da vila de São Paulo, os religiosos instalaram capelas e residências para os padres e índios que ali trabalhavam.

¹⁶ Nossa Senhora do Rosário possuía forte devoção dos moradores do Planalto de Piratininga e do litoral da Capitania de São Vicente (ANCHIETA, 1933).



Mapa 2.9. Rede de fluxos da Capitania de São Vicente

Fonte: *Free relief layers for google maps, 2013.*

Nota: Pode-se observar no mapa a rede de comunicações e pessoas estabelecidas pelas aldeias e fazendas na capitania por século. A base utilizada para isso é o mapa topográfico do Brasil disponível no sítio do *Maps for Free*. Adaptado pelo autor.

2.2.4. Ao Sul de São Vicente

2.2.4.1. Fundação da Missão do Paraguai

A ideia de se avançar ao interior do Brasil até os guaranis no Paraguai surgiu com Leonardo Nunes em 1551, e foi abordada por Nóbrega novamente no ano seguinte.

Agora queremos emmadeirar uma igreja que aqui temos feita; depois de acabada, o que será presto, determino de sahir por esta terra dentro quase 200 leguas, onde hei de gastar alguns sete mezes, e levarei comigo quatro línguas mui boas [...]. (CARTAS AVULSAS, 1931, p. 62).

Tem nesta casa recolhidos 14 Irmãos, os mais delles mui boas línguas, os quaes ajuntou, para que vindo os Padres do reino, como elle cada dia espera possam logo entrar pela terra dentro a pregar, a qual terra e língua occupa 500 leguas ao longo da costa e a cada 20 e 30 leguas se comem uns a outros [...](CARTAS AVULSAS, 1931, p. 98)¹⁷

A ligação conhecida entre o Paraguai e a o território português era denominada de Caminho do Piabiru, uma antiga rota indígena que partindo de São Vicente alcançava o Rio Paraná e de lá seguia em direção ao Peru e ao Pacífico, se tornando uma das vias de acesso dos portugueses em direção ao continente espanhol e vice-versa.

Podia-se ir ou pelo Tiete, menos frequentado, ou pela linha-tronco, a principal, cujo itinerário era S. Vicente, Piratininga (S. Paulo), Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Piquiri. [...], bifurcava-se o caminho, indo um ramal para o sul, até Iguaçu, no ponto em que esse rio, na sua margem esquerda, recebe o Santo Antônio. (PEREYRA *apud* LEITE, 1938, Tomo I, p. 333-334).

¹⁷ Estes são alguns dos trechos das cartas relatando a vontade dos padres em seguir sertão a dentro em direção ao oceano pacífico (CARTAS AVULSAS, 1931, p. 131; NÓBREGA, 1931, p. 115 e 132).

espanholas tomassem as terras ocupadas pela Coroa no sul do Brasil. A Coroa Espanhola também temia que junto da ida dos jesuítas portugueses, partissem tropas militares e famílias, ocupando o seu território para Portugal.

Diante deste embate político, em 1556 as coroas proibiram o trânsito de espanhóis e portugueses entre seus domínios, coibindo os objetivos de Nóbrega alcançar o Paraguai. Para este jesuíta, a Vila de São Paulo de Piratininga e as primeiras aldeias implantadas em torno dela tinham a intenção de serem postos avançados em direção ao Paraguai.

Em 1580, com a união das coroas espanholas e portuguesas, as fronteiras entre as suas colônias se tornaram mais maleáveis. Os jesuítas viram com isso a possibilidade de enviar missões ao Rio da Prata, Paraguai e todo o litoral ao sul da colônia, enviando a solicitação à sua Majestade ao Principal da Companhia durante a Congregação Provincial de 1583.

O Bispo responsável pela região do Rio da Prata, D. Fr. Francisco Vitória solicitou ao provincial do Brasil o envio de jesuítas para auxiliá-lo na evangelização de sua diocese, enviando um barco à Bahia em 1586 para buscar os Padres. Neste mesmo ano, os jesuítas Leonardo Armínio, Manuel Ortega, João Saloni, Tomaz Filds e Estevão da Grã (LEITE, 1938 Tomo I, p. 347) partiram para Buenos Aires, se tornando a primeira missão oficial ao território castelhano.

Apesar dos esforços dos jesuítas portugueses, e das solicitações do Provincial Brasileiro para que o Paraguai se torne dependente da província do Brasil, o Paraguai se tornaria província independente em 1607.

2.3. Os jesuítas na Vila de São Paulo

2.3.1. João Ramalho e Santo André da Borda do Campo

Antes da chegada dos jesuítas na colônia, João Ramalho já havia transposto pela primeira vez a Serra do Mar instalando-se no local onde posteriormente seria fundada a vila de Santo André no ano de 1531. João Ramalho nasceu e casou-se em Portugal, partindo para o Brasil na primeira década do século XVI. Chegando à região de Piratininga, se juntou com diversas mulheres indígenas, dentre elas a filha¹⁸ do chefe indígena Tibiriçá, criando uma importante relação com este indígena. Porém a situação familiar irregular do povoador¹⁹ e a posse de escravos fez com que a igreja não o visse com bons olhos, chegando a ser excomungado pelo vigário da terra.

Este [João Ramalho] atravessou por quase cinquenta anos esta região, tendo por manceba uma mulher brasilica, da qual teve muitos filhos, em cuja saúde os Irmãos da nossa Companhia puseram o maior cuidado e trabalho [...] de tal modo que o Padre Manuel de Paiva, conhecendo o parentesco de sangue que havia entre eles, cuidou em firmemente liga-los [...]. Nenhum fruto, porém, tirando disso, mas antes observando que continuavam os maiores escândalos por causa do indecoroso e dissoluto modo de viver, não só do pai como dos filhos [...] esforçando-se em fazer-nos mal por todos os meios e modos, ameaçando-nos também com a morte, mas especialmente trabalhando para tornar nula a doutrina com que instruímos e doutrinamos os índios e movendo contra nós o ódio deles. (ANCHIETA, 1933, p. 47).

O primeiro conflito de João Ramalho com os jesuítas no planalto se deu quando o Padre Leonardo Nunes proibiu sua presença na missa que realizou na vila de Santo André, por conta da excomunhão. João Ramalho juntamente de alguns índios ameaçou matar o jesuíta, porém a própria filha de Tibiriçá interviu neste conflito evitando o assassinato.

¹⁸ João Ramalho chama em seu testamento de Isabel a filha do índio Tibiriçá com quem se casou.

¹⁹ O termo “povoador”, que definia João Ramalho foi utilizado por Nóbrega em suas cartas, por LEITE (1938) e TAUNAY (1953).

Outros conflitos ocorreram entre o povoador e os religiosos e colonos presentes na região, sendo apaziguados somente com a intervenção direta de Manuel da Nóbrega. Em 1553, em uma de suas cartas enviadas a coroa portuguesa, Nóbrega entendia que a regularização religiosa e civil de João Ramalho era de suma importância para o estabelecimento dos jesuítas e da vila de São Paulo no Planalto de Piratininga o que registra a importância de Ramalho no para o domínio político local.

Taunay (1953) transcreve em seu livro dados de uma carta de Nóbrega escrita em 1553, que esclarece a origem e a importância do fundador de Santo André, o povoador João Ramalho, para a evangelização indígena na Capitania de São Vicente. Ele também aponta a necessidade de se perdoar os diversos casos de infidelidade dos colonos comuns nestas terras, trazendo-os para a igreja.

Neste campo está João Ramalho o mais antigo homem que está nesta terra. Tem muitos filhos e mui aparentados em todo o sertão. E o mais velho deles levou agora comigo ao sertão por mais autorizar o nosso ministério.

João Ramalho é muito conhecido e venerado entre os gentios, e tem filhas casadas com os principais homens desta Capitania, e todos estes filhos e filhas são de uma índia, filha dos maiores e mais principais desta Terra. De maneira que nele e nela e em seus filhos esperamos ter grande meio para a conversão destes gentios.

Este homem para minha ajuda, é parente do Padre Paiva e cá se conheceram. Quando veio da terra, que haverá 40 anos e mais, deixou sua mulher lá viva, e nunca mais soube dela, mas que lhe parece que deve ser morta, pois já vai tantos anos. Deseja casar-se com a mãe destes seus filhos. (TAUNAY, 1953, p. 124).

Em 1545, Nóbrega com a anuência de Roma, regularizou a vida familiar e religiosa de João Ramalho, gozando assim do apoio do povoador. Isabel, a mãe de seus filhos e filha de Tibiriçá, apareceria em seus testamentos como criada em vez de esposa. Apesar do apoio dado aos jesuítas, Joao Ramalho preferia à vida livre no sertão a companhia dos padres na vila, partindo para o Vale do Rio Paraíba onde “[...] dera início ao bandeirismo paulista, atacando os índios do Paraíba (Tamoio) e fazendo grande número de prisioneiros.” (PASIN, 1977, p.

12). Faleceu no final do século XVI possivelmente junto aos indígenas na região do Vale do Paraíba (MENDONÇA, 2009).

2.3.2. O missionário Leonardo Nunes

O jesuíta Leonardo Nunes, importante evangelizador e missionário, atuou intensamente nesta Capitania, fundando a escola de instrução e catequese na Vila de São Vicente e realizando entradas e viagens por todo o território da colônia. Entrou para a Companhia em 1548, possivelmente convertido por Manuel da Nóbrega em Portugal, e chegou ao Brasil no ano seguinte. Da Bahia dirigiu-se para os aldeamentos de Ilhéus e Porto Seguro para auxiliar com a catequização, partindo para São Vicente no ano seguinte (NÓBREGA, 1931, p. 74 e 106).

Ao sul percorreu todo o litoral até a região da Lagoa dos Patos em busca de índios para evangelizar, acompanhou os irmãos recém-chegados de Portugal na Bahia e atravessou a Serra do Mar em direção ao planalto de Piratininga, na qual conheceu João Ramalho. Em uma de suas cartas enviada do Porto de São Vicente em 1550, o padre relata a situação encontrada no planalto:

[...] aqui me disseram que no Campo, cerca de quatorze ou quinze léguas daqui, entre os índios estava alguma gente cristã derramada, e passava-se o ano sem ouvir missa e sem se confessar, e andavam uma vida de selvagens [...]. Mas enfim acabei com eles que se ajuntassem todos em um lugar e fizessem uma ermida e buscassem algum Padre [...]. Depois disso fomos dar com os índios às suas Aldeias, que estavam 4 ou 5 léguas dali [...]. Também achei ali alguns homens brancos. (CARTAS AVULSAS, 1931, p. 61).

Estes locais pelos quais passou o Padre Nunes provavelmente eram Santo André da Borda do Campo e a aldeia de Martim Afonso Tibiriça²⁰, pois quando o Governador Geral fundou uma primeira vila no Campo de Piratininga em 1553, ele a nomeou de Santo André por já existir uma ermida dedicada ao santo conforme

²⁰ Importante e influente cacique indígena da região do Planalto de Piratininga, auxiliou na fundação de São Paulo e na conversão do gentio. Sua filha, Batira desposou João Ramalho.

consta na carta que Tomé de Souza enviou à D. João III em 1553, sendo a ermida possivelmente já construída por Leonardo Nunes, sendo ele o responsável pela primeira missa nos Campos de Piratininga.

João Ramalho foi atribuído como capitão da Vila de Santo André, que recebeu o pelourinho municipal no mesmo ano da sua fundação, e tornou os jesuítas estabelecidos em São Paulo de Piratininga responsáveis pelas celebrações e sacramentos dessa vila. Apesar de Santo André já ter se estabelecido como vila antes de São Paulo, Nóbrega não implantou o Colégio na primeira pelo fato de achar outro sítio mais apropriado e também por experiências negativas no relacionamento do Padre Leonardo Nunes com João Ramalho, como descrito anteriormente.

2.3.3. Fundação da Vila de São Paulo de Piratininga

Manuel da Nóbrega começou a perceber que os pais dos meninos indígenas que já frequentava o Colégio de São Vicente vinham constantemente do sertão para vê-los, fato que o incentivou atravessar a serra e alcançar o planalto de Piratininga.

O sítio escolhido estava localizado próximo do rio Tietê, no alto do Inhapuambuçu, colina estratégica na confluência entre os rios Anhangabaú e Tamandateí. Como aponta Caio Prado Junior (1998, p. 87) dentre os fatores regionais para a escolha do Planalto de Piratininga para a implantação da Vila de São Paulo estão na dificuldade dos colonos se estabelecerem no litoral da Capitania por conta do seu solo pouco fértil; o clima mais agradável aos colonos e religiosos; a possibilidade de acesso ao sertão por conta dos rios ali presentes; e a existência de uma clareira natural, facilitando a implantação da Vila.

Além disso, esta colina permitiu uma melhor defesa contra as investidas indígenas, e a proximidade dos rios possibilitou o fácil abastecimento de água e peixes, e sua utilização como via de expansão para o interior do sertão.

[...] abrindo um mapa hidrográfico das América do Sul, ve-se que o Tietê pertence à grande Bacia do Rio da Prata. A povoação, que fundavam agora os Jesuítas nas suas margens, seria o centro mais importante da expansão territorial do Brasil. (LEITE, 1938, Tomo 1, p.270).

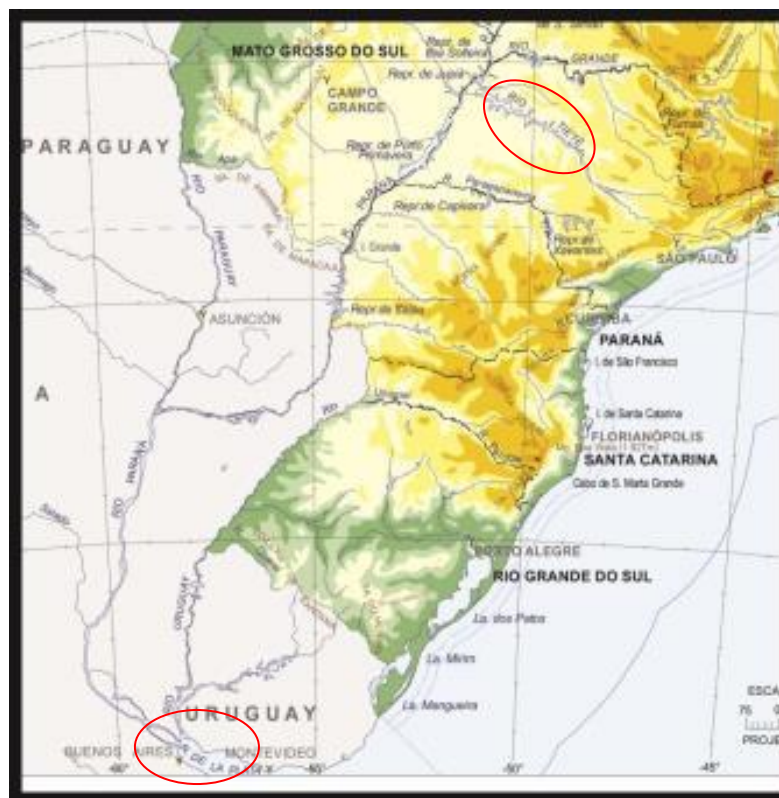


Figura 2.16. Trecho do Mapa Hipsométrico do IBGE. Neste mapa pode-se perceber a ligação existente entre o Rio Tietê e o Rio da Prata (destacados em vermelho).

Fonte: Sítio do IBGE, 2013.

Nota: Neste mapa pode-se perceber a ligação existente entre o Rio Tietê e o Rio da Prata (destacados em vermelho).

Além destes fatores, a região era propícia para a criação de gados e cultivos e que dali os jesuítas poderiam alcançar diversos territórios sertão adentro no planalto de Piratininga, alcançando um grande numero de tribos indígenas (TAUNAY, 1953, p. 104).

Nóbrega pretendia ainda afastar os recém-catequizados dos maus costumes dos colonos da vila de São Vicente, principalmente pelo fato de ter havido incidentes desta ordem em ambos os grupos, além de considerar necessário prestar assistência religiosa à vila fundada por João Ramalho no

planalto. Portanto em 1553, Manuel da Nóbrega deixou 50 catecúmenos sob a responsabilidade de dois padres²¹ na aldeia de Piratininga, partindo posteriormente em direção à aldeia de Maniçoba, atual região de Itu, para se encontrar com Pero Correia,

[...] grande instrumento para por ele Nosso Senhor obrar muito, porque é virtuoso e sábio e o melhor língua do Brasil. [...] Leonardo Nunes e depois Nóbrega, nas suas entradas ao sertão, utilizavam os serviços de Pero Correia e mandavam-no adiante, como porta voz evangélico [...]. Grande missionário, percorreu e evangelizou terras de Tamoios, Tupis, Tupinaquins e Carijós. A todos estes dotes juntava mais um, o do conselho [...] (LEITE, 1938, p. 237-239)

Nóbrega contou com a ajuda do filho mais velho de João Ramalho e de alguns índios catequizados para esta missão, sendo que o “[...] sonho de Nóbrega era então o Paraguai” (TAUNAY, 1953, p. 107), apesar de proibido pela coroa portuguesa.

Neste mesmo ano o jesuíta José de Anchieta junto de três padres chegaram na Casa de Piratininga, e em 1554 se juntariam à eles outros doze padres, com a intenção de ensinar a gramática aos índios evangelizados, oficializando a fundação do colégio e iniciando sua construção no dia 25 de janeiro de 1554.

Com isso as primeiras aldeias e núcleos iniciados e estabelecidos no planalto foram Piratininga e Maniçoba em 1553, Geritiba 1554 e Ibirapuera em 1556, sendo que destas somente a Vila de São Paulo de Piratininga prosperou. Por conta da dureza do clima e da constante investida de índios, a aldeia de maniçoba foi a primeira a ser abandonada.

Nóbrega descreve em suas cartas a primeira casa erguida na aldeia de São Paulo em 1554 com a ajuda do chefe Tibiriçá, ela era muito modesta, feita de madeira e palha, tendo 14 passos de comprimento por 10 de largura, e servia

²¹ Como apontado por TAUNAY, estes dois padres possivelmente seriam Manuel de Paiva, futuro principal do colégio São Paulo e primo de João Ramalho, e Manuel de Chaves, importante língua da região.

como escola, dormitório, refeitório, enfermaria e cozinha, com o terreiro a sua frente utilizado para a prática dos sacramentos e evangelização dos índios.

Tanto moradores como religiosos sofriam com as condições precárias e de extrema pobreza, além do povoado se encontrar isolado do litoral, dificultando as atividades missionárias. Porém mesmo assim os índios entregavam seus filhos para a catequese voluntariamente, sendo que em meados de 1554, o Mestre jesuíta Antônio Rodrigues já havia iniciado na catequese cerca de 130 indígenas e outros 36 no batismo, os quais rezavam juntos aos padres todas as manhãs e prosseguiam na doutrinação o restante do dia (CARTAS JESUÍTICAS, 1933, p.39). Em 1556 foi construída a igreja próxima a esta casa, com a ajuda dos padres e indígenas.

Neste momento encontravam-se no planalto de Piratininga duas povoações distintas. Além da estabelecida por João Ramalho, havia outra estabelecida pelos jesuítas no entorno do recém-fundado Colégio de São Paulo, tendo os religiosos determinando a sua vida econômica, social e cultural tanto quanto a religiosa e a prática da evangelização.

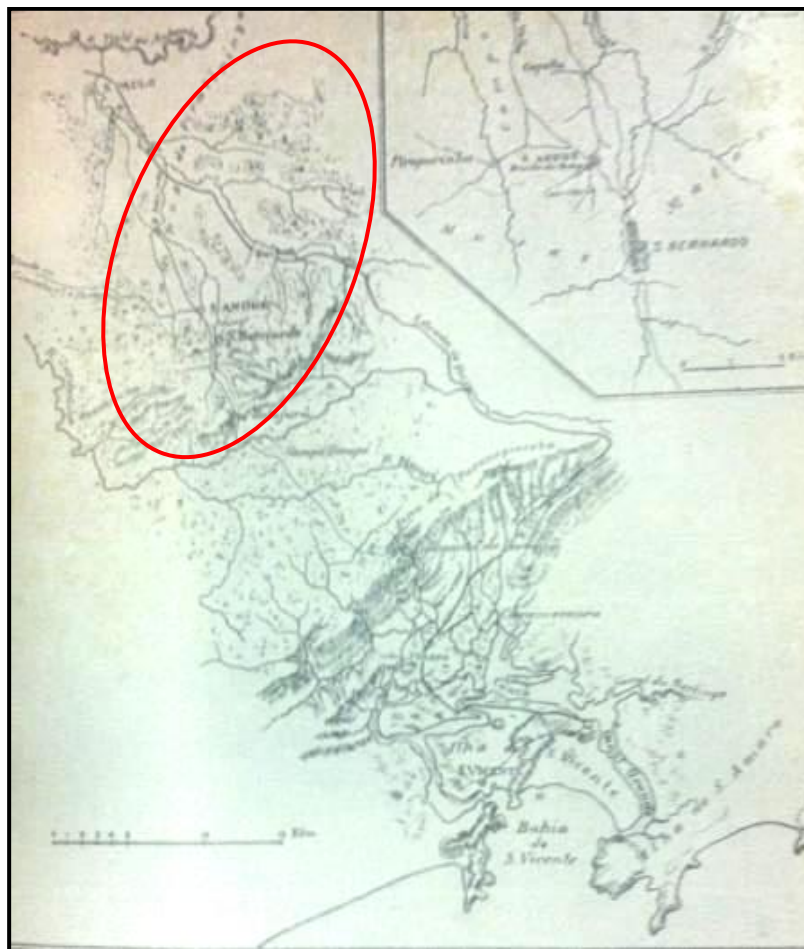


Figura 2.17. Mapa do caminho de São Vicente à Vila de São Paulo.

Fonte: TAUNAY, 1953, p. 256

Nota: Em destaque os Campos de Piratininga

2.3.4. Mudança de Santo André da Borda do Campo

As cartas escritas por Nóbrega durante sua presença na Capitania de São Vicente indicam três principais motivos para a posterior mudança de Santo André para junto de São Paulo: primeiro quanto à intenção dos jesuítas de melhorarem economicamente São Paulo, outro para suprimir a caminhada exaustiva dos jesuítas entre as vilas evitando os constantes perigos para realizarem os sacramentos. Por fim, por motivos de defesa militar, a necessidade mútua de se defenderem contra as investidas de índios inimigos no planalto, principalmente Santo André que por se localizar na orla da mata, não possuía defesas naturais

contra as constantes investidas súbitas de índios inimigos (PRADO JUNIOR, 1998).

Nóbrega apontou que a vila de Santo André também sofria com a dificuldade de se plantar alimentos básicos e para se caçar, e que seus moradores desejavam a proximidade de um rio que os fornecesse peixes. Com estes motivos, e principalmente com a intenção de fortalecer e guarnecer a recém-criada vila de São Paulo de Piratininga, o povo de São Vicente, Santos e os padres presentes na região enviam solicitação à Mem de Sá para que a mudança fosse realizada.

No ano de 1560, estando nesta Capitania o governador geral Mem de Sá, ordenou que a mudança de Santo André fosse realizada:

O pelourinho de Santo André ergueu-se no terreiro diante do Colégio dos Padres. E a vida municipal duma vila continuou na outra. [...] E João Ramalho, a 24 de julho de 1562, jurou os Santos Evangelhos, o cargo de capitão-mor de S. Paulo de Piratininga, escolhido fôra por vozes de eleição. Eleição provocada pelas ameaças bélicas dos Índios. (TAUNAY, 1953, p. 116).

Os Tamoios vindos da Baía da Guanabara pelo Rio Paraíba, e fortalecidos pelos franceses lá presentes, assaltavam e matavam as aldeias e vilas presentes no Planalto de Piratininga, cabendo à João Ramalho e os índios aliados a defesa delas. Porém foi em 1562 que a vila de São Paulo sofreria um dos piores ataques indígenas registrados pela historiografia quando o cacique Tibiriça, honrando a confiança depositada pelos Padres, juntamente de João Ramalho defendeu e protegeu a vila contra a ofensiva indígena, evitando maiores danos.

Em seguida os ataques diminuíram na região, fazendo com que Nóbrega conseguisse realizar uma cerimônia de paz entre os Tamoios e Tupis, contando com a presença de mais de 300 Tamoios do Vale do Paraíba. Dois anos após este episódio, segundo os relatos os índios presentes em Piratininga auxiliaram na conquista do Rio de Janeiro a pedido de Estácio de Sá.

2.3.5. A chegada das outras ordens e os conflitos com os Jesuítas

No final do século XVI, atraídos principalmente pela ação missionária, outras ordens religiosas se estabelecem em São Paulo. Dentre elas podemos destacar os Carmelitas (1594), os Beneditinos (1598) e os Franciscanos (1640). Porém estas ordens, apesar de terem também atuado para a conversão dos indígenas, não tinham este como seu principal objetivo, pois vinham ao Brasil para dar apoio aos interesses de colonização e exploração da coroa portuguesa (WERNET, 2004).

Os jesuítas ao contrário, possuíam como missão evangelizar e disseminar a fé cristã aos habitantes do “novo mundo”, sendo a redução e o aldeamento a melhor maneira encontrada para alcançar este objetivo. Além de se destacarem na conversão dos nativos por considerarem aspectos da cultura indígena no ensinamento do catolicismo, sua atuação na educação se tornou essencial na formação do Brasil colonial.

Esta diferença de interesses provocou um conflito religioso no Planalto de Piratininga, onde os beneditinos, franciscanos e carmelitas ali presentes se colocavam ao lado dos colonos nas questões de catequização, enquanto que os jesuítas apoiavam diretamente os índios.

Os conflitos envolvendo os jesuítas na Vila de São Paulo se iniciaram em 1580, durante a união das coroas espanholas e portuguesas quando, devido às indefinições político-administrativas das duas coroas, os padres assumiram a responsabilidade administrativa dos aldeamentos e instalaram reduções sob sua administração, sem a interferência das autoridades seculares (WERNET, 2004).

Esta autonomia sobre os aldeamentos jesuítas gerou conflitos com a Câmara Municipal de São Paulo e as outras ordens religiosas. Formaram-se então na vila dois grupos de colonos rivais, um primeiro denominado *Castelhanos*, onde seus adeptos, juntamente dos beneditinos apoiavam os jesuítas, e o segundo partido, nomeado *Luso*, contava com o apoio dos portugueses, franciscanos e carmelitas e defendiam a expulsão da Companhia de Jesus.

Em 1641 os jesuítas são expulsos de São Paulo pela primeira vez. Porém o povo percebendo o quanto a educação e a conversão dos índios haviam sido prejudicadas pela ausência do seu trabalho, reclamaram pela volta destes religiosos. Em 1653 eles retornaram suas atividades no Colégio de São Paulo, embora tenham perdido o monopólio administrativo dos seus antigos aldeamentos.

2.4. A crise da vida religiosa na colônia

2.4.1. A política de Marques de Pombal

Durante o início do século XVIII, as ordens religiosas presentes no Brasil conheceram:

[...] uma fase de grande expansão e poder econômico. A maior parte das ordens já tinha província própria, e algumas completamente independentes do governo de Portugal. As casas e os conventos dos religiosos situavam-se em todos os principais centros de população [...] (HOORNAERT, 1992, p.220).

Entretanto a Coroa Portuguesa e os governadores das províncias, em específico o Marques de Pombal, não viam com bons olhos o intenso desenvolvimento econômico e a influência social das ordens em geral e dos Jesuítas em particular. A aliança com a igreja, que havia sido importante no início do processo de colonização se tornou indesejável à coroa devido à importância social e política que as ordens passaram a representar. Com isso o governo luso, embutido dos ideais iluministas e do forte laicismo presente na Europa em meados do século XVIII, decretou severas restrições às ordens, acompanhando de perto seu progresso.

A partir deste momento, a vida religiosa na colônia entrava em declínio. Os jesuítas em particular, devido ao seu forte poder econômico e o monopólio sobre

o ensino, sofriam com a severa oposição de Pombal e seu desejo de reformar a educação na colônia, culminando na sua expulsão no ano de 1759.

Além da expulsão, Pombal ainda tinha como intenção reformar realizar uma reforma na educação, buscando eliminar a ideologia disseminada até então pelo doutrinamento dos Jesuítas. Porém não conseguiu nem mesmo manter o sistema escolar existente.

A ordem jesuítica mostrou ser a única capaz de encarar as tarefas que a nova situação mundial e latino-americana impunha. Expulsos os jesuítas, é o clero secular que domina o panorama eclesiástico, mas não alcança em nenhuma parte o nível dos expulsos [...] (ABREU apud HOORNAERT, 1992, p.47).

Outros fatores influenciaram a falência do projeto jesuítico para catequização dos índios no Brasil e sua expulsão entre eles podemos citar: o desejo dos colonos negociarem os serviços diretamente com os índios sem o intermédio dos padres, gerando conflitos entre jesuítas e autoridades locais; o fato dos índios preferirem trabalhar nos aldeamentos ao invés das vilas devido aos maus tratos impostos pelos colonos; os conflitos internos surgidos nas aldeias devido a união de tribos rivais nas mesmas condições; e finalmente, às epidemias de varíola que assolaram e dizimaram os indígenas.

Ainda apontado por Derntl, outro fator de desestruturação dos aldeamentos Jesuíticos no final do século XVII se deve ao fato de que:

[...] o sistema de aldear índios era insuficiente para suprir a demanda de mão de obra no planalto. A transição para a modalidade de apropriação direta e escravização dos índios foi tornando os paulistas menos dependentes dos aldeamentos [...]. (DERNTL, 2010, p.76).

As terras anteriormente ocupadas pelos aldeamentos em decadência no século XVIII, que geralmente se situavam próximas às vilas em desenvolvimento, se tornaram áreas de grande interesse para a expansão destas, contribuindo ainda mais para a sua ruína.

Porém, mesmo com a determinação para a expulsão definitiva dos jesuítas, houve dificuldades para o seu cumprimento devido à desestruturação administrativa da Capitania de São Paulo por estar anexada à do Rio de Janeiro e ao apoio do Bispo Dom Frei Antonio da Vila de São Paulo aos Jesuítas.

2.4.2. Morgado de Mateus e a expulsão definitiva dos Jesuítas

Somente em 1765 quando Dom Luís de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, redefiniu a autonomia da Capitania de São Paulo assumindo seu governo, que os jesuítas são realmente expulsos e seus bens incorporados à Coroa, onde por meio do *Diretório dos Índios*²², os aldeamentos passaram das mãos dos religiosos para o comando da Coroa.

Em seguida a pedagogia por convivência nos aldeamentos,

[...] se encontra diante da impossibilidade de prosseguir, de sorte que, a partir da segunda parte do século XVIII, o Brasil só conheceu missionários ambulantes ou volantes, sendo as aldeias indígenas convertidas em vilas, os missionários convertidos em vigários, a língua geral tupi substituída pela língua portuguesa. (HOORNAERT, 1992, p. 126).

O Morgado de Mateus tinha a intenção de organizá-los na capitania e possivelmente transformá-los em vilas, surgindo assim a figura do diretor, responsável por delimitar e "[...] recolher os índios dispersos, conduzi-los a fazer roças e obrigá-los a pagar o dízimo." (DERNTL, 2010, p.77).Ele pretendia com isso romper a barreira que estes aldeamentos criavam para as cidades que circundava.

No entanto, o *Diretório dos Índios* foi extinto no ano de 1798, quando a política indigenista de Marques de Pombal estava perdendo forças.

²² O *Diretório dos Índios* tinha a intenção "[...] de evitar a escravização dos índios, sua segregação, seu isolamento e a repressão ao tratamento dos indígenas como pessoas de segunda categoria entre os colonizadores e missionários brancos. O documento estabelece, entre outras medidas, a proibição do uso do termo 'negro' (10), o incentivo ao casamento de colonos brancos com indígenas (88-91), a substituição da língua geral pela língua portuguesa (6), e punição contra discriminações." (Disponível em: < http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm>, acessado em: 22/03/2013)

A administração de Morgado de Mateus procurou converter os aldeamentos dos arredores de São Paulo em núcleos articulados de modo efetivo a uma rede urbana reorganizada. (DERNTL, 2010, p.82).

Como aponta WERNET (2004), é importante destacar que: “A Igreja ficou enfraquecida, pois não havia clérigos seculares devidamente preparados para substituir os jesuítas no setor educacional e na catequese dos indígenas”.

Capítulo 03

Vila de São José dos Campos e os jesuítas espanhóis

Os jesuítas enviados pela Coroa Espanhola para a América atuaram intensamente no território por meio da catequização e da implantação das denominadas reduções missioneiras. Segundo Custódio e Kern estas reduções, diferentemente dos aldeamentos implantados na América Portuguesa, seguiram diretrizes pré-definidas para suas implantações, além do apoio da rigorosa legislação espanhola para a sua colônia.

Porém, podemos observar semelhanças morfológicas entre alguns aldeamentos jesuítas implantados na América Portuguesa e aqueles implantados na América Espanhola, o que dá indícios de trocas de informações e contato entre jesuítas espanhóis e portugueses principalmente durante a União Ibérica.

Como estudo de caso, analisamos o traçado da redução implantada no Vale do Paraíba, na região onde foi posteriormente fundada a Vila de São José, e atualmente situa-se o município paulista de São José dos Campos. Esta redução foi implantada pelos jesuítas presentes no Colégio de São Paulo em 1686, e graças ao registro do seu núcleo primário pelo pintor Arnaud Julien Pallière, podemos notar a presença desses elementos utilizados nas reduções espanholas, mesmo não havendo documentos que apontam um planejamento pelos padres. Para esta análise, retomaremos inicialmente alguns fatos relativos às implantações jesuítas na América Espanhola seguindo posteriormente à comparação com a redução presente no Vale do Paraíba.

3.1 Os jesuítas na América Espanhola

Durante a colonização das Índias Ocidentais, as motivações políticas e religiosas das Coroas Espanhola e Portuguesa se mesclavam, influenciando suas

atuações na península e nas colônias. Em sua luta contra o protestantismo e a conquista por novos territórios, Carlos V, rei da Espanha (1516-1556) recebeu o apoio da Igreja Católica para ratificar a posse das terras já descobertas e as terras a descobrir no Ocidente, definidas pelo Tratado de Tordesilhas.

Durante seu reinado na Espanha e nas colônias foram estabelecidas instituições públicas específicas para o gerenciamento da colonização, sendo composto por:

[...] na Espanha, o Rei, o Conselho Real e o Supremo das Índias; em Madri, a Casa de Contratação; em Sevilha, o Conselho da Fazenda e a Junta de Guerra. Na América compunha-se de: o Vice-rei, em Lima; a Audiência, em Charcas, hoje Sucre na Bolívia; o Governador, em Assunção; o Corregedor e o Cabildo (conselho local) nas cidades. (CUSTÓDIO, 2002, p. 37).

Tanto os índios encontrados na América Espanhola como aqueles do lado português foram colocados em estado de minoridade, como seres carentes de assistência espiritual, e necessitados de apoio para estabelecer uma vida social correta, fora do paganismo e dentro dos modos de vida europeu. Para isto, no território espanhol, instalou-se neste período o sistema de *encomienda*²³, semelhante ao feudalismo medieval, onde os indígenas deveriam pagar tributos ao representante da Coroa Espanhola na América, em espécie ou com serviços, pelos serviços de evangelização e civilização.

Como a idéia de cobrar tributos aos indígenas em 1495 não obteve muito sucesso, Colombo passou então a permitir que os índios fossem usados como mão de obra na exploração do ouro e em outras atividades, adotando a *encomenda-repartimiento*, dando total autoridade aos *encomenderos* sobre os nativos e suas terras. A partir daí deu-se então o processo de exploração e muitas vezes até de escravização das sociedades que já habitavam a América. (MENEZES, 2006, p. 02)

As ordens religiosas seculares servindo a estes propósitos foram essenciais na inclusão do índio ao sistema de *encomienda*, sendo que os

²³Para mais informações sobre as políticas e leis criadas pela Coroa Espanhola para administração do índio nas Américas, consultar MENEZES (2006).

Franciscanos iniciaram a catequese indígena na Bacia do Prata em 1575 (ARMANI, 1996) e os Dominicanos trabalharam com os indígenas na América Central e México em 1542, sobretudo o frei dominicano Bartolomé de Las Casas, que durante toda a sua vida procurou defende-los dos abusos sofridos pelos colonos. Os jesuítas chegaram à América posteriormente a estas ordens.

Como primeiro Provincial da América Portuguesa, na Província criada em 1553, Manuel da Nóbrega iniciou suas ações evangelizadoras por meio de missões ambulantes apoiadas nos colégios e residências e, posteriormente, com a organização dos gentios em aldeias voltadas para a catequização, denominadas de aldeamentos. Este método de organização implantado pelo Padre Nóbrega e relatado em suas cartas e em outros documentos escritos da época era inédito para os jesuítas, e:

[...] não só tornou-se o modelo para as missões jesuíticas lideradas por Jose Acosta, em Juli, no Peru, e, mais tarde para as 'reducciones' do Paraguai, como também deu origem a uma fundamentação do poder político pelo medo e consentimento dos governados [...]. (EISENBERG *apud* CUSTÓDIO, 2002, p.42)

Com o falecimento de D. Joao III, rei de Portugal, o rei da Espanha D. Felipe II dá início à União Ibérica (1580-1640), onde ambas as nações foram governadas por um único rei. Neste período chegaram os primeiros jesuítas no Peru, e também foi durante seu reinado que:

[...] consolidaram as diferentes *ordenações* existentes referentes ao processo administrativo colonial e aos povos nativos, genericamente denominadas de *Leis das Índias*, que estabeleceram regras gerais de estruturação e funcionamento, assim como diretrizes para a organização urbana das novas fundações. (CUSTÓDIO, 2002, p.43)

3.1.1 A colonização Espanhola

A Coroa Espanhola estabeleceu na América que os índios dispersos no território deveriam ser organizados em reduções para facilitar a evangelização, além de transformar o indígena em mão de obra qualificada. Inicialmente estas reduções eram administradas por um funcionário civil juntamente com os religiosos, entretanto os missionários começaram a intervir na vida administrativa com base no sistema do Patronato Real²⁴. Este sistema não só permitiu uma atuação mais consistente dos jesuítas na administração temporal das reduções, como também possibilitou que os religiosos respondessem diretamente ao rei e ao vaticano e também recebessem auxílio financeiro. A partir disso, diversas reduções foram instaladas em pontos específicos do continente sul-americano, sendo com o tempo aperfeiçoado o método de implantação e evangelização pelos franciscanos, jesuítas e dominicanos.

Neste processo de evangelização, implantação das reduções e aculturação do indígena, alguns pontos se mostravam essenciais, como manter a língua nativa, integrar os caciques das tribos na administração social das reduções e aniquilar a autoridade espiritual propagada pelos pajés e xamãs, o que significou a desestabilização da estrutura social encontrada no território das duas colônias.

Os padres espanhóis atuaram na América desde o México até o sul do Chile, sendo que o sul do continente foi explorado a partir de 1516, tendo a cidade de Assunção como sede, fundada em 1536, que articulava as regiões dos atuais, Paraguai, Uruguai, estado do Paraná e todo o Rio da Prata.

Neste território estavam presentes os *Charrua* e os *Guarani*. O primeiro era um povo guerreiro e caçador, habitando toda a região dos Pampas, enquanto o segundo vivia basicamente da agricultura, habitavam em grupos familiares e apresentavam um temperamento mais dócil.

A Coroa espanhola percebeu que era necessário organizar a evangelização indígena nesta região, entregando este trabalho nas mãos das

²⁴ Para mais informações sobre a administração espanhola consultar MENEZES, 2006.

ordens religiosas. Ainda antes da união ibérica cogitou-se que os jesuítas enviados à América Portuguesa atendessem também à região do atual Paraguai, porém o acesso destes padres ao Vale do Rio da Prata foi negado por motivos geopolíticos entre as coroas. Somente em 1585, após a união das duas coroas, os padres chegariam à Região do Rio da Prata e seus afluentes, primeiramente os jesuítas vindos da recém-criada Província do Peru e, dois anos depois os vindos do Colégio da Baía (LOZANO *apud* LEITE, TOMO I, 1938). Os processos de redução no Paraguai foram influenciados pela experiência implantada em Juli no Peru, e pelos aldeamentos e estratégias do padre Manuel da Nóbrega na América Portuguesa.

Com isso a Província Jesuítica do Paraguai (Fig. 3.1) foi criada em 1604, se desvinculando das Províncias do Brasil e do Peru, onde o primeiro Provincial foi o Padre Diego de Torres Bollo. Logo que assumiu, o Padre Torres procurou o poder civil e eclesiástico do Paraguai para assegurar que os jesuítas recebessem o auxílio financeiro da coroa espanhola e que os índios aldeados permanecessem livres e encomendados, relatando isso ao Conselho das Índias.

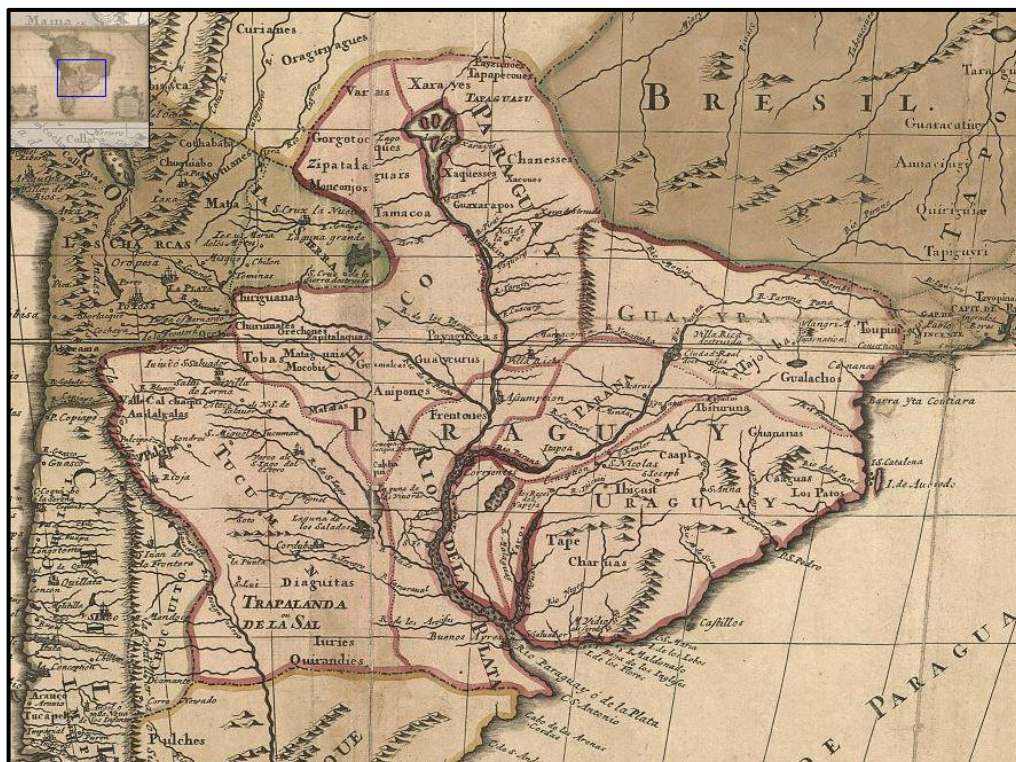


Figura 3.1. Detalhe do *Amerique Meridionale Divisée em sés principales Parties.* - 1691. Autoria de Nicolas Sanson.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530882.htm> Acesso em: 25/05/2013.

Nota: Neste mapa pode-se observar a Província do Paraguai.

O local para a atuação dos jesuítas na Província do Paraguai foi previamente escolhido pelos missionários como sendo a região situada entre as duas frentes de ocupação espanhola e a portuguesa, constituindo uma barreira para o avanço dos portugueses. Neste local se estruturou:

[...]um sistema reducional que, em seu apogeu, foi constituído por trinta povoados, articulados por uma rede de estradas, portos e ligações pluviais, entre estâncias de gado, lavoura e ervais, chegando a envolver cerca de 150 mil índios e 457 jesuítas. (FURLONG *apud* CUSTÓDIO, 2002, p. 50).

Estes povoados geralmente se localizavam ou ao longo dos rios presentes na Bacia do Rio da Prata, ou em pequenas elevações próximas de córregos, e sua distribuição no território estabelecia: “uma constelação de estabelecimentos satélites (fazendas de gado, zonas de exploração de erva mate, hortas e campos de atividades agrícolas, fornos cerâmicos, currais etc.), que envolvem, como uma

coroa, o povoado missioneiro” (KERN, 1994, p. 05). Estas unidades de produção estavam equidistantes e não muito afastado do povoado missioneiro, estabelecido como um núcleo central e situado sobre um pequeno morro ou colina, com a intenção de destacá-lo, possuindo fácil acesso às fontes de água.

A carta *Amerique Meridionale* de 1691 apresenta o Rio Uruguai e alguns poucos afluentes em território que na época era ainda paraguaio, seguindo em paralelo ao Rio Paraná e chegando até a embocadura do Rio da Prata que na carta aparece como “Rio Paraguay ó de la Plata”. É possível observar também alguns pontos para marcar localidades, incluindo S. Nicolas e S. Xavier na margem direita do Rio Uruguay.

Nesta carta, todas estas localidades encontram-se acima do encontro do afluente identificado na carta, o Rio Ibicuití demonstrando a região onde as reduções e fazendas jesuíticas foram implantadas. Posteriormente, quando o Rio Uruguay se tornou o marco geográfico de delimitação entre os territórios paraguaio e brasileiro, os sete aldeamentos localizados à esquerda do rio permaneceram do lado do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul.

Como podemos observar na figura 3.2, das trinta reduções desta região, sete estavam ao longo do Rio Uruguai (destacado em azul) no atual estado do Rio Grande do Sul, sendo elas: São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Borja, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo (destacadas em vermelho)

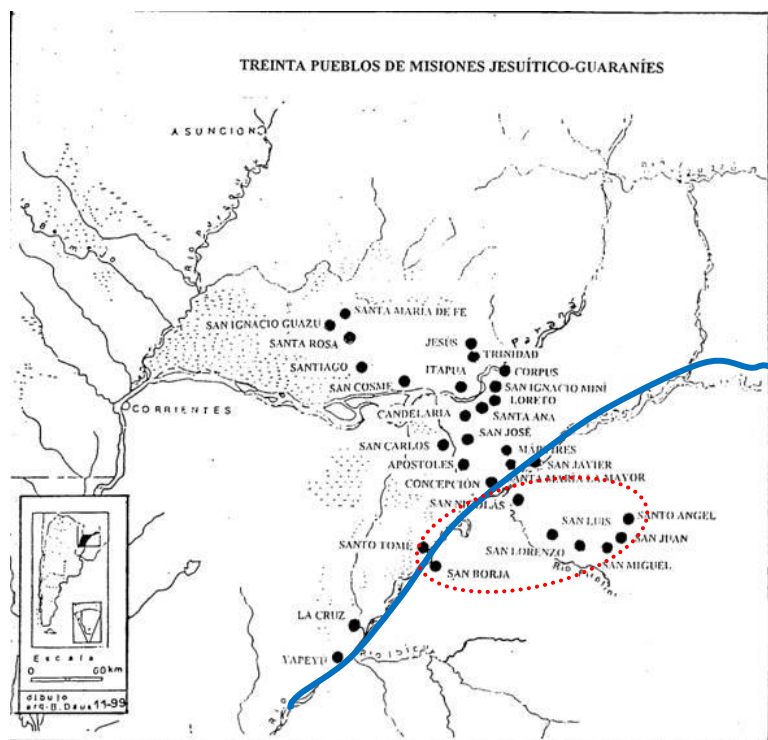


Figura 3.2. Mapa das reduções jesuíticas na Província do Paraguai.

Fonte: Toward a Political Anthropology of Mission Sound

Disponível em: <<http://www.music.ucsb.edu/projects/musicandpolitics/archive/2007-2/wilde.html>>. Acesso em: 28/12/2013.

3.1.2 A Lei das Índias

A política urbanizadora para a América Espanhola “[...] deve ser entendida como um esforço para controlar ou influir sobre as transformações que ocorrem num projeto de urbanização.” (REIS FILHO, 1964), pois esta política estava diretamente associada ao conceito que a Coroa Espanhola e a Igreja Católica tinham da ideia de cidade.

A organização dos novos núcleos urbanos no novo mundo foi definida pelas *Ordenações Reais*. Sua origem está nas normas e diretrizes elaboradas pelos Foros Municipais na Espanha durante o período medieval, onde estas ordenações estabeleciam apenas diretrizes gerais e não modelos específicos de organização urbana.

Um dos primeiros ordenamentos que traziam orientações urbanísticas para a implantação de novas vilas foi promulgado por Pedro Arias D'Ávila em 1513 e se referia principalmente à escolha do sítio, à distribuição ordenada das praças e edifícios públicos e o traçado regular das ruas. A partir deste ordenamento, o Rei Felipe II da Espanha instituiu outras normas que complementarizavam a regulamentação para o estabelecimento de cidades nas colônias, tal como a de Henán Cortes em 1525 e a elaborada no ano seguinte no governo de Carlos I.

As *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias* (Lei das Índias) era o conjunto das ordenações vigentes organizadas por Juan de Oviedo e publicadas em 1573. Porém, todas as leis somente seriam finalmente compiladas em 1635 por León Piñel e publicadas em:

[...] 1681, sob o título de *Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias*, onde os nove livros foram editados em quatro volumes contendo mais de 3000 leis e organizadas sob a forma de 148 *ordenanzas*. (SIMÕES JUNIOR, 2012, p. 08).

A Lei das Índias, publicada ainda durante a União Ibérica, organizou as diretrizes e determinações gerais para a colonização espanhola, reunindo pontos administrativos, econômicos, sociais e políticos. O "*Libro IV, Título VII – De la poblacion de las ciudades, villas, y pueblos*"²⁵ possui um conjunto de 26 leis em sete páginas que abordam desde a escolha do local para estabelecimento da povoação, até sua organização urbana e características funcionais.

Estas diretrizes foram aplicadas em diversas vilas e povoações fundadas ao longo de todo o continente americano pela Coroa Espanhola. Nestas povoações a praça se apresentou como elemento central e estruturador, geralmente contendo os poderes civil e religioso além das ruas apresentarem traçado regular partindo de dois eixos principais. Os aldeamentos ou povoados missionários, apesar de administrados por jesuítas de nacionalidades diferentes, utilizaram as orientações vigentes nas Leis das Índias para definir sua forma e funcionalidade.

²⁵A lei das Índias completa está disponível no sítio do Arquivo digital das legislações do Peru <<http://www.congreso.gob.pe/ntley/LeyIndiaP.htm>>. Acesso em: 20/04/2013.

Segundo Kern (1994), Custódio (2002) E Simões Junior (2012), entre as normas determinadas nas Leis das Índias que possivelmente influenciaram as reduções missioneiras implantadas pelos jesuítas espanhóis estão as seguintes:

Lei Primeira: se refere à escolha do local e de como se deveria começar a implantação da vila ou aldeia. Também previa que o seu crescimento deveria se dar continuamente a partir das quadras regulares já implantadas;

Lei III: determina as condições que o sítio deveria ter, como abundancia de água e rios navegáveis, pastos e áreas com árvores para madeira, sem pântanos próximos;

Lei VIII: estabelece como distribuir os templos, igrejas e mosteiros no núcleo urbano, e como destacá-los do restante;

Lei IX: explicita as dimensões e disposição da praça no traçado, relacionando-a com o sistema viário.

3.1.3 As reduções missioneiras espanholas

As Leis das Índias formaram as principais bases para a organização espacial das reduções missioneiras. Outra experiência jesuítica que serviu de referência para as implantações de reduções na região do Guairá foi a redução de Juli, localizada no atual Peru, sendo indicada pelo Padre Diego Torres – que a administrou durante muito tempo (FURLONG *apud* CUSTÓDIO, 2002, p.78) – como um modelo e uma escola para implantação de aldeamentos.. Esta redução (Fig. 3.1) possuía quatro áreas distintas, contendo uma igreja cada um, com ruas ortogonais e regulares, tendo como base uma praça quadrada central.

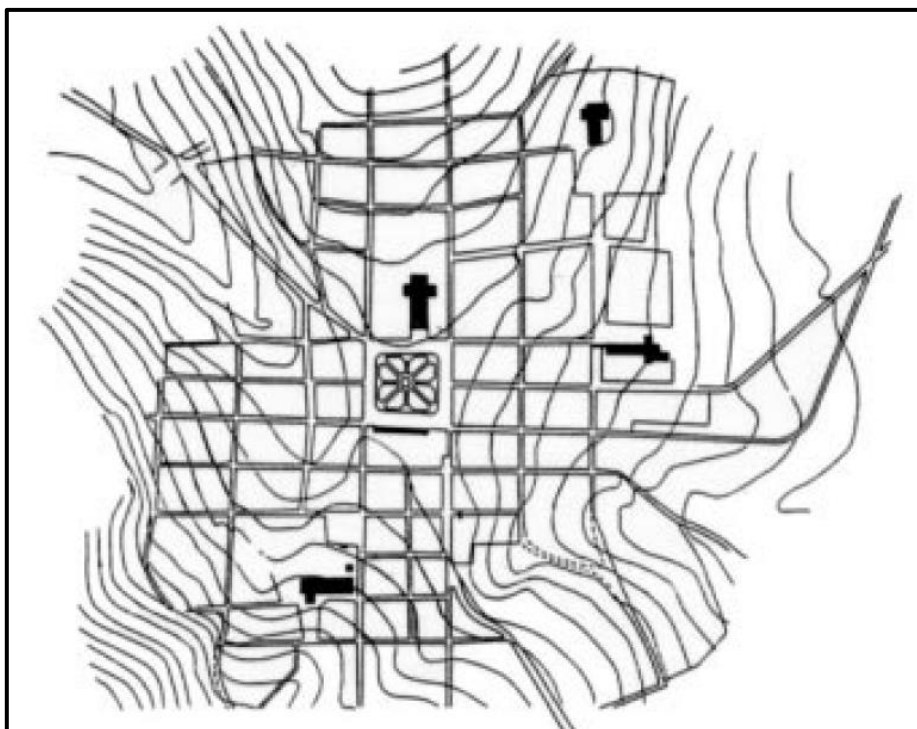


Figura 3.3. Redução de Juli – Peru
Fonte: CUSTÓDIO, 2002, p. 165

As instruções colocadas pelo Padre Torres para as primeiras reduções de índios da região do Guairá definiam diretrizes gerais para as suas construções e implantações. Dentre essas, o Padre destaca a atenção para a escolha de um local próximo a um córrego e locais para prover seu sustento com a caça, a pesca e a agricultura. Quanto à implantação, o traçado da redução deveria ser regular, com ruas retas que se cruzam, além de apontar a localização dos principais edifícios e definir a quantidade de índios por quadra. Estas instruções representaram a primeira tentativa de prescrever regras para a implantação das reduções com os Guaranis, sendo que eram semelhantes às determinações da Lei das Índias quanto à escolha do local, estrutura urbana e uso do solo. Deve-se destacar que neste período ainda não havia um desenho prévio da estrutura urbana, mas apenas diretrizes.

Durante a Primeira Congregação Geral da Companhia de Jesus realizada em 1558, normas e diretrizes gerais para a construção dos edifícios foram definidas (CUSTÓDIO, 2002). Na Congregação seguinte foi estabelecido que os edifícios deveriam ser duráveis e executados com um planejamento prévio, e

ainda que todos os projetos deveriam ser aprovados pelo Geral da Companhia em Roma, entretanto por conta da quantidade de edifícios e as grandes distancias entre colônias e metrópole, este procedimento de aprovação se tornou inviável. Em seguida, na Sexta Congregação do Paraguai em 1637, os jesuítas decidiram padronizar além da estrutura física das reduções, o modo de se realizar os sacramentos e as festas.

Portanto, estas diretrizes definiram tantos aspectos administrativos e sociais, como ordenamentos urbanos gerais, podendo ser observado sua aplicação nas vilas coloniais e nas reduções indígenas da Província do Paraguai, mesmo que uma possuía características diferentes da outra.

3.1.4 A tipologia urbana missioneira

Conforme Custódio (2002), a tipologia urbana missioneira não surgiu de diretrizes ou orientações diretas previamente realizadas pela Companhia de Jesus, mas foi sendo elaborada conforme a experiência dos padres e o decorrer dos fatos no período colonial. Para o autor esta tipologia teve sua primeira fase de implantação durante o século XVII onde ainda não seguia um modelo, mas possuía características físicas resultantes da adaptação dos assentamentos a cada contexto particular, seguindo as diretrizes básicas apontadas pelas Leis das Índias. Como nesta época o essencial para a Companhia era a evangelização indígena, o terreiro aparece como elemento estruturador principal da redução. A Figura 3.4 reproduzida por Custódio (2002, pg. 168) apresenta um desenho contendo a praça central com quadras ao redor.

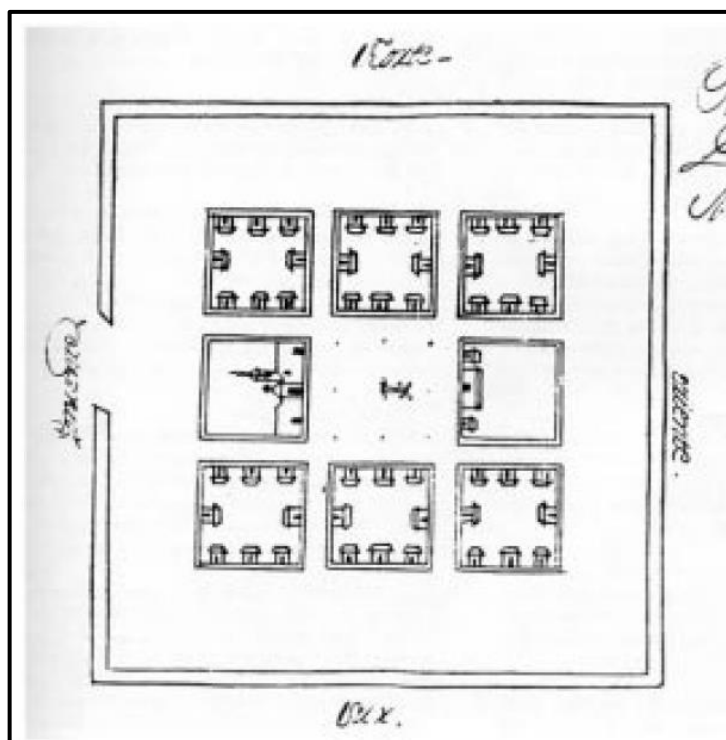


Figura 3.4. *Pueblo de Índios*

Fonte: CUSTÓDIO, 2002, p. 168

Nota: Modelo de uma das primeiras reduções instaladas pelos jesuítas espanhóis em meados do XVII na Província Jesuítica do Paraguai.

Posteriormente no início do século seguinte, em uma segunda fase, a composição urbana da redução missioneira se destacou das cidades coloniais espanholas, possuindo um modelo mais facilmente reconhecível tornando-se, segundo Custodio, um modelo especificamente jesuítico.

A tipologia urbana jesuítica, reiterada com escassas variações nos 30 povoados, constitui o único sistema autônomo planejado que se oferece como um modelo alternativo ao se institucionalizar as Leis das Índias. (GUTIERREZ *apud* CUSTÓDIO, 2002, p.107).

O Padre Antônio Sepp veio para a América no final do século XVII a serviço da Espanha e implantou diversas reduções na atual região de divisa entre o Brasil, Paraguai e Argentina, entre elas a de São João Batista. Este padre foi o

primeiro a descrever em suas cartas²⁶ a estrutura presente na tipologia urbana missioneira da segunda fase.

Nestas cartas o padre Sepp descreve a estrutura da redução como sendo dividida em dois blocos recebendo o cruzamento de duas vias principais, criando assim dois eixos perpendiculares que orientariam as quadras regulares. Suas descrições, tanto na escolha do sítio como no processo de implantação e organização da estrutura urbana podem ser observadas na iconografia de São João Batista²⁷ e nos outros povoados missioneiros.

La primera condición com la cual debía cumplir fue la medición y el amonjonamiento de los terrenos para la construcción de las casas con el cordel del agrimensor. [...] En el centro debía alinear la plaza, dominada por la iglesia y la casa de párroco. De aquí debían salir todas las calles, siempre equidistantes una de la otra.” (SEPP *apud* KERN, 1994, p. 04)

A tipologia urbana missioneira era elaborada a partir de dois elementos implantados em torno de uma grande praça central. O principal deles continha a igreja e os edifícios pertencentes às Ordens e estava situado geralmente na parte mais elevada do terreno, enquanto o segundo ocupava os outros lados da praça e era constituído basicamente das residências dos índios dispostas em uma malha ortogonal com as vias de acesso regulares.

²⁶ As cartas e as descrições escritas pelo Padre jesuíta Sepp de 1691 a 1701 foram publicadas em português em 1980.

²⁷ Para mais informações sobre as diretrizes do Padre Sepp consultar PAIM, 2012.

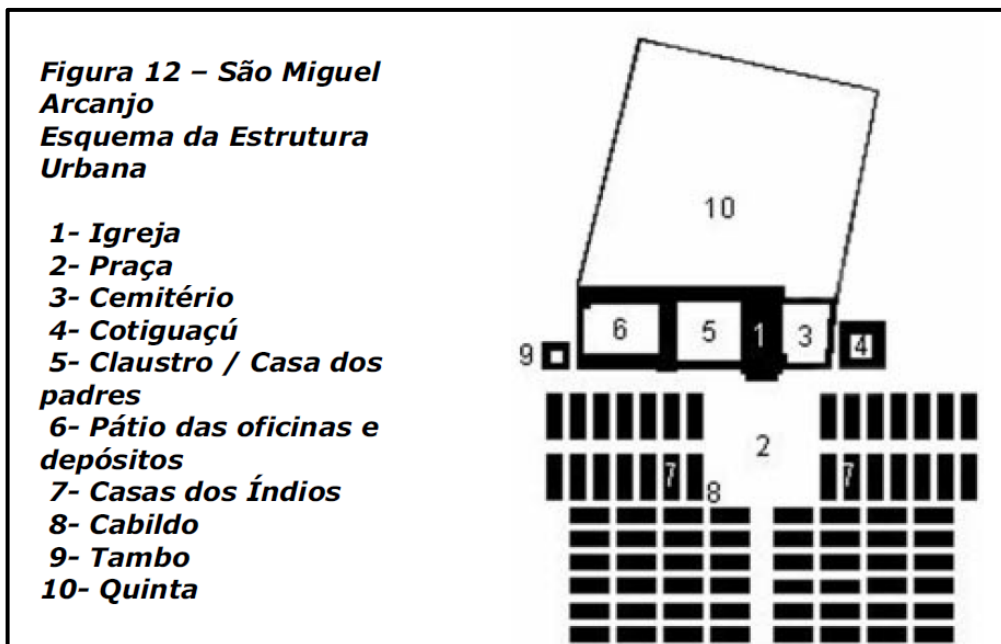


Figura 3.5. Elementos de São Miguel arcanjo
Fonte: CUSTÓDIO, 2002, p. 170

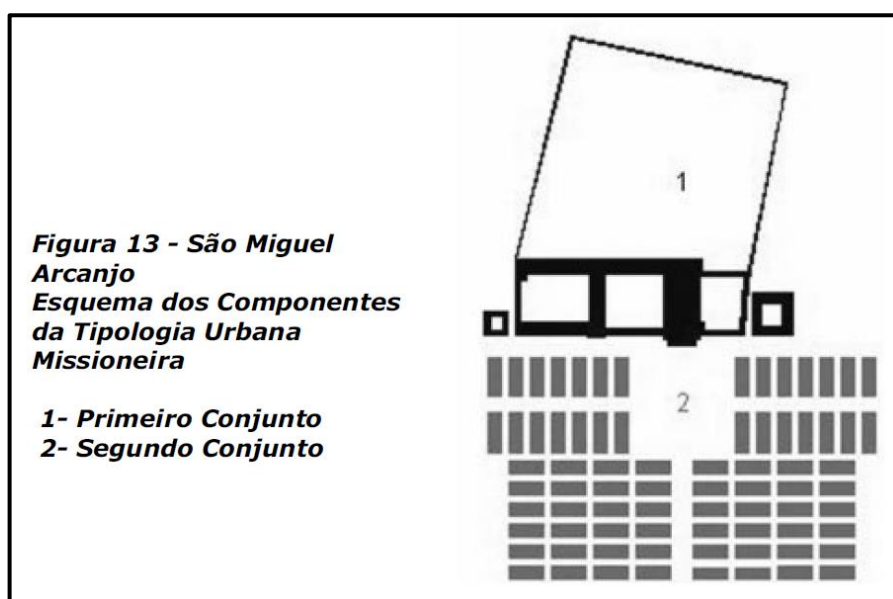


Figura 3.6. Conjuntos de São Miguel Arcanjo
Fonte: CUSTÓDIO, 2002, p. 170

Segundo ainda Custódio, o aldeamento de São Miguel Arcanjo era constituído de dois conjuntos arquitetônicos: *o primeiro conjunto era constituído por uma igreja no centro, com o cemitério localizado de um lado e, do outro o*

claustro (com a residência dos religiosos) além dos depósitos e oficinas. Estas edificações possuíam as fachadas alinhadas - destacando-se do alinhamento apenas o pórtico da igreja – e estavam ligadas umas as outras internamente. O *segundo conjunto* era constituído pelas residências indígenas, caracterizadas por serem grandes pavilhões avarandados e distribuídas lado a lado, enfileiradas e em conformação ortogonal. Este conjunto era orientado pela praça central e por uma via principal perpendicular ao primeiro conjunto.

As implantações das reduções missioneiras espanholas seguiam em sua maioria o esquema geral destes dois conjuntos, existindo apenas modificações na posição dos componentes presentes em cada conjunto, com a oficina e a casa dos padres as vezes aparecendo em lados opostos de edifício da igreja, e o cemitério um pouco mais distantes desses.

Dentre as representações que melhor evidenciam esta tipologia urbana missioneira podemos citar as gravuras das reduções de Candelária, publicadas pelo jesuíta Peramás em 1791; a de São João Batista, documento pertencente ao arquivo de Simancas na Espanha; o conjunto de plantas esquemáticas das reduções desenvolvidas por José Maria Cabrer; e por fim a planta da redução de São João Batista desenvolvida pelo Jesuíta Antônio Sepp.

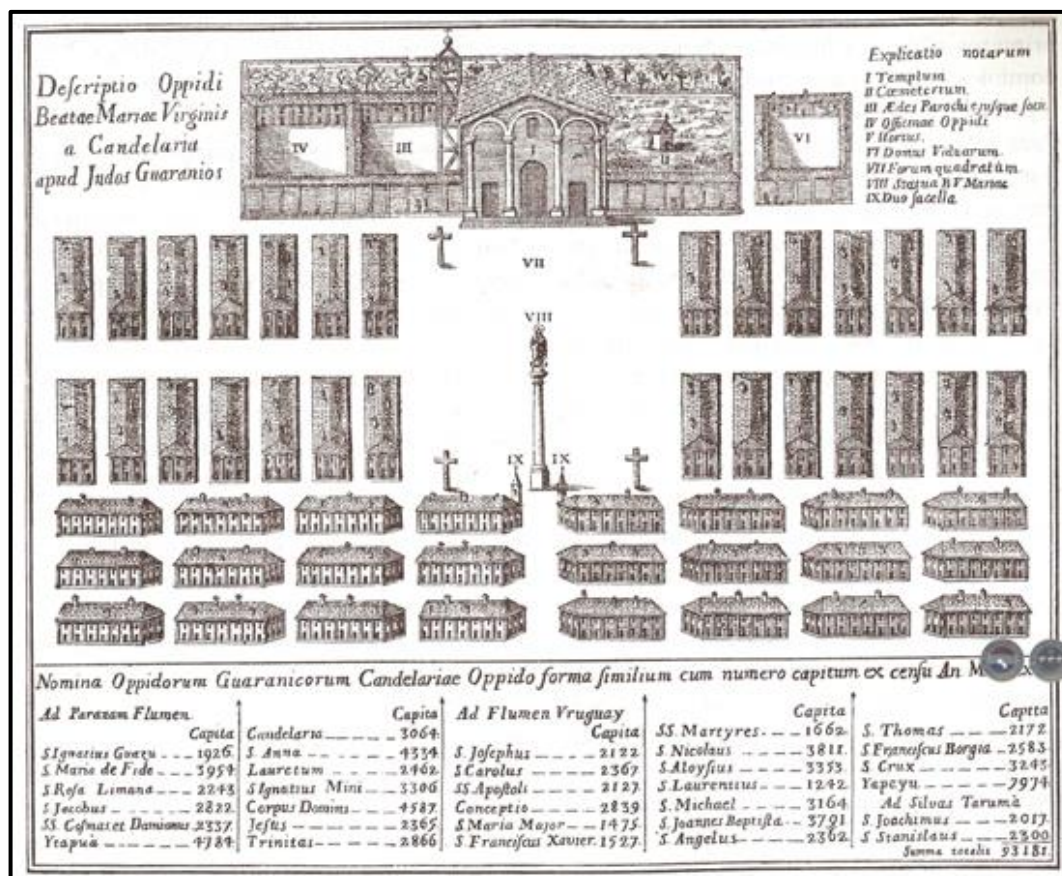


Figura 3.7. *Diseño del pueblo de la Candelaria*. Autoria: Jose Manuel Peramás
 Fonte: Toward a Political Anthropology of Mission Sound: Paraguay in the 17th and 18th Centuries
 Disponível em: <<http://www.music.ucsb.edu/projects/musicandpolitics/archive/2007-2/wilde.html>> Acesso em: 28/12/2013.

3.2 Os jesuítas no Vale do Paraíba

3.2.1 O Vale do Paraíba

Quando os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil pelo mar, especialmente na região do Vale do Paraíba, encontraram um dos primeiros obstáculos para sua entrada no interior do continente, a Serra do Mar. Esta formação geográfica surge na Bahia e segue acompanhando o litoral até o sul do Brasil, dificultando o acesso ao planalto interior e restringindo a faixa litorânea a uma estreita faixa de terra, muitas vezes improdutiva que compõem a costa brasileira. Outra dificuldade encontrada pelos colonizadores portugueses foi a presença dos índios Tamoio e Guaianá que ocupavam a margem ao sul do rio Paraíba e parte do litoral, os quais, durante todo o final do século XVI frequentemente investiam contra os povoados e vilas recém formadas.

Em alguns pontos desta serra os colonizadores puderam se apropriar dos antigos caminhos utilizados pelos indígenas presentes no território, possibilitando transpor este obstáculo e expandir a colonização em direção ao interior do continente, alcançando terras mais férteis. O Caminho do Padre José de Anchieta, possível antiga trilha dos Tupiniquins foi percorrido desde a chegada dos jesuítas no Brasil, se tornando um dos principais e mais antigos da Capitania de São Vicente. Ele partia do litoral de Santos e São Vicente, atravessava a Serra do Mar e chegava à aldeia de Tibiriça no planalto de Piratininga, que se encontrava próxima à Vila de São Paulo e ao Rio Tiete.

Estes rios presentes na Capitania se tornaram essenciais como vias de comunicação entre as vilas e as principais localidades, se formando rotas hidroviárias quando navegáveis, ou servindo de referência para os viajantes do período colonial. Victal (2012) demonstra na “Carta Chorográfica da Capitania de S. Paulo [...]” de 1766, copiada pelo Major Umbelino Alberto de Campo Limpo em 1869, a representação dos caminhos mais significativos existentes na Capitania até este período, salientando a Vila de São Paulo como um entroncamento destes. A autora também observa neste documento a existência de um caminho:

[...] que parte da vila de São Paulo em direção ao Vale do Paraíba chega à localidade de Mugui passando por São Miguel, onde ramifica-se em duas direções. Uma descendo pela serra para atingir novamente o litoral na região de Santos – constituindo uma alternativa ao caminho de Cubatão – enquanto a outra apresenta o caminho que seguia em direção à Escada e, já margeando o rio Paraíba, atravessava-o na região de Jacarei – localidade também indicada na carta – para atingir outra designada como sendo São José. (VICTAL, 2012, p. 05).

Este caminho se consolidou como um dos primeiros vetores de expansão da colonização no interior paulista, permitindo que os primeiros núcleos urbanos do Vale do Paraíba, situados ao longo deste caminho, evoluíssem para freguesias e vilas. Paulo Pereira dos Reis em seus estudos sobre o Caminho novo de Piedade (1971) elabora um desenho a partir de suas investigações sobre os fluxos no vale do Paraíba (Fig. 3.9) onde este caminho, citado por Victal aparece bem como a rede de localidades. Nele podemos notar algumas retas de ligação com o litoral, ligando aos portos de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis.

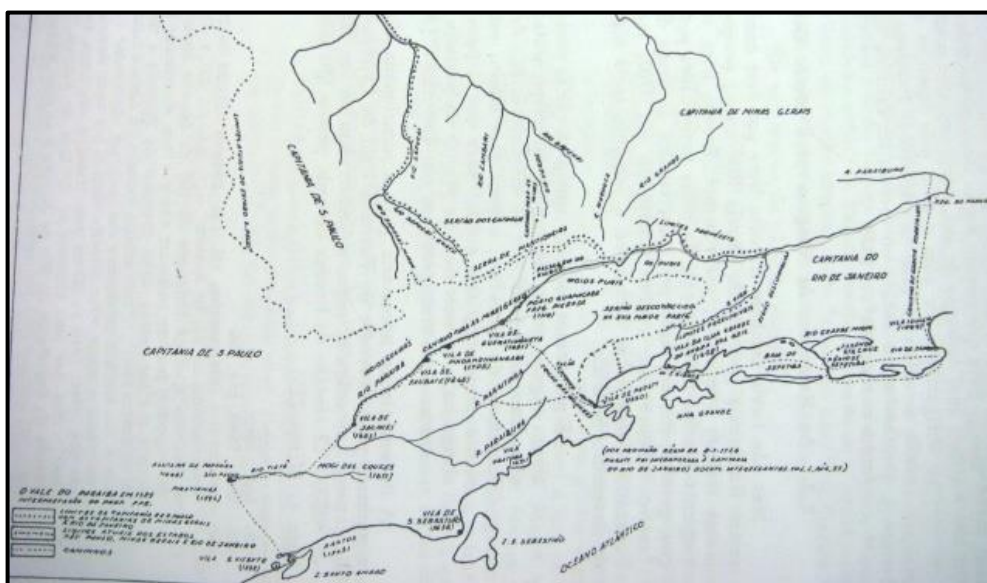


Figura 3.9. 130. Autoria de Paulo Pereira dos Reis

Fonte: REIS, 1971, p. 41

Nota: O mapa mostra as principais vilas do Vale do Paraíba e seus caminhos

Apesar desses caminhos, o Planalto de Piratininga ainda se encontrava no século XVI quase totalmente isolado do poder da coroa e das vilas presentes no

litoral, como São Vicente. Porém sua condição geográfica, próximo aos Rios Tiete e Paraíba do Sul, permitiu que os moradores dessem início ao bandeirismo, caçando e aprisionando os índios que se encontravam no Vale do Paraíba e nos sertões do Planalto. Segundo Capistrano:

Ao tempo em que os conquistadores se batiam contra os índios de Paraguaçu e Ilhéus, prosperava à volta de São Paulo grande número de vilas: Moji das Cruzes, Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiaí, Sorocaba, são todas anteriores a 1680, anteriores ao grande êxodo que assinalou o último quartel do século XVII. (ABREU, p.45, 1988).

A ocupação do Planalto de Piratininga e do Vale do Paraíba no século XVI teve a participação do português João Ramalho, ali presente antes da chegada dos jesuítas e dos representantes da Coroa Portuguesa, por conta de sua boa relação com os indígenas presentes no planalto. Esta região do Planalto de Piratininga em que Ramalho se encontrava se caracterizava por concentrar muitas tribos indígenas, fazendo com que tanto a Coroa Portuguesa quanto os padres se interessassem em ocupá-lo para aldear estes índios, e posteriormente utilizá-los como mão de obra e guias para o sertão em busca de riquezas.

Em 1553, o jesuíta Manuel da Nóbrega fundou no Planalto de Piratininga o Colégio de São Paulo e, com o auxílio de João Ramalho na defesa e manutenção das aldeias implantadas no entorno do colégio, consolidou a evangelização e a ocupação portuguesa no planalto. A Vila de Santo André da Borda do Campo fundada anteriormente pela Coroa sob a administração de João Ramalho foi transferida para a Vila de São Paulo sob a responsabilidade dos jesuítas, por conta do maior prestígio dos padres da Companhia de Jesus frente aos interesses da Coroa Portuguesa.

Os índios contrários à catequização se reuniram no Vale do Paraíba, e constantemente avançavam nos aldeamentos do Colégio de São Paulo, fazendo com que os padres do colégio vissem a necessidade de nomear o povoador João Ramalho capitão-mor da Vila de São Paulo. Apesar desta relação com os jesuítas, os conflitos do povoador por não aceitar o modo de vida imposto pelos

padres na vila se tornaram constantes, fazendo com que ele partisse em direção ao Vale do Paraíba.

Segundo Reis, (1979), os dissidentes liderados por Tibiriçá haviam se retirado de Piratininga indo habitar as margens do Rio Paraíba, onde formaram uma aldeia a que designaram Tab-a-été, ou taba legítima, em oposição à taba de Piratininga. O autor indica a retirada de João Ramalho para essa aldeia onde se juntou aos que formaram a resistência à colonização e tornaram-se grandes inimigos dos índios do mesmo tronco étnico que permaneceram nos Campos de Piratininga. (VICTAL, 2012, p. 08).

Os caminhos presentes no Vale do Paraíba, juntamente do rio fez com que essa região se tornasse um vetor de acesso e comunicação utilizado por índios, bandeirantes, representantes da Coroa Portuguesa e para a expansão da evangelização jesuítica no século XVII com a implantação do aldeamento de São José dos Campos nas margens do rio Paraíba do Sul.

3.2.1.1 A questão Monsanto-Vimieiro

A capitania de São Vicente foi doada a Martim Afonso de Souza e a capitania de Santo Amaro a Pero Lopes de Souza. A primeira era dividida em duas partes, com uma parte menor ao norte e outra maior ao sul, e entre elas se encontrava a capitania de Santo Amaro.

Após o falecimento de Lopo de Souza, neto de Martim Afonso, os direitos da capitania de São Vicente foram cedidos a Condessa de Vimieiro, Dona Maria de Souza Guerra. Sua Capitania progredia devido a monocultura canavieira, surgindo no final do século XVI importantes vilas como São Vicente, Santos, São Paulo e Conceição de Itanhaém. Enquanto isto, a capitania de Lopes de Souza estava esquecida devido ao seu maior interesse na extração de Pau-Brasil em sua capitania de Itamaracá.

Apesar da divisão oficial das capitanias, os limites não eram muito claros, sendo estas frequentemente distribuídas sem os cuidados necessários com

respeito à sua exata localização. No início do século XVII, o Conde de Monsanto entrou em conflito com a Condessa reclamando a posse das vilas de São Paulo, Santos, São Vicente, entre outras.

A causa deste litígio era justamente a não demarcação dos limites entre as duas capitanias, a distribuição indiscriminada de sesmarias em nome de ambos os donatários e a legitimidade sobre ilhas, rios e outros acidentes geográficos, reclamada por ambos. (Pasin, 1977, p.24).

Diante desses conflitos, o Governador Geral do Brasil, Dom Luiz de Souza, concordando com os argumentos do donatário da capitania de Santo Amaro, passou a ele as terras reivindicadas. Com isso, a Condessa de Vimieiro ficou apenas com o trecho que compreende as terras do Vale do Paraíba e parte do litoral norte da capitania.

Temendo perder estas terras remanescentes, em 1628 a Condessa concedeu trechos de terras a Jacques Felix e seus filhos, tornando-os oficialmente os primeiros povoadores da região do Vale do Paraíba. Este por sua vez, fundou o primeiro núcleo urbano do Vale, a Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté,

Jaques Félix com os índios do lugar, seus escravos trazidos da vila de São Paulo e com moradores que afluíam para a povoação, levantou uma pequena Matriz e um tosco edifício para Cadeia e Casa de Câmara, sendo nestas obras auxiliado por frades franciscanos, que trouxe de São Paulo em sua companhia. A pequena igreja era feita de taipa de pilão, com telhas de barro, e lanços de corredor voltados para o sol nascente. (FERREIRA, 2011, p.02).

3.2.2 A Vila de São José dos Campos

3.2.2.1 Fundação da Vila

Na margem direita do Rio Paraíba do Sul, entre Jacareí e São José, ficam os Campos de S. José. Neles colocou o Colégio de S. Paulo uma fazenda de gado em terras próprias. Acabou-se o gado e para não ficarem as terras devolutas, erigiram os Padres uma Aldeia [...]. (LEITE, 1945, Tomo VI, p.367).

Segundo este autor a nova aldeia erigida pelos jesuítas não estava no mesmo local da fazenda de gados, e sim em um plano elevado cerca de dez quilômetros da primeira, por conta das enchentes do Rio Paraíba. Esta aldeia era formada em quadra, com as residências em taipa de pilão e a Igreja dedicada à Jesus, Maria e José, e apesar de inicialmente, em 1686, ter sido denominada Aldeia de Nossa Senhora do Desterro, passaria a se chamar São José dez anos depois.

Azevedo Marques (*apud* LEITE, 1945, Tomo VI, p.368), aponta que a aldeia anterior à mudança de local já existia desde o século XVI, pois os jesuítas prestavam assistência religiosa à população desta região, e por conta do número reduzido de religiosos neste período não teria estabelecido residência nesta localidade.

Com isso, a fundação da aldeia de São José no Vale do Paraíba pelo Irmão Manuel de Leão somente posteriormente a 1680. Dependente do Colégio de São Paulo, a vila alteraria seu nome doze anos depois para Residência de Paraíba do Sul, para em 1696 se denominar Residência de São José. Contou com a presença de diversos jesuítas importantes, entre eles o Padre Estanislau Cardoso e o Padre Estevão Tavares, filho do capitão-mor da Capitania de São Vicente.

Nesta aldeia, a primeira igreja erigida pelos jesuítas foi demolida em 1727 para a construção da nova. Além da catequese, os índios auxiliavam na lavoura produzindo principalmente farinha de mandioca, trigo, legumes e algodão (LEITE, 1945).

A Aldeia de São José da Paraíba “[...] em 1757 tinha 412 índios, com este nome se fez vila 10 anos depois, em 1767” (LEITE, 1945, Tomo VI, p.369). Os Padres Bento Nogueira e José da Mota foram os últimos padres a morarem na aldeia antes da expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759.

3.2.3 São José e a tipologia urbana missioneira

A documentação sobre a aldeia jesuítica de São José é muito restrita embora, como apontado no capítulo 2, tenha sido implantada em 1686 com o apoio do colégio de São Paulo em assistência aos indígenas do Vale do Paraíba. Seguindo pelo caminho do Rio Tietê até a região de Mogi e chegando às margens do Rio Paraíba do Sul, onde Francisco Tosi Colombina, em seu Mappa da Capitania de São Paulo indica haver o arraial de Escada, podemos observar as Vilas de Jacarey e S. José onde esta aldeia foi implantada. Há no entanto um desenho da Vila de S. José elaborado por Julian Pallière em sua viagem partindo do Rio de Janeiro em direção ao Vale do Paraíba que pode ser utilizado para a análise da configuração da aldeia (Fig. 3.10).

O Rio de Janeiro quando foi estabelecido como capital do Brasil em 1763 se caracterizava como uma vila colonial típica, com o livre comércio de rua e a presença de índios, negros e mestiços em meio aos colonos. Por conta destes fatores, a vila passou por uma tentativa de adequação ao modo de vida europeu, tanto na sua sociedade como na estrutura física, para receber a Corte Portuguesa, porém as verdadeiras transformações somente ocorreram quando a corte desembarcou no Rio em 1808. Como resultado ocorreu a abertura dos portos da colônia o que permitiu ampliar o comércio com a Europa, o fluxo de pessoas, mercadorias e ideias, dinamizando e trazendo novos contornos à vila.

Com isto, cresceu o interesse dos europeus pelo continente e suas riquezas naturais, cujo arcabouço já aparecia na literatura desde o século XVI, com informações dispersas levadas nos diários dos viajantes. Neste momento, um Brasil mais domesticado, menos selvagem começa a receber expedições de caráter científico sendo a da arquiduquesa Leopoldina uma das mais ambiciosas devido à quantidade de naturalistas e cientistas que arregimentou e trouxe para o Brasil.

Em meio a esse processo de aculturação, com costumes locais descaracterizados e um barroco já de influências brasileiras sendo suplantado pelo neoclássico dos artistas recém-chegados à terra, o espírito da condição de colônia permaneceu presente no desenrolar da sociedade no período.(VICTAL; BATAGLIOLI,2010)

A arquiduquesa Leopoldina, filha do Imperador do Sacro Império Romano-Germânico nasceu em 1797 na Áustria e teve um rígido ensino durante sua infância, aprendendo diversas línguas, tendo aulas de história natural e biologia. Com o fim do império de seu pai e com o intuito de unir duas dinastias conservadores européias, ela se casou com o herdeiro do trono português e brasileiro em 1817 por meio de uma procuração e embarcou para o Brasil neste mesmo ano, juntamente da expedição científica de história natural.

Conforme aponta VICTAL e Bataglioli (2010), nesta expedição além de Arnaud Julien Pallière vieram ao Brasil quatorze estudiosos, liderados pelos pesquisadores bávaros Johann Von Spix e Carl Von Martius com o objetivo de reunir informações sobre o país, tanto da flora e fauna, como relatar o modo de vida dos colonos aqui presentes.

Pallière nasceu em 1784 na França, em uma família de artistas, e após se formar em Paris, destacou-se como pintor e desenhista. Logo que chegou ao Brasil em 1817 juntamente da arquiduquesa, Pallière foi incumbido de retratar os panoramas das principais cidades das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e no ano seguinte desenvolveu um plano urbanístico para a cidade de Vila Real da Praia, atual Niterói.

Durante a viagem que realizou de São Paulo ao Rio de Janeiro, passando pelo Vale do Paraíba e o sul de Minas, Pallière desenhou plantas esquemáticas de núcleos primários das cidades pelo qual passou, onde é possível constatar “[...] os elementos da geografia e também das edificações, arruamentos, largos entre outros.” (VICTAL; BATAGLIOLI, 2010), dentre elas a planta da Vila de São José (Fig. 3.10).

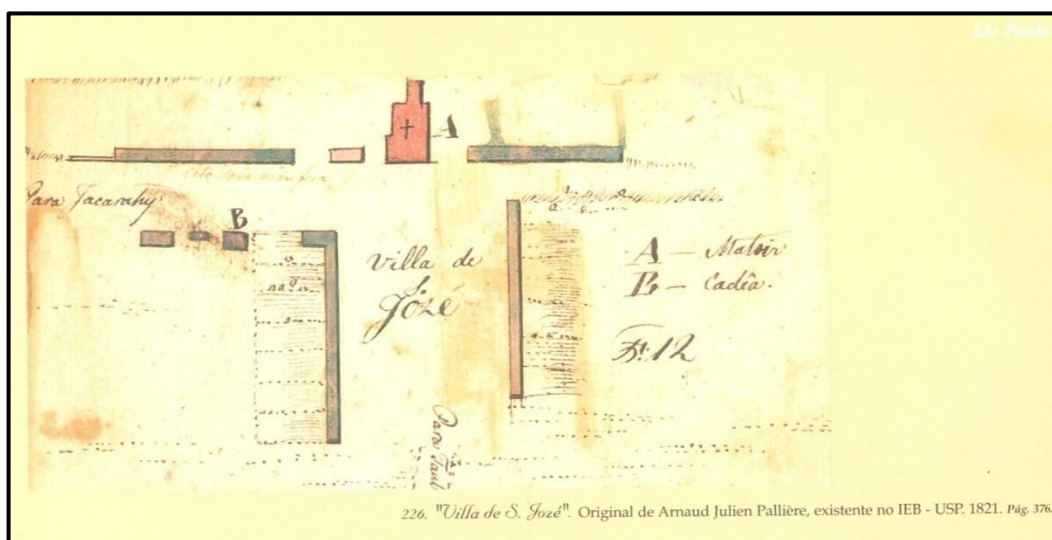


Figura 3.10. Villa de São José. Autoria: Arnaud Julien Pallière
 Fonte: Biblioteca Nacional Digital
 Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/pages/cart1033420fo11.htm>
 Acesso em: 20/10/2013

Apesar de não encontrarmos registros de planejamento prévio dos jesuítas na implantação da Vila de São José, ao compararmos o traçado da vila conforme a representação de Pallière no início do séc. XIX com os estudos realizados no Vale do Prata por custódio podemos encontrar elementos típicos da tipologia urbana missioneira.

De acordo com Flexor, em razão dos jesuítas portugueses manterem contato constante com seus irmãos espanhóis e com a Europa através das cartas, os aldeamentos implantados na América portuguesa sofreram influências das Leis das Índias estabelecidas para a colonização espanhola. Luiz Saia

(1937), durante o levantamento feito em Carapicuíba para o IPHAN²⁸ notou a influência das principais diretrizes utilizadas nas reduções espanholas, como o traçado regular, as praças retangulares e a proximidade com corpos d'água no aldeamento português de 1580.

[...] Saia dá conta da forma como as aldeias retangulares eram orientadas no espaço, longe dos grandes rios, mas próximas de seus afluentes, da disposição das casas e da igreja que sempre ficava no meio, do lado da parte mais alta do terreno. Já as estradas comumente entram pelas quinas do pátio. Também essas aldeias sempre ficavam em áreas altas, de onde ora é possível ver o entorno. (FACCIO, 2010, p. 71).

Domingues (2000) aponta que existiram maiores semelhanças entre o método de colonização portuguesa no Brasil e a colonização espanhola na América, que entre a colonização lusa em outros domínios da Coroa Portuguesa no mundo, como a Ásia e a África.

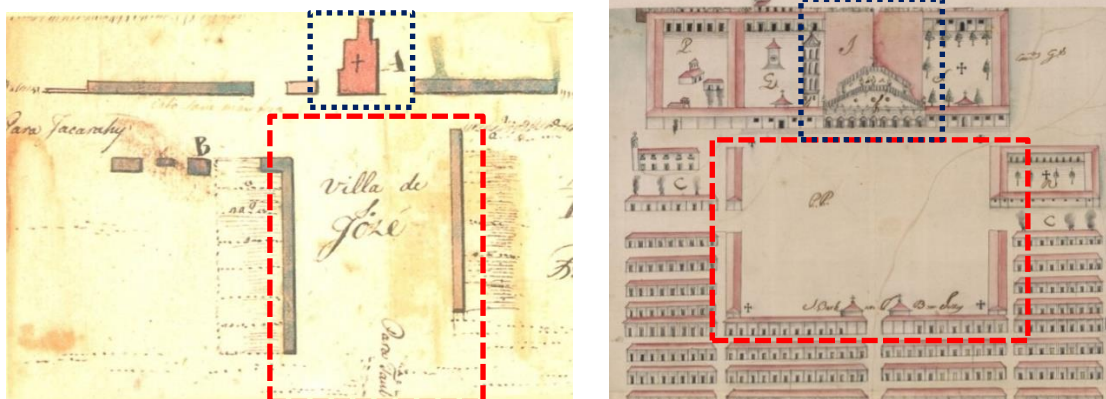


Figura 3.11. Destaque para as praças centrais (vermelho) e Igrejas (azuis) das Vilas de São José e de São Miguel Arcanjo
Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Em ambas as representações podemos notar a grande praça retangular central como um dos elementos estruturadores do povoado, onde ocorriam as festas, encenações e a catequese jesuítica. O desenho de Pallière apenas

²⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

identifica os edifícios da matriz e cadeia com as letras A e B respectivamente. Partindo do que se estudou sobre os conjuntos urbanos jesuíticos, podemos identificar os retângulos alçados como sendo as habitações dos indígenas. Há um edifício ao lado da matriz com uma coloração menos intensa do que as outras, o que pode indicar ser a casa dos padres.

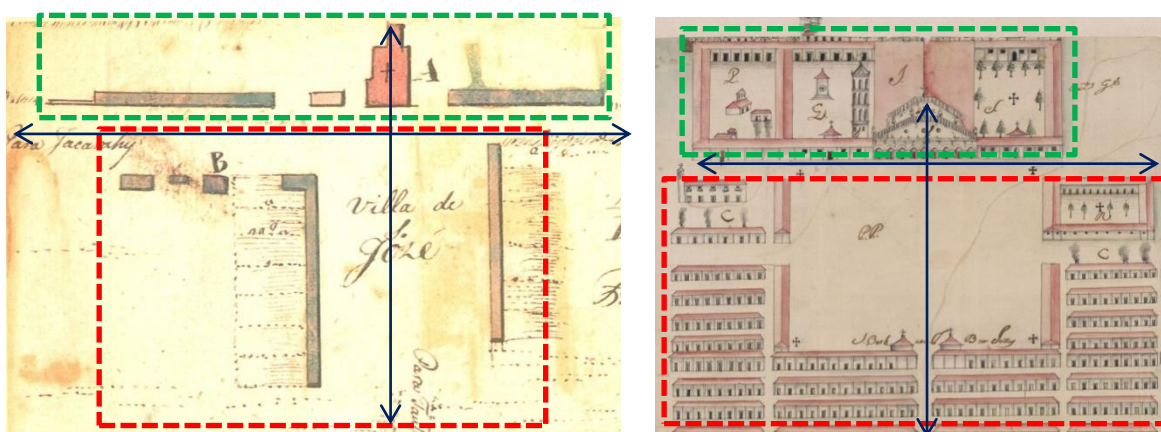


Figura 3.12. Destaque para os conjuntos e os eixos das Vilas de São José e de São Miguel Arcanjo
Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Da mesma maneira que a tipologia urbana missioneira existente em São Miguel, a Vila de São José poderia ser dividida em dois conjuntos de edifícios, onde um primeiro (destacado em verde) continha a igreja, as oficinas e a residência dos religiosos, enquanto o outro (destacado em vermelho) era constituído pelas residências indígenas dispostas ortogonalmente. Pode-se notar também a existência de dois eixos perpendiculares (azuis) paralelos as laterais das praças, que criavam duas vias principais de circulação.

Quando Pallière passou por S. José, elevada à categoria de vila em 1768, os jesuítas já haviam sido expulsos do território brasileiro, trabalhamos na hipótese do desenho representar o traçado inicial da aldeia em construção iniciada em 1686. A praça estava circunscrita pelas edificações que a ladeavam. A igreja encabeçava e dominava o traçado principal organizando a praça a sua frente. O caminho de Taubaté, primeira Villa fundada no Vale pela condessa de

Vimieiro, donatário da Capitania de Itanhaém e núcleo urbano mais importante ao longo do Rio Paraíba do Sul no início do século XIX, partia do lado diametralmente oposto ao edifício da matriz. Assim chegava-se na praça pelo lado oposto a matriz, tal como ocorria nas aldeias da América espanhola.

Considerando ser esta a representação do aldeamento jesuítico, constata-se sua extrema simplicidade quando comparada aos aldeamentos da América espanhola. Não encontramos remanescentes ou vestígios destas construções na cidade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Companhia de Jesus, uma ordem moderna para o seu tempo, por meio da sua racionalidade e da ênfase que deu na educação, não apenas auxiliou o desenvolvimento da cultura na América Colonial, como atuou junto aos colonos no desbravamento do território e na fundação das primeiras vilas no século XVI.

Presente em todas as capitanias do Brasil, Presente em todas as frentes de penetração do Brasil colonial, os jesuítas fundaram colégios e aldeamentos para a catequização indígena, sendo que muitos desses se tornaram em notáveis centros econômicos e de circulação de mercadoria. Além disso, possibilitaram a comunicação entre índio e colono português, atuando também na disseminação da língua portuguesa, criação da língua geral e por tanto a comunicação entre os povos aqui encontrados. Apesar de imporem a religião e o modo de viver europeu ao gentio, procuraram preservar ao máximo sua liberdade e integridade, tratando o índio com humanidade.

As cartas trocadas constantemente entre os padres da Ordem, essenciais para a manutenção da Companhia, deixaram para aos pesquisadores importantes relatos de suas atividades, dos problemas enfrentados pelos colonizadores no Brasil e da situação aqui encontrada. Recorrendo a estas cartas e a historiografia da Companhia de Jesus nós pudemos entender a lógica de expansão dos jesuítas nas capitanias situadas ao sul do Brasil: Capitanias de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente e região de disputa entre espanhóis e portugueses, e também como se relacionaram e auxiliaram os colonos, sendo essenciais na educação e evangelização dos índios e dos colonos.

A ênfase na comunicação dada pela Companhia por meio de cartas e congregações, fez com que os jesuítas espanhóis e portugueses trocassem informações sobre as suas formas de atuação, principalmente durante a União Ibérica. Partimos da hipótese de que as iniciativas do padre Manuel da Nóbrega com os aldeamentos na costa brasileira auxiliassem nas primeiras implantações das reduções espanholas. De forma recíproca, possivelmente as ordenações da Coroa Espanhola e os traçados elaborados pelos jesuítas do Vale do Prata para

as suas reduções também acabaram influenciando nas atividades de implantação de reduções realizadas pelos jesuítas portugueses. Para esta dissertação trabalhamos introdutoriamente nesta hipótese que deve ser ampliada em novas pesquisas, investigando a extensão destas influências.

Porém o êxito da Companhia foi também sua ruína. Por conta da tamanha influência que tiveram sobre os índios aldeados em pontos estratégicos do território paulista bem como a rápida disseminação do trabalho jesuítico fizeram com que a Coroa Portuguesa, não vendo isto com bons olhos, os expulsassem definitivamente do Brasil em 1759. Depois da expulsão, a Coroa Portuguesa não obteve êxito em restabelecer o sistema de ensino implantado pelos padres da Companhia, e menos ainda disseminar a fé cristã com a mesma eficiência e as aldeias acabaram perdendo o vigor.

O desenvolvimento do trabalho seguiu primeiramente os locais de habitat natural dos povos da terra, ao “longo da malha pré-cabralina existente, ou ao menos colocou-se no centro de gravidade de grupos de aldeias” (KEHL, 2005, P. 69) presentes nos arredores de Piratininga. Com o colégio atuando como centro de irradiação para as missões e trocas de informações sobre as condições do território, o trabalho prosperou e caminhava a passos largos avançando em três vetores de expansão: no litoral, primeiramente em direção a Residência de Itanhaém (1561), para posteriormente seguir mais ao sul chegando a aldeia de Cananéia (meados do século XVII); no seguinte ao longo do Rio Paraíba do Sul na região dos campos de Jacarey com a aldeia de S. José (1686); e finalmente, já no início do século XVIII, ao longo do rio Tietê com as fazendas de Botucatu (1719) e Guarei (1719).

Quando foram expulsos em 1759 haviam se posicionado na frente de expansão do Rio Tietê em direção ao *Paraguay*, na fronteira das possessões espanhola e portuguesa. O comprometimento da companhia com os ideais cristãos acima de tudo e independente dos poderes temporais, além da origem espanhola da ordem e a rede de influências e trocas de informação que formaram durante o período colonial levaram ao ponto de inflexão a partir do qual não era mais proveitoso à coroa portuguesa mantê-los em solo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 5ª edição, 1963.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 20/07/2012.

ANCHIETA, José de. *Arte de Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00059200#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 18/01/2013.

Anchieta, José de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.I. (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira - Coleção Afranio Peixoto, 1933. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00381630>>. Acesso em: 19/01/2013.

ARMANI, Alberto. *Ciudad de Dios y Ciudad del Sol*. México: Fondo de Cultura Economica, 1996.

ASSIS, São Francisco de. *Regra Bulada*. Ordem dos Frades Menores, 1223. Disponível em: < http://www.ofmcap.org/pls/ofmcap/consultazione.mostra_pagina?id_pagina=1972>. Acesso em: 05/06/2013.

AZEVEDO, Aroldo de. *Aldeias e Aldeamentos de índios*. Boletim Paulista de Geografia, 33, 1959, pp.23-40.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n. 208. São Paulo, FFLCH-USP, 1956.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa; A Formação do Império (1415-1570)*. Navarra: Editora Temas e Debates e Autores, 1998.

BERLIOZ, J. (org.) *Monges e religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1996.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 15/04/2013.

CÂMARA, Marcos P. de Arruda. *Exclusão espacial nas cidades coloniais*. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 4, n. 3, p. 584-601, 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/469/445>>. Acesso em: 20/05/2013

CAIO PRADO Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Publifolha. São Paulo. 2000

CARTAS AVULSAS. *Cartas Avulsas*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00381620>>. Acesso em: 19/01/2013

CALIXTO, Benedicto. *Capitanias Paulistas. 2. ed. revista e melhorada*. São Paulo: Casa Duprat e Casa Mayença, 1927.

CHOAY, Françoise. 6. Ed. *O Urbanismo: Utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva. 2011.

COLAVITE, Ana Paula; BARROS, Mirian V. F. *Geoprocessamento aplicado a estudos do caminho de Peabiru*. Revista da ANPEGE, v. 5, p. 86-105, 2009.

CONCÍLIO DO VATICANO II. *Constituições Dogmáticas*. Santa Sé, 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm>. Acesso em: 20/11/2012.

CORTESÃO, Jaime. *A colonização do Brasil*. Lisboa, Portugal: Portugália, 1969.

CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Arcádia, 19-?.

CORTESÃO, Jaime. *Historia do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1965.

COSTA, Lúcio. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 5, p. 105-169, 1941. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-53202010000200009script=sci_arttext&tlng=PT>. Acesso em: 15/04/2012.

_____. *Os Sete Povos das Missões*. In: A Visão do artista – Missões 300 anos. São Paulo: Prêmio, 1997.

CUSTÓDIO, Luiz A. B. *A Redução de São Miguel Arcanjo*. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2002.

COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade jesuítica: civilização e organização*. VII SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2004.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil- Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*. Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos

Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DERNTL, Maria Fernanda. *Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*. Tese de Doutorado: FAU-USP, 2010.

FACCIO, Neide Barrocá. *A Aldeia Carapicuíba e sua resolução de tombamento*. Revista *Tópos*, V.4, n. 2, p. 60-108, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2255>>. Acesso em: 20/07/2013.

FERREIRA, Flavio. *Cidades coloniais brasileiras e espanholas na América: uma abordagem comparativa*. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 4, n. 3, p. 557-562, 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/466/442>>. Acesso em: 15/04/2013.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Os terreiros das aldeias indígenas jesuíticas*. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 9, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1133>>. Acesso em: 15/04/2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos do Sertão*. In Revista de História. São Paulo, nº54:69 – III, 1964.

HOORNAERT, Eduardo et all. *História da Igreja no Brasil: Primeira época – Período Colonial*. Petrópolis: Vozes, 2002.

IGLESIAS, Tania Conceição. *A experiência educativa da ordem franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Mapas Mudos: Brasil. *IBGE*, c2014. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/escolares/mapas-mudos>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

IRIARTE, Lázaro. *História Franciscana*. Petrópolis: Vozes/Cefepal, 1985.

KEHL, Luis Augusto B. *Simbolismo e Profecia na fundação de São Paulo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2005.

KERN, Arno A. *Missões, uma Utopia Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. *Do pré-urbano ao urbano: a cidade missioneira colonial e seu território*. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 24., 2007, São Leopoldo.

LE GOFF, Jacques; FRANCO CARDINI, Florentino. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques; LE ROY LADURIE, Emmanuel. *A nova história*. Rio de

Janeiro, RJ: Edições 70, 1989.

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954, 3v.

LEITE, Serafim. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938, Tomo I.

LEITE, Serafim. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938, Tomo II.

LEITE, Serafim. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, Tomo VI.

LEITE, Serafim. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, Tomo VII.

LEITE, Serafim. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil: assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar: 1965.

LIMA JUNIOR, Luís Fernando. *Marcha à paulista: a expansão da colonização portuguesa do sertão do alto Tietê para o vale do Paraíba (1530-1660)*. Revista Ciências Humanas, UNITAU, vol. 3, n. 1, 2010.

LYRA, Sophia A. *São Francisco de Assis e o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

LONDOÑO, Fernando Torres. *Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI*. Revista brasileira de História, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbh/v22n43/10908.pdf>. Acesso em: 08/06/2013.

LUÍS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 410 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 24).

MACEDO, José Rivair. Org. *Os Estudos Medievais no Brasil*. Catálogo de Dissertações e Teses: Filosofia, História, Letras, (1990-2002) disponível: <www.abrem.org.br/copiar.php?arquivo=CatalogoTeses.pdf>. Acesso em: 05/05/2013.

MARQUES, José. *A pregação em Portugal na Idade Média : alguns aspectos*. Porto : Universidade de Porto. Faculdade de Letras 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/8341>>. Acesso em: 22/04/2013.

MARX, M. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MARX, M. *Nosso Chão: do Sagrado ao Profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

MENEZES, Maria C. Pereira de. *Políticas da Coroa Espanhola frente à presença indígena na conquista da América*. Ameríndia, Ceará, V. 02, n. 1, 2006.

MENDONÇA, Regina K. R. Santos de. *Escravidão indígena no Vale do Paraíba: exploração e conquista dos sertões da capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, século XVII*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP, 2009.

MÜLLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba*. Rio de Janeiro: IBGE Divisão Cultural, 1969.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil, Padre Manoel da Nóbrega*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00381610#page/1/mode/1up> >. Acesso em: 19/01/2013

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos A. da Rocha. *A presença Indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PASIN, J. L. *Algumas notas para a história do Vale do Paraíba (Desbravamento e Povoamento)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1977. 45p.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

PIERRARD, Pierre. *História da igreja*. São Paulo: Paulus, 1982.

PRADO JR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REBOIRAS, Fernando Domínguez. *A Espanha Medieval, Fronteira da Cristandade* Universität Freiburg: RaimundusLullus-Institut. Trad. L. Jean Lauand. 2000. Disponível em: < <http://www.hottopos.com/isle12/57-68Reboiras.pdf> >. Acesso em: 20/04/2013.

REIS FILHO, N.G. *Evolução urbana do Brasil 1500-1720*. Ed. Pini, 2001

REIS FILHO, Nestor Goulart dos. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FAUUSP/ IPHAN, 2000.

REIS, P. P. dos. *O Caminho novo da Piedade no nordeste da Capitania de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971. 195p.

REIS, Paulo Pereira dos. *O indígena do Vale do Paraíba*. São Paulo: Governo do Estado, 1979. 195p. Vol. XVI.

RÖWER O.F.M., Frei Basílio. *Os Franciscanos no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1944.

RÖWER O.F.M., Frei Basílio. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1941.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SANTOS, P. F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2008.

SILVA TOYSHIMA, Ana Maria da; MONTAGNOLI, Gilmar A.; COSTA, Célio Juvenal. *Algumas considerações sobre o ratio studiorum e a organização da educação nos colégios jesuíticos*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES, 14, 2012, Londrina-PR. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/comunicacao_oral.html>. Acesso em: 15/04/2013.

JUNIOR, José Geraldo Simões. Os paradigmas urbanísticos da colonização portuguesa e espanhola na América. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/973>>. Acesso em: 30/02/2013.

SIQUEIRA, Sonia A. *A presença da inquisição no Vale do Paraíba*. Taubaté: Instituto de Estudos Brasileiros-UNITAU, 1978. 99 p.

TETTEROO, Samuel. *A Ordem dos Frades Menores no Brasil: Resumo Histórico Chronologico 1500-1924*. São João Del Rei: TYP. Acção Social, 1924.

TOLEDO, César de A. Arnaut; RUCKSTADTER, Flávio M. Martins. *Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas*. Revista Acta Scientiarum, Maringá, v. 24, n. 1, p. 103-113, 2002. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2416>>. Acesso: 20/08/2012

TOLEDO, César de A. Arnaut; RUCKSTADTER, Flávio M. Martins. *A filosofia educacional dos jesuítas nas Cartas do Pe. José de Anchieta*. Acta Scientiarum - Human and Social Sciences, Maringá, v. 25, no. 2, p. 257-265, 2003. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2179>>. Acesso: 20/08/2012

TOLEDO, César de Alencar Arnaut; RUCKSTADTER, Vanessa C. M. *O Colégio Jesuítico da Vila de Paranaguá*. Portugal, VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq10/7_presenca_portuguesa_cp10.pdf>. Acesso: 07/06/2013.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. Lisboa : A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 volumes. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01827710>>. Acesso em: 15/10/2012.

TAUNAY, Affonso de E. *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*. São

Paulo: Publicação comemorativa do quarto centenário da fundação de Santo André da Borda do Campo, 1953.

VERAZANI, Katiane Soares. *Assenhorear-se de terra indígenas: Barueri Séc. XVI-XIX*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP, 2009.

VICTAL, Jane. *Memória e identidade urbana paulista: A formação da rede de cidades na Região Administrativa de São José dos Campos*. In: ENANPARQ, 2, 2012, Natal.

VICTAL, Jane; BATAGLIOLI, Mariana. *Três viajantes no Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX*. Relatório de pesquisa, PUC-Campinas, 2010.

WERNET, Augusto. *Vida Religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças (1554-1954)*. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo, v:1: a cidade colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Pags. 191-216.

WILLEKE, Venâncio. *Missões Franciscanas no Brasil (1500-1975)*. Petrópolis: Vozes, 1974.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

ARCHIVO DIGITAL de la legislación em el Perú. Disponível em: <<http://www.congreso.gob.pe/ntley/LeyIndiaP.htm>>. Acesso em: 20/02/2013.

BIBLIOTECA Nacional Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/>>. Acesso em: 10/07/2012.

BIBLIOTECA Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>. Acesso em: 10/010/2012.

BRASILIANA USP. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em: 05/04/2013.

FREE RELIEF layers for Google Maps. Available in: <<http://www.maps-for-free.com/>>. Acesso em: 22/11/2012.

IBGE Mapas. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22/11/2012.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20/02/2013.

PRÓ-MEMÓRIA São José dos Campos. Disponível em: <<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/>>. Acesso em: 22/08/2012.